



**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.**

----- No dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, teve lugar no Solar dos Peixotos, a quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António Vicente de Figueiredo (justificada), Pedro Rui Oliveira Rodrigues e Tiago André de Andrade Coelho Pinhel. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico três exemplares dos Boletins números cento e noventa e dois, referente ao mês de Junho de dois mil e dez e cento e noventa e três referente ao mês Julho de dois mil e dez. Remeteu também circular a informar sobre a realização do evento “V Fórum Ibero-Americano de Governos Locais” (Mar Del Plata, Argentina, catorze - dezasseis de Outubro de dois mil e dez). -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais remeteu a esta Assembleia Municipal ofício a informar sobre a realização do “XXX Colóquio Nacional da ATAM” em Grândola/ Tróia – vinte e seis a vinte e nove de Outubro de dois mil e dez. -----

- A Escola Profissional de Torredeita, remeteu a esta AMV a revista “Evoluir Aprendendo”, edição número quinze. -----

- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu a esta Assembleia Municipal ofício com duas perguntas ao Governo sobre os transportes escolares, e transferências de verbas para as autarquias, cumprindo assim o protocolado estabelecido, apresentadas pela Senhora Deputada Parlamentar Paula Santos. Acusam também a recepção da Moção sobre acessibilidades a Viseu - “Portagens nas SCUT A-Vinte e Quatro e A-Vinte e cinco”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Social Democrata, António Joaquim Almeida Henriques, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez. -----

- O Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior acusou a recepção da Moção sobre “Universidade Pública em Viseu”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Social Democrata, Manuel Teodósio Martins Henriques, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no passado dia de vinte e oito de Junho de dois mil e dez. -----

- As Entidades a seguir indicadas acusaram a recepção da Moção sobre Acessibilidades a Viseu - “Portagens nas SCUT A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Social Democrata, António Joaquim Almeida Henriques, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez: Chefe do Gabinete do Senhor Ministro das Obras



Públicas, Transportes e Comunicações; Chefe do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro; Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações; Grupo Parlamentar do CDS-PP e Grupo Parlamentar “Os Verdes”. -----

- A Chefe do Gabinete do Senhor Ministro de Estado e Finanças acusa a recepção do ofício sobre “Encerramento do Serviço de Finanças de Viseu Dois”, questão abordada na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez. -----

- A Direcção da Real Associação de Viseu remeteu ofício a esta Assembleia Municipal agradecendo todas as atenções prestadas por ocasião do “XVI Congresso da Causa Real”.

- O Senhor Presidente da Direcção da FORESTIS – Associação Florestal de Portugal remeteu ofício a agradecer toda a colaboração prestada por esta Assembleia Municipal aquando da organização da “Sessão de Esclarecimento sobre o Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários”. -----

- A Assembleia Municipal recebeu do Teatro Viriato programa de “Apresentação da Temporada Setembro – Dezembro”. -----

- O Senhor Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Viseu, agradeceu a presença de um elemento desta Assembleia Municipal aquando da visita as instalações do Novo Quartel. -----

- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, remeteu ofício circular sobre os representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIMRDL, solicitando que, caso um dos elementos eleitos desta AMV seja Presidente de Junta de Freguesia, proceda a nova eleição. -----

- Os Senhores Deputados Municipais: António Almeida Jesus Lopes; Fernando Martins Machado e José António Santos Esteves Correia solicitaram a justificação da falta à Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez. -----

- O Senhor Deputado Municipal, José dos Santos Costa, do Grupo Parlamentar do PSD, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, via e-mail. Também pediram a suspensão do mandato pelo período de um mês, via e-mail, as Senhoras Deputadas: Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro e Cristina de Almeida Lourenço Varandas, e o Senhor Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque do Grupo Parlamentar do PS. -----

----- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----

- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu diversos assuntos, a saber: Certidões e Deliberações em Minuta tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado vinte e oito de Junho de dois mil e dez; duas propostas apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues do Grupo Parlamentar do PS na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez sobre: “Criação de Incubadora de Empresas no Centro Histórico” e “Criação de Prémio Anual para o Emprego e Empreendedorismo”; Moções apresentadas na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia 28 de Junho de 2010, pelos Senhor Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PSD: António Joaquim Almeida Henriques, sobre Acessibilidades a Viseu - “Portagens nas SCUT A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco” e Manuel Teodósio Martins Henriques, sobre “Universidade Pública em Viseu”. -----

- Foi remetida Moção sobre “Universidade Pública em Viseu” apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques, do Grupo Parlamentar do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 28 de Junho de 2010 para: Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia



e Ensino Superior, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu. -----

- Foi remetida Moção sobre Acessibilidades a Viseu – “Portagens nas SCUT A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia 28 de Junho de 2010, às seguintes entidades: Excelentíssimo. Senhor Primeiro Ministro; Exmo. Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Senhores Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Viseu. -----

- Foi endereçado ofício ao Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças, sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”, questão abordada na Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado dia vinte e oito de Junho de dois mil e dez. ----

- Foi enviada (via e-mail) Convocatória para uma reunião que se realizou no passado dia dezassete de Setembro de dois mil e dez, sobre alterações ao Regimento Municipal, aos Senhores Líderes Parlamentares. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez. Igualmente foi remetido o restante expediente via e-mail. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Edital da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

- Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- Foi convocado para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, via oficiosa, o Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias do Grupo Parlamentar do PSD, em virtude de o Senhor Deputado Municipal José dos Santos Costa ter pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte de Setembro de dois mil e dez. Igualmente foram convocados para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, via oficiosa, a Senhora Deputada Municipal Fernanda do Sul Ferreira e os Senhores Deputados Municipais Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos e José Pedro Esteves Gomes, do Grupo Parlamentar do PS, em virtude das Senhoras Deputadas Municipais Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro, Cristina de Almeida Lourenço Varandas e o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- Foi comunicado, via oficiosa, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que o Senhor Deputado Municipal José dos Santos Costa pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte de Setembro de dois mil e dez, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio Trindade Messias. Também foi comunicado, via oficiosa, ao Grupo Parlamentar do PS, que as Senhoras Deputadas Municipais Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro e Cristina de Almeida Lourenço Varandas pediram a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e dois de Setembro de dois mil e dez tendo sido convocados a Senhora Deputada Municipal Fernando do Sul Ferreira e o Senhor Deputado Municipal Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos. Igualmente foi comunicado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Amândio Ginestal Machado



Monteiro Albuquerque pediu a suspensão do mandado pelo período de um mês, a partir de vinte e três de Setembro de dois mil e dez, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal José Pedro Esteves Gomes. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito Bom dia. Vamos dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta. Cumprimentar também os Membros da Comunicação Social. Vamos então iniciar a nossa Assembleia Municipal, que como sabem, hoje tem uma Ordem de Trabalhos bastante extensa. Temos doze pontos na Ordem de Trabalhos, portanto, eu pediria a todos que usassem, obviamente, de todo o tempo que necessitam nos termos regimentais, mas que houvesse aqui alguma parcimónia na utilização do tempo, até porque, e era a primeira informação que gostava de dar, hoje às dezoito horas teremos a Assembleia Intermunicipal que decorre em Carregal do Sal. Portanto, há este condicionalismo de, pelo menos, aí às dezassete e trinta, o mais tardar, podermos estar com esta Sessão concluída. Tenho expectativa de que a Sessão não decorrerá até essa hora. Em termos de algumas informações que gostava de dar a primeira, já a dei, que é a Assembleia Intermunicipal que decorre hoje às dezoito horas em Carregal do Sal. Informar também que o “pontapé de saída” que demos para as reuniões periódicas entre os Presidentes das Assembleias Municipais de todo o Distrito, a próxima reunião com os Presidentes das Assembleias Municipais vai ser no dia oito de Outubro, às vinte horas, em Moimenta da Beira. Será a segunda reunião deste género que irá decorrer. Queria também informar as Senhoras e os Senhores Deputados que no dia quatro de Outubro vão decorrer as “Jornadas Republicanas”. Umhas jornadas que estão a ser levadas a cabo pela Câmara Municipal de Viseu e que vão ter uma participação activa da Assembleia Municipal, designadamente, através de uma Mesa Redonda em que vão participar representantes de todos os Partidos que têm assento na Assembleia Municipal. Sessão essa que será moderada pela Senhora Segunda Secretária da Mesa. Deixava aqui um apelo, obviamente, que vão receber informação enviada do Executivo, mas pedia-vos que reservassem as vossas agendas para esta Sessão que tem como intenção comemorar o “Cinco de Outubro” e que decorrerá no dia quatro de Outubro no Teatro Viriato. Outra informação que eu gostava de deixar, prende-se com uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal que nos foi proposta. O tema seria “Igualdade na Diversidade Com Vista a Uma Sociedade Justa”, que é integrada num programa nacional da Comissão Para a Cidadania e Igualdade. Esta proposta surgiu por intermédio da Câmara Municipal e o entendimento que a Mesa e a Câmara têm é que será de fazer, não no modelo de uma assembleia extraordinária, mas sim num modelo de uma Sessão, que será promovida conjuntamente entre a Assembleia Municipal e a Autarquia e, obviamente, onde serão convidados todos os Membros da Assembleia Municipal, mas aberto a toda a comunidade, aliás, à semelhança do modelo que temos utilizado noutras ocasiões. Se estivessem de acordo, a data ainda estou a acertá-la com o Senhor Presidente da Câmara, mas iríamos seguir, exactamente, o modelo que temos seguido neste tipo de conferências. Damos-lhes o cariz de uma Sessão Pública promovida pela Assembleia Municipal e pela Autarquia e os Membros da Assembleia Municipal, obviamente, que terão assento, terão direito a intervir de uma forma privilegiada como é hábito nas acções da Assembleia Municipal. Se estivessem de acordo seria este o modelo que nós iríamos seguir. Por último, e antes de passarmos a outros pontos, designadamente, à aprovação da Acta e à questão do Regimento, eu gostava perante as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores de dizer publicamente o seguinte: Eu penso que esta Assembleia Municipal ao longo destes anos, designadamente, desde que eu tive o privilégio



de assumir a presidência, tem decorrido sempre dentro daquilo que são as regras democráticas, do princípio do contraditório, dentro do princípio do respeito mútuo entre as pessoas. E, portanto, eu acho que a participação de todos os Membros da Assembleia Municipal, da Mesa e do Executivo têm contribuído para dignificar o Órgão em si e também para dignificar a actividade política em Viseu. A nossa Assembleia Municipal é vista como um exemplo de combate político, aonde as pessoas, muitas vezes, com alguma dureza e com veemência defendem os seus pontos de vista. Mas também é vista como uma Assembleia Municipal em que todos os seus Membros se tratam dentro dos princípios da educação e dos princípios do respeito democrático. O Presidente da Assembleia Municipal tem procurado, dentro do que é a sua leitura, dignificar também este Órgão. Quero dizer-vos que ao longo de trinta anos de vida pública que já tenho, enfim, os anos também já vão passando para todos nós, e para mim também, nunca me senti tão mal tratado publicamente como há pouco dias. Ponderei muito se o havia de fazer de outra maneira, mas entendi que era aqui que eu devia manifestar esta minha revolta e este meu descontentamento, porque entendo que a política deve ser feita com ética. Sempre o entendi e sempre procurei dar através do meu exemplo, exactamente, esse meu entendimento acerca do exercício da política. E, sempre entendi que independentemente das nossas diferenças e do combate político que se trave, que o devemos fazer sempre dentro de urbanidade e sempre do respeito de uns pelos outros. Entendo que há poucos dias o Senhor Secretário de Estado do Poder Local faltou ao respeito ao Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, aliás, eu não sei se as declarações que ele produziu se foram na qualidade de Secretário de Estado responsável pelo Poder Local, e se foi nessa qualidade ainda mais grave se torna, porque foram declarações produzidas em relação a um Presidente de um Órgão Municipal, eleito democraticamente, que é o Presidente da Assembleia Municipal de Viseu. E, não sei se foi nessa qualidade, ou se foi noutras qualidades, que muitas vezes se confundem, mas não queria deixar perante os Membros da Assembleia Municipal considerar que a expressão, abanar a cabeça e as orelhas, que me foi atribuída numa declaração pública, considerei-a, profundamente, ofensiva. E senti-me, extremamente, tocado na minha dignidade enquanto homem e enquanto político, porque acho que foram afirmações deselegantes, direi mesmo, mal-educadas, que eu era incapaz de as produzir em relação a quem quer que fosse. Posso dizer-vos que ainda ponderei responder na mesma moeda, só que entendi que em nome da dignificação da actividade política e para não baixar o nível, porque ele já estava suficientemente baixo, entendi que, pura e simplesmente, devia deixar passar e nem sequer responder, apesar de ter sido incentivado pelos jornalistas a comentar essas afirmações. Entendi que era aqui neste Órgão que eu devia hoje manifestar, enfim, o meu descontentamento por estas afirmações e deixar aqui lavrado o meu protesto em acta pela forma como o Presidente da Assembleia Municipal, não foi só o cidadão Almeida Henriques, foi o Presidente da Assembleia Municipal, que acabou por ser insultado em termos públicos e tratado com má criação. Portanto, queria deixar desta maneira formal, aqui o meu protesto pela forma como as coisas se passaram, a minha indignação e até a minha perplexidade, porque nunca tinha assistido, já estava habituado a outro tipo de tratamento, mas não no domínio da má-criação e da má educação. Posto isto, passaríamos agora ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. Tínhamos aqui duas questões antes do PAOD: Uma prende-se com a aprovação da acta; Outra com a aprovação do Regimento. Perguntava se em relação à acta de vinte e oito de Junho se há alguém que pretenda colocar alguma questão. Obviamente que, dentro dos princípios que temos, se houver depois alguma correcção dum pormenor, de uma vírgula, ou do que quer que seja, que não afecte, digamos assim, o conteúdo da acta, nos próximos dias junto dos serviços o poderão fazer. Então se ninguém se quer pronunciar em relação à acta eu vou colocá-la à votação. A acta foi aprovada por unanimidade. Em relação ao Regimento, como sabem, nós temos um Regimento que foi



revisto no outro mandato e temos estado a trabalhar com o Regimento que tinha sido revisto. Estamos, sensivelmente, há um ano a trabalhar com este Regimento. De qualquer maneira, abriu-se aquele período que era indicado sobre a revisão do Regimento. Pedi aos Partidos que me apresentassem propostas, se assim o entendessem. Eu próprio presidi a essa Comissão do Regimento e desde sempre manifestei a todos os Partidos o entendimento de que a Assembleia tem funcionado com total normalidade com o Regimento que actualmente está em vigor. Na reunião que fiz com os representantes dos Partidos a posição que manifestei foi no sentido de não se alterar nada no Regimento e dele hoje ser votado, exactamente, com o texto que está em vigor. Enfim, penso que ele espelha bem o princípio do contraditório, sabemos que há outras Assembleias Municipais que limitam o tempo em função das votações. Aqui nunca foi praticado este princípio, até porque a Assembleia Municipal reúne cinco/ seis vezes por ano. Sempre se entendeu, quer na presença do Engenheiro Coelho de Araújo, quer comigo, que fazia algum sentido dar oportunidade a todos de intervirem. Portanto, nessa reunião que fiz com os representantes dos Partidos houve, pelo menos, duas questões que foram colocadas, designadamente, pelo representante do Partido Socialista: Uma que tinha a ver com a Informação do Senhor Presidente da Câmara e, portanto, de imediato, eu achei que era uma boa gestão passar a enviar a todos os Membros da Assembleia Municipal a intervenção do Senhor Presidente da Câmara que se envia por e-mail. Já agora, peço uma coisa, é que tenham o cuidado de terem as vossas caixas de correio com algum espaço livre pelo menos nas alturas em que é pressuposto receberem a Convocatória da Assembleia Municipal, porque, de facto, os ficheiros eram um bocado pesados e foram imensos os e-mails que foram devolvidos por falta de espaço nas caixas de correio, portanto recomendava isso. É evidente que os próprios serviços, naturalmente, vão ter de repartir, (chamo a atenção à Dona Alzira), vai ter de repartir em dois ou três e-mails, para não sobrecarregar sobretudo em Assembleias Municipais como estas em que é bem visível o dinheiro que poupámos ao erário público, em termos de fotocópias, com este novo procedimento electrónico. Essa foi uma sugestão que nos foi feita e que, de imediato, foi adoptada. Não havia necessidade ficar no Regimento, passa a ser uma prática também da Assembleia Municipal. E uma outra questão que tem a ver com todo o material de suporte às actas. Obviamente que, as actas que são aqui aprovadas têm depois uma pasta. Qualquer Membro da Assembleia Municipal que queira consultar só tem que se dirigir aos serviços e, portanto, há sempre o princípio aqui que é: Arquivam-se todos os documentos que estão apenas à acta, incluindo CD's, apresentações, seja o que for. Quando muito poderia aqui existir uma situação ou outra em que se houvesse uma apresentação de um *power point* pudesse, depois futuramente, ser difícil de encontrar. As orientações que estão dadas agora aos serviços são: Tudo o que se passar nesta Assembleia, fez-se uma impressão de uma cópia e arquivam-se para memória futura, porque, às vezes, pode perder-se com o tempo a memória arquivada electronicamente. Também essa sugestão acabou por ficar vertida não no Regimento, mas na prática do dia-a-dia. Foram basicamente estas situações, portanto, mais ou menos, consensualizou-se que servia o Regimento, que estaria perfeito à excepção de duas propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, que solicita que sejam debatidas e votadas nesta Assembleia. Assim o faremos, que é assim que mandam as regras da boa democracia. Aquilo que iríamos fazer agora era: O texto que será votado em termos globais será o texto do Regimento que está em vigor, mas antes de fazermos essa votação iríamos ouvir a apresentação das duas propostas por parte do Bloco de Esquerda, que são duas propostas de alteração estatutária, que são do conhecimento já dos Partidos. De seguida, quem quisesse intervir sobre a matéria interviria. Votávamos estas duas propostas, se elas fossem aceites, votávamos depois o Regimento integrando já estas propostas. Se não fossem aceites, votaríamos o Regimento sem integração destas propostas. Eu dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para fazer a



apresentação das propostas”. -----

- UM – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “a primeira proposta é uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia de acordo com a Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de Funcionamento das Autarquias, actualizada pela Lei cinco-A de dois mil e dois, proponho as seguintes alterações ao Regimento Municipal da Assembleia Municipal de Viseu: No artigo trinta e nove, acrescentar-se-á um ponto quinto, o período de intervenção do público antecederá o “Período Antes da Ordem do Dia. Justificação: Esta alteração facilitará a participação dos munícipes, na medida em que os não forçará a permanecer durante os trabalhos decorrentes da Ordem do Dia. Eu não vou alongar, até por uma questão de economia de tempo, porque já o fiz aqui, os Senhores também já conhecem os nossos argumentos. Direi apenas, antecipando-me às críticas recorrentes sobre esta matéria, esta e a outra que vem a seguir, que os receios de uma inflação da participação dos munícipes, dado o grau incipiente de participação que nós temos constatado nas Sessões da Assembleia, parece-me que é um perigo remoto. Logo, tudo aquilo que for incentivar a participação dos munícipes será bom para dignificar a Assembleia e para promover a democracia participativa sem a qual a democracia representativa, de que nós somos agentes, também ficará prejudicada necessariamente. A outra proposta, portanto, passo a expor os motivos: O Direito de petição Popular é um direito fundamental constitucionalmente garantido, nos termos do artigo cinquenta e dois da Constituição da República Portuguesa. O legislador ordinário, com a Lei número quarenta e três de noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela Lei número quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, não regulou o procedimento do exercício do Direito de Petição perante as autarquias locais. No entanto, nos termos do artigo vigésimo oitavo da Lei quarenta e três/ noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela Lei quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, os órgãos e autoridades abrangidas devem elaborar normas e outras medidas tendentes ao seu eficaz cumprimento. A Actual redacção do Regimento da Assembleia Municipal de Viseu, não concretiza qualquer procedimento ou garantia de apreciação das petições populares que lhe sejam apresentadas. Urge por isso, dignificar este instituto jurídico, garantindo um efectivo exercício do Direito de Petição, num aprofundamento da Democracia Participativa. Assim, e verificada a admissibilidade da petição pela Mesa da Assembleia Municipal, deve a mesma ser distribuída, acompanhada da decisão de admissibilidade ou não admissão a todos os Deputados Municipais. Por forma a efectivar o exercício do Direito de Petição, estabelece-se a regra de obrigatoriedade da sua apreciação em plenário da assembleia Municipal na primeira sessão ordinária seguinte à sua admissão, constando para o efeito como ponto autónomo da ordem de trabalhos, quando a mesma seja subscrita por mais de trezentos eleitores recenseados no Município de Viseu. Recorde-se que, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e quatro da Lei quarenta e três/ noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela lei quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, são obrigatoriamente apreciados no plenário da Assembleia da República as petições subscritas por mais de quatro mil cidadãos. Só assim será possível garantir o exercício deste direito fundamental com a eficácia e dignidade devidas aos cidadãos, garantindo um tratamento compatível com a relevância de um direito fundamental e garantindo igualmente aos deputados municipais toda a informação relativa às petições que venham a dar entrada. Assim, o Deputado Municipal, eleito pelo Bloco de Esquerda propõe: Um – Os artigos décimo sexto e sexagésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal de Viseu passam a ter a seguinte redacção: Artigo décimo sexto, alínea n) apreciar e deliberar sobre a admissibilidade de petições populares. Alínea o) (actual alínea n). Artigo sessenta e um. Dois - Recebida a petição, a Mesa da Assembleia Municipal delibera sobre a sua



admissibilidade, remetendo cópia da petição e da decisão relativa à sua admissibilidade a todos os membros da Assembleia Municipal. Três – Os Deputados Municipais poderão propor a tomada de deliberações com base em petições populares. Segundo – É aditado ao Regimento da Assembleia Municipal de Viseu o artigo sexagésimo primeiro-A com a seguinte redacção: Artigo sessenta e um-A (Petições obrigatoriamente apreciadas em plenário). Um – As petições populares que sejam subscritas por, pelo menos, trezentos cidadãos eleitores recenseados no Município de Viseu, serão obrigatoriamente apreciadas pela Assembleia Municipal em sessão plenária. Dois – A apreciação das petições referidas no artigo anterior serão apreciadas na sessão ordinária seguinte à sua admissão pela Mesa da Assembleia Municipal, como assunto incluído na respectiva ordem de trabalhos automaticamente. Muito obrigado”.

-MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- DOIS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)

– Pede a palavra para dizer o seguinte: “O Senhor Presidente da Mesa teve o cuidado de explicar aqui o conteúdo da reunião que teve com os representantes dos diversos Partidos. Dizer que foi uma reunião bastante aberta, bastante consciente, em que se esgrimiram os pormenores das diversas propostas, e que foi patente de todos os elementos o grande objectivo de defender a qualidade e a operacionalidade desta Assembleia Municipal. Fruto disso, há propostas que foram apresentadas, nomeadamente, do Partido Socialista, que se entenderam por bem passarem a ser a prática. Mas, efectivamente, estas duas propostas do Bloco de Esquerda já não conseguiram arranjar argumentação que mantivesse essa própria unanimidade. O próprio Partido Socialista, também tinha ainda uma proposta comum, e depois na argumentação, obviamente, se apercebeu que apesar de em termos teóricos e aparentemente poder parecer uma boa medida, mas depois em termos práticos ia por em causa a qualidade do funcionamento da Assembleia Municipal, podia ser invertida. Portanto, esta questão se, efectivamente, tivesse tido argumentação teria de certeza aqui um outro apoio. É para dizer que por parte do Partido Social Democrata, obviamente que, iremos votar contra, até porque são matérias que ainda há, relativamente pouco tempo, vieram a esta Assembleia e que tiveram uma argumentação em debate bastante mais profundo e que não houve alteração de nada, nem de leis nacionais. Nenhum mau funcionamento da Assembleia a que leve que agora mudássemos de opinião. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos.

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)

– Solicita o uso da palavra e diz: “Eu sei bem que a posição que o Partido Socialista nos trabalhos da Comissão foi, tal como foi referido pelo meu colega que acabou de falar, no sentido de ter apresentado primeiro a proposta em linhas próximas daquelas que aqui foram apresentadas. E, portanto, quero dizer que não vamos fazer disto uma questão de nenhum contorno dramático. Mas, creio que podemos bem reflectir, e não ficaria mal a esta Assembleia, se incluísse, se trouxesse um pouco mais de intervenção, usemos as palavras mesmo sem medo, de intervenção popular no seu funcionamento. É evidente que, eu conheço todos os argumentos sobre a legitimidade popular que cada um de nós tem, se nós fomos eleitos somos representantes. Mas também, por alguma razão, existem dispositivos que permitem uma outra via de representação mais espontânea, mais directa, à vezes, mais autêntica, mais ligada a situações concretas do terreno, localizadas. E isso é raiz e a razão de ser da possibilidade de intervenção directa dos munícipes no final das sessões. Ora bem, a nossa experiência de intervenção directa, permitam-se vossas excelências o desabafo, tem sido frustrante, porque a intervenção relegada para o final da sessão com o cansaço natural dos participantes, com a saída de muitos deles por do seu próprio alvedrio, a situação, digamos, relativa a alguma penalidade e excepcionalidade com que se caracterizam as intervenções populares, tornam esse momento um momento



pouco atraente. Eu acho que nós devemos também fazer tudo para o tornarmos mais atraente. E a forma de o tornar mais interessante, mais positivo era fazê-lo avançar no tempo da ordem de trabalhos. Não consideramos isto um drama, mas quero dizer que na votação estaremos ao lado do colega Deputado do Bloco de Esquerda nesta matéria. Eu sei bem quais são os argumentos e os riscos, mas nós não podemos estar a antecipar riscos sabendo bem que pode haver de repente uma chusma, difícil de gerir, de intervenções populares. Mas também quero dizer-lhes que a Mesa tem autoridade e tem a possibilidade de regulamentar essas intervenções de forma a localizá-las no tempo e torná-las úteis, que é hoje a sua utilidade no final da sessão é, efectivamente, duvidosa. Por isso, queria dizer que votaremos a favor desta proposta do Bloco de Esquerda. Em relação à segunda questão, ao direito de petição, pode pensar-se também que isto vai trazer algum embargo dos trabalhos, vai provocar alguma alteração. Nós não pensamos assim e até admitidos que a proporcionalidade de trezentos assinaturas está um pouco acima da proporcionalidade populacional da nossa população em relação à população nacional. E, portanto, em relação ao quatro mil da Assembleia da República, termos trezentos não me parece que seja nenhum exagero. Vai ser difícil, certamente, trazer trezentas petições, devidamente confirmadas, de eleitores recenseados no nosso Município. Também me parece que há um mecanismo natural de filtragem pela própria dificuldade de se conseguir isso. E se vierem essas petições não deveremos ter medo delas, pelo contrário, devemos acolhê-las e integrá-las na nossa vida colectiva. Portanto, são essas razões do voto favorável que o Partido Socialista vai ter nesta matéria. Obrigada”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Senhor Presidente, eu penso que a Assembleia tem o direito de perceber aqui uma coisa, é que temos dois PS’s: Há um PS que esteve na reunião, que levava esta mesma proposta, entendeu retirá-la; e hoje temos aqui um outro PS, o PS do Doutor Correia de Campos, em que vem apoiar a proposta do Bloco de Esquerda. Eu penso que é necessário clarificarmos, porque se não futuramente, se calhar, teremos que andar a pedir às duas facções, se é que não há mais no Partido Socialista, para ir às reuniões, porque se não andamos aqui a perder tempo. Fazem-se as reuniões preparatórias para chegarem aqui as coisas já discutidas, e vem levantar aqui a argumentação que não tem nada a ver. Ao Senhor Deputado que fez aqui a intervenção a argumentação, porque se entendeu votar contra, não foi essa a argumentação que esteve aqui, porque o direito de petição, ela existe, a questão que se põe é a diminuição. E relativamente à questão da alteração para antes da ordem do dia, não tem a ver com o prolongamento, ou atrasar a própria Assembleia. A argumentação foi, precisamente, outra. Era bom que, efectivamente, a mensagem circulasse bem dentro do Partido Socialista. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.

- CINCO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) - Intervém para dizer o seguinte: “O rosto do PS que se afirmou estar na reunião sou eu, quer dizer que, a argumentação feita na reunião, e como, certamente, se lembrará o Senhor Deputado Manuel Teodósio, quer o Senhor Presidente, quer os demais participantes, Senhor Carlos Vieira, a argumentação que eu usei e que deixei, e como consta da proposta, salvo erro, a proposta foi apresentada logo no início do mandato. Foi recuperada agora, era de que havia necessidade de haver algum tempo para resposta por parte de quem está na Assembleia também tem essa legitimidade regimental. E, nessa perspectiva, tendo dado conta que, efectivamente, o Regimento prevê essa possibilidade, foi a razão única que eu aleguei naquela reunião preparatória para deixar cair a proposta. Não esta, esta é uma razão nova que da minha parte nunca esteve em cima da Mesa. Foi posta em cima da Mesa por parte do Bloco de Esquerda e eu não me pronunciei sobre essa



questão intencionalmente, porque também não tinha sido discutida no PS. Este que está aqui, do Professor Correia de Campos, é o mesmo que esteve na reunião preparatória de alteração deste Regimento. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Antes de por à votação eu queria só precisar, até porque, neste debate nós tivemos duas horas de reunião do grupo de trabalho em que isto foi vertido, onde eu próprio tive a oportunidade de exprimir as minhas opiniões, designadamente, a nossa eleição é processada no domínio da democracia representativa. Nós quando somos eleitos Membros da Assembleia Municipal, estamos aqui a representar os eleitores que em nós confiaram para estarmos aqui. Nem na Assembleia Municipal, nem na Assembleia da República, se dá a preferência à representação directa dos cidadãos. Na Assembleia da República, por exemplo, há um direito de petição que se resume a um debate dentro da própria Comissão, e depois, na própria sessão da Assembleia da República, o cidadão nunca tem direito a falar. Aliás, o cidadão só por convite é que pode ir a uma sessão da Assembleia da República. Isso raramente aconteceu ao longo da história da democracia em Portugal, Nas Assembleias Municipais há, de facto, um período reservado ao público. Eu tive o cuidado de o fazer já há uns anos ao verificar como era o comportamento das Assembleias Municipais por esse país fora. E, o período do público é o período final, tirando uma outra excepção, sendo que em Viseu até há uma excepção dos serviços que é de avisar as pessoas, para evitar que desperdicem o seu dia de trabalho. Se não quiserem estar a assistir à Assembleia dá-se-lhes, mais ou menos, uma previsão da hora a que termina a Assembleia Municipal para as pessoas poderem vir aqui. Portanto, nunca nenhum cidadão foi coarctado na sua liberdade de usar este princípio que está plasmado no nosso Regimento. E, não está nó no nosso Regimento, está na Lei, aliás, ele está no Regimento, porque a própria Lei prevê este período. Não me parece que numa democracia representativa se deva dar precedência àqueles que estão aqui representados, porque para isso é que existem eleições para haver representantes directos. Agora, em relação à convocatória, propriamente dita, também o disse: O nosso Regimento prevê que se possa convocar uma Sessão Extraordinária desde que haja um número de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral do Município, equivalente a cinquenta vezes o número de elementos que compõem a Assembleia. Quando isto foi colocado no Regimento pareceu-nos um número, perfeitamente, equilibrado dentro daquilo que é a população de Viseu, etc., etc., não vejo aqui grandes razões. Por outro lado, há um direito que os Senhores Deputados têm e que raramente exercem. Quando entenderem podem inscrever um ponto na ordem de trabalhos nos termos que a Lei definiu no Regimento. E, portanto, acho que há mecanismos suficientes na Lei e no Regimento que permite trazeremos a esta Assembleia tudo aquilo que são os temas que entendermos que os cidadãos querem ver discutidos. Conforme o disse também nessa reunião do grupo trabalho, é meu entendimento que não faz sentido fazer este acolhimento destas propostas. E por isso é que, não havendo consenso, estamos a debatê-las e vamos votá-las de imediato, mas não queria deixar de fazer também estes esclarecimentos da minha parte. Passando então agora à votação, votávamos primeiro a alteração ao artigo trinta e nove do período de intervenção do público. Estão todos conscientes do que estamos a votar, portanto, proposta era no sentido em que o período de intervenção do público antecederá o período antes da ordem do dia, era passar para o início o público. A proposta foi rejeitada com quarenta e seis votos contra, doze votos a favor e uma abstenção. Passamos agora à outra proposta, que visa alterar o artigo dezasseis e o artigo sessenta e um do Regimento, portanto, tem a ver com o direito de petição. Vou por também à votação. A proposta foi rejeitada com quarenta e cinco votos contra, doze votos a favor e duas abstenções, portanto, está rejeitada também a proposta. Fariamos agora a votação final global do Regimento. No fundo, aquilo que faremos é votar o texto do Regimento, exactamente, como ele está em



votação final global. Está aprovado por unanimidade o Regimento. Passaremos agora ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** Temos doze inscrições. Eu dou então a palavra em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus, Diamantino Santos”. -----

- **SEIS – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD)** – No uso da palavra diz o seguinte: “A razão que me traz aqui neste período tem a ver com duas questões que eu gostava de aflorar aqui de uma forma rápida e sintética. A primeira prende-se com a abertura do ano lectivo e, de alguma forma, para dizer que felizmente as Escolas do Primeiro Ciclo no nosso Concelho não fecharam. É o exemplo de como o Poder Local deve e foi ouvido neste caso, felizmente o bom senso imperou. Depois, dizer também, que no Primeiro Ciclo assistiu-se à normalidade da abertura do ano escolar. Naturalmente que, eu gostaria de deixar aqui umas palavras de reconhecimento para o responsável do nosso Município, no caso o nosso Vice-Presidente e ao mesmo tempo responsável pelo Pelouro da Educação, pela forma como soube articular com as diversas unidades de ensino no sentido de que em treze de Setembro, foi, praticamente, essa a data em que as Escolas do Concelho, do Primeiro Ciclo, abriram sem qualquer problema. No Segundo e Terceiro Ciclos Secundários queremos aqui deixar o registo na requalificação de duas escolas emblemáticas no nosso Concelho. Referimo-nos, naturalmente, às Escolas Secundárias Emídio Navarro e Alves Martins. Temos que dizer que achamos que é um dever de quem nos governa olhar para duas Escolas que são, de facto, uma referência no Concelho e que em termos de recursos humanos produzem aquilo que todos nós sabemos. Não vale a pena estar aqui a repetir muito, de facto, a Comunicação Social publicitou, suficientemente, a qualidade do serviço que é feito nessas Escolas. Queria relevar o trabalho que está a ser executado na Escola Secundária Alves Martins, nomeadamente, com a excelência do trabalho e dos resultados finais obtidos por alguns alunos. Já agora, gostava de deixar também uma palavra relativamente ao Agrupamento de Escolas Grão Vasco, nomeadamente, aquele processo que viveram de avaliação externa e os resultados também que obtiveram. E por falar nisso, gostava também de saber o que é que o Poder Central pensa em relação à requalificação daquela Escola. Eu passei por lá, não como aluno, mas, muitas vezes, pratiquei lá o desporto escolar, e faz pena olhar para a degradação avançada em que aquela Escola, a Escola Grão Vasco, se encontra. Portanto, julgo que deve merecer uma atenção muito cuidada de quem, efectivamente, manda neste País. Sobre a requalificação das duas Escolas, que já referi atrás, mesmo assim, gostava de dizer duas ou três coisas: Apesar de alguns remendos não se fez aquilo que se deveria ter feito, relativamente, por exemplo, ao estacionamento automóvel. Vamos, seguramente, ter problemas, as duas escolas estão sediadas numa zona de tráfego muito intenso e, tenho receio que as coisas não corram bem, aliás, eu neste momento, porque tenho um filho na Alves Martins, passo por lá todos os dias, na Infante Dom Henrique, e vejo o caos que ali está instalado, se calhar, porque não foi acautelado em devido tempo esta questão do estacionamento. Gostava também de deixar aqui, relativamente, aos Segundos, Terceiros Ciclos e Ensino Secundário uma nota para a colocação dos professores. Particularmente aos alunos em transição de Ciclos, aqueles que saem do segundo nível para o Terceiro Ciclo, eu acho que passado três semanas depois do início do ano lectivo ainda não terem professores é muito mau. Não estou nada contente, não estou nada satisfeito e acho que, de facto, isto é um problema que o Governo tem que olhar “com olhos de ver”. Eu julgo, esta é a minha opinião, que se não fosse a visão economicista cega, se calhar, aqueles milhares de professores contratados, alguns deles há mais de dez anos, mereceriam e deveriam estar no sistema a trabalhar, porque eu acho que o sistema precisa deles. Portanto, não faz sentido neste momento haver alunos sem docentes quando eles estão no mercado à espera de serem chamados. Era isto que eu queria dizer, relativamente, à abertura do ano



escolar. E, passaria agora ao segundo tema que também me preocupa e também já algumas vezes aqui intervi nestas minhas novas andanças, e esta nota deixo-a com alguma tristeza, tem a ver com o encerramento definitivo da Segunda Repartição de Finanças do Distrito de Viseu. Eu acho que Viseu e os viseenses não mereciam aquilo que nos aconteceu. Acho que houve uma grande insensibilidade por parte do Governo Central relativamente a esta matéria. Foram diversas as vozes que aqui levantadas, umas com mais intensidade, outras com menos intensidade. Mas, de facto, o Governo não foi sensível a todo este aspecto. A mim custa-me muito, enquanto viseense, e tanto quanto sei, que isto só tenha acontecido em Viseu. O que é que esperam? Querem levar-nos todos para Lisboa? Metem-nos em autocarros e ficamos todos a viver em Lisboa e ali à volta da sua cintura? É assim que se contribui para que a desertificação no interior não aconteça? Deixa-me perplexo, de facto, esta medida, tanto mais que ela é feita ao arrepio de algumas resoluções que foram tomadas em órgãos próprios. E é nesse sentido, Senhor Presidente, que eu deixava aqui e lhe vou entregar uma Moção de Repúdio, exactamente, pelo encerramento desta infra-estrutura para nós vital, ainda por cima no território da Freguesia de Coração de Jesus. Eu lê-la-ia e depois faria o favor de lhe entregar. **MOÇÃO DE REPÚDIO** – Considerando: - O Desrespeito pelas tomadas de posição de órgãos legitimamente eleitos; - o prejuízo objectivo na qualidade de serviços a prestar aos cidadãos, muitos deles ainda não familiarizados com as novas tecnologias; - a mais que possível precariedade e mobilidade de emprego nos funcionários, potenciando a instabilidade social; - o asfixiar socioeconómico de uma zona da cidade de Viseu, que tinha nos serviços da Segunda Repartição de Finanças, uma âncora para a sua actividade comercial social; - a discriminação negativa do interior e em particular do Concelho de Viseu, único, tanto quanto sabemos, a ver este tipo de serviços encerrado. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, manifesta o seu mais vivo e profundo repúdio, pela atitude do Governo Socialista, que decretou o encerramento dos serviços da Segunda Repartição de Finanças de Viseu, ao arrepio de todos os apelos efectuados por este Órgão, e não respeitando igualmente os projectos de resolução, aprovados por maioria, na Assembleia da República. O Grupo Parlamentar do PSD, da Assembleia Municipal de Viseu. Muito obrigado”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos por à votação esta Moção. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra”. -----

- **SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita o uso da palavra e diz: “O Bloco de Esquerda não apresenta nenhuma moção desta vez sobre a questão das Finanças, porque acho que já está exaurido este tema. Lamentavelmente, o Governo não deu qualquer atenção às posições tomadas por esta Assembleia, eu lembro-me que já a minha antecessora, Deputada Graça Pinto, tinha apresentado aqui uma moção que foi aprovada por unanimidade, creio. Eu próprio apresentei duas moções nesse sentido. Creio que o PSD também apresentou uma. E o Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda, esteve aqui, falou com os trabalhadores, apresentou, atempadamente, um Projecto de Resolução na Assembleia da República que foi aprovado. Mais tarde, o PSD também fez o mesmo e o Governo não ligou, absolutamente, nada a isto. Lamentamos também e estamos, perfeitamente, solidários com a posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus e, naturalmente, que iremos apoiar esta moção. Lembra só que, de facto, para além dos transtornos que isto vai acarretar para os utentes, e são ainda bastantes freguesias não só urbanas, como periurbanas e rurais que estão afectas a esta Repartição. Mas vai afectar também o comércio local, que tinha na Repartição de Finanças uma âncora de atracção do comércio e, portanto, tudo isto é lamentável. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----



- **OITO - SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** – Usa da palavra e diz: “É obvio que, estamos solidários com quem sente os problemas do encerramento do Serviço de Finanças Dois. Já aqui manifestámos esse nosso sentimento. E, a moção, apesar de reconhecermos que é exagerada nos termos que utiliza. Achamos que nesta altura não há motivos para usar esse tipo de terminologia, mas mantemos a nossa posição e votaremos favoravelmente esta moção, porque sentimos, exactamente, como todos os demais Membros desta Assembleia, e como a população que também somos, sentimos os problemas que com o encerramento daquele Serviço, ou a fusão daqueles dois Serviços, é mais correcto, a fusão daqueles dois serviços acarretam para o Concelho de Viseu. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Vou por à votação. *A Moção foi aprovada por unanimidade.* Vamos passar à inscrição seguinte que é o Senhor Deputado Correia de Campos. Tem a palavra”. -----

- **NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Para comemorar cem anos de regime republicano, vão ser inauguradas, no próximo dia cinco de Outubro, as obras de profunda remodelação em cem escolas secundárias. O simbolismo da efeméride celebra um dos mais notáveis feitos da República: O enorme impulso dado à instrução pública como então se chamava a Educação. Basta lembrarmo-nos da criação das Universidades do Porto e de Lisboa, da criação das Escolas do Magistério Primário, então chamadas escolas normais, primeiro nas grandes cidades, depois em todas as sedes de distrito, que prepararam milhares de professores do ensino primário, os grandes promotores da República nas zonas do interior. Lembremo-nos também das Escolas Primárias Superiores, dos Liceus e das Escolas Comerciais e Industriais, onde Viseu, no nosso caso, preparou décadas a fio as suas jovens gerações para a vida. Mas também o esforço na saúde, com a unificação de sete hospitais nos Hospitais Cívicos de Lisboa que passaram a constituir desde então uma Direcção-Geral. Na luta contra as doenças transmissíveis, o impulso dado aos Instituto Câmara Pestana, lembremo-nos o que era a raiva no início do século e o Instituto Ricardo Jorge nas doenças transmissíveis de natureza hídrica. Bem como a continuação do esforço anterior na luta contra a tuberculose, onde se destacou a última Rainha, Dona Amélia, ou ainda a criação do Instituto Português de Oncologia, na primeira metade dos anos vinte, em Lisboa, pelo Ministro da Instrução, António Sérgio. São apenas alguns exemplos. Na República cometeram-se, certamente, muitos erros, mas tomaram-se grandes decisões que salvaram o que então se chamava a integridade da Pátria com então chamadas colónias. Se não tivéssemos ido à primeira Guerra Mundial como os monárquicos pretendiam, provavelmente, as colónias não teriam ficado na posse do país colonizador, que era Portugal. Eram assim os tempos até ao ano de mil novecentos e setenta e quatro. Teriam passado para as mãos alemãs, belgas ou inglesas. À luz dos valores da época foi então a decisão acertada, que nos permitiu beneficiar também de compensações de guerra, que estimularam a nossa economia logo nos anos vinte. Mas a República foi sobretudo uma escola de valores cívicos, de igualdade, de cidadania, de probidade e honradez, valores que nem sempre voltaram a ser exaltados como o foram então. A Câmara Municipal de Viseu vai associar-se às Comemorações com diversas actividades, na qual se destaca o importante Colóquio do dia quatro de Outubro, “Jornadas Republicanas”. Em boa hora o faz cumprindo o sentido de unidade nacional e de respeito pelas instituições que tão necessários de tornam nos anos difíceis que atravessamos. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- **DEZ – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)**
– Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Cada vez mais ouvimos expressões como “existe um claro divórcio entre os portugueses e os políticos”, ou “as pessoas já não



acreditam nos políticos”, ou ainda pior “os políticos são todos uns aldrabões”. Um dos piores erros que podemos cometer, é o da tentação de facilmente cairmos na generalização. Em vez de generalizarmos, separemos antes o “trigo do joio”, e depois sim apelidemos correctamente cada um deles. Todos nós somos políticos, quase todos amadores é certo, mas, certamente, que não gostamos de nos rever nas expressões anteriores. Mas se o povo é sábio e se realmente diz o que diz, é porque, efectivamente, alguma razão deve ter. Deve haver políticos que faltam à verdade, que dizem meias verdades e que proferem inverdades, e assim sendo, não podem ser merecedores da sua confiança. Tudo isto vem a propósito da problemática que envolve uma matéria altamente estruturante para o desejado desenvolvimento consistente de Viseu, refiro-me em concreto às suas acessibilidades. O Partido Social Democrata foi sempre, suficientemente, claro e honesto para com os viseenses, sempre defendeu a necessidade de Viseu ser servida por auto-estrada e por ferrovia, e no que concerne ao pagamento de portagens, sempre, mas sempre, defendeu o princípio do utilizador/ pagador, mas, só e só se, existirem alternativas concretas e viáveis à mesma. Isto foi verdade para a ligação a Coimbra, quando defendemos a requalificação do actual IP-Três e a construção da auto-estrada A-Vinte e Quatro num novo traçado, como foi verdade para a ligação a Aveiro e a Vilar Formoso, em que defendemos a manutenção e requalificação do IP-Cinco e um novo traçado para a auto-estrada A-Vinte e Cinco. Desta forma, poderíamos ter hoje a A-Vinte e Quatro e a A-Vinte e Cinco com portagens pagas por todos os utilizadores, visto que existiriam as alternativas IP-Três e IP-Cinco. Fomos honestos, coerentes, realistas, mas também percebemos que fomos penalizados nos diversos actos eleitorais para a Assembleia da República. Mas se fomos honestos, coerentes, realistas, porque somos penalizados? Simplesmente porque havia quem promettesse, “o sol na eira e a chuva no nabal”, ou seja, prometeram auto-estradas gratuitas. Por princípio, se é gratuito deve-se aceitar, então, toca a votar nestes senhores do Partido Socialista. Mas, como todos nós sabemos, o gratuito não existe. Há sempre alguém que tem de pagar a factura. E neste caso, a factura é demasiado elevada para o País e está a ser paga por todos nós, mesmo que lá não passemos. O Partido Socialista inventou o termo SCUT, e garantia que desta forma ninguém pagaria. No início toda a gente estava satisfeita, pois o PS descobriu “a galinha dos ovos de ouro”, a chamada SCUT, construíram-se então auto-estradas com esse nome e pronto, ninguém pagava. Até mesmo na inauguração do lanço de Boaldeia-Mangualde, o Primeiro Ministro José Sócrates, afirmou e passo a citar: “A auto-estrada A-Vinte e Cinco, que a partir de hoje liga Aveiro a Vilar Formoso, não terá portagens pagas pelos utilizadores, até a região que atravessa atingir os indicadores socioeconómicos do resto do País”, fim de citação. É então legítimo perguntar, onde é que estão esses estudos que indicam que a região de Viseu atravessada pela A-Vinte e Cinco atingiu agora os indicadores socioeconómicos do resto do País? É que só assim se pode justificar a decisão deste Governo Socialista em portajar a A-Vinte e Cinco. Infelizmente para todos nós, a história cor-de-rosa do Partido Socialista, tornou-se num filme de terror. O negócio das SCUT's tornou-se num monstro económico, cujo orçamento de estado não consegue fazer face. A borla, tornou-se num negócio altamente ruinoso para o País. Os empresários das transportadoras da nossa região afirmaram recentemente na Comunicação Social que, e passo a citar: “As empresas de transportes serão afectadas directamente, mas esse custo será repercutido para toda a economia em geral e o consumidor final é que irá pagar, com os reflexos na perda de competitividade que teremos, uma vez que a A-Vinte e Cinco é uma das principais portas de saída para o nosso mercado exportador”, fim de citação. Os viseenses têm direito a conhecer, caso exista, a estratégia do Partido Socialista para o desenvolvimento da região de Viseu. Quanto à auto-estrada para Coimbra, parece que vai ser mais uma vez anunciada dentro de dias. Quanto à linha ferroviária que Viseu tanto necessita, silêncio, silêncio, silêncio. Este Partido Socialista em Viseu, faz que faz, anuncia



que faz, faz que faz, volta a anunciar que faz, mas ninguém vê, rigorosamente, nada. A política e os políticos, têm que ser credíveis. As promessas têm de ser cumpridas, pois só assim se dignifica a democracia. Os viseenses exigem aos políticos deste Governo e deste Partido Socialista, de uma vez por todas, afastem a espuma política, comecem a falar verdade e sejam cumpridores das suas promessas. O PSD só aceitará portagens na A-Vinte e Cinco, quando existir uma verdadeira alternativa rodoviária à mesma, coisa que hoje não acontece, pelo que coerentemente estamos contra a introdução destas portagens, mesmo com as trapalhadas legislativas de isenção e descontos que são acenados, para mais uma vez nos tentarem enganarem. Só que desta vez os viseenses estarão mais atentos. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- ONZE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) -

Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu quero fazer aqui uma pequena intervenção. Antes de mais, gostava só, quase que em rodapé, respeitando a legitimidade, como é evidente, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no que nos comunicou logo de manhã, de estar perplexo, ofendido. Acho que há um esclarecimento que eu devo fazer, as declarações foram feitas pelo Presidente da Federação do Partido Socialista, tanto quanto é do meu conhecimento, ao Deputado do Partido Social Democrata, Almeida Henriques, portanto, o que, evidentemente, não invalida em nada os sentimentos que aqui evocou. Mas, de qualquer das maneiras, transforma, evidentemente, um Membro do Governo a atacar, digamos, ou a referir-se a um Presidente dum Órgão Autárquico como é esta Assembleia Municipal. Este é apenas um esclarecimento que eu acho que era merecido. Depois, tenho duas questões a colocar aqui a esta Assembleia. A primeira tem a ver com uma notícia que veio a público em Abril deste ano e foi referida em vários Órgãos da Comunicação Social. Destaco aqui um título dum jornal que dizia: “Câmara começa a receber em Maio o dinheiro depositado no BPP”, portanto, era um esclarecimento que pedia ao Senhor Presidente da Câmara. Como é do conhecimento da Assembleia há um milhão de euros ainda para resgatar, digamos, neste processo. Era para perguntar como está esta situação neste Período Antes da Ordem do Dia. Depois, gostava de levantar aqui uma outra questão que confesso em discussão, inclusivamente, com os meus colegas de bancada lhes coloquei a questão. Todos entendiam que não é impedimento nenhum, portanto, não me deverá causar embaraço. E eu, de facto, também entendo que não, pese embora ser directamente visado, mas sou Membro desta Assembleia, portanto, também como cidadão acho que tenho o direito de colocar esta questão. E qual é a questão? Sou morador aqui na Rua Alexandre Herculano, no Edifício Paulo VI, portanto, que é o último edifício, cálculo que as pessoas têm conhecimento da Rua Alexandre Herculano, junto à Rotunda Paulo VI. É uma rua de sentido único, no fundo é um beco sem saída, é uma rua sem continuidade, onde há uns anos atrás abriu uma clínica de hemodiálise, o que faz com que aquela rua seja, vou utilizar a expressão, enfim, no sentido figurado, um inferno, tal é a afluência de ambulâncias e de táxis. Portanto, numa rua que é um beco sem saída, que serve um edifício que não é, propriamente, pequeno, onde moram muitas famílias, muitas pessoas, muitos carros. E, nos últimos meses a situação tem vindo a agravar-se. Tanto como é do meu conhecimento, já há várias comunicações feitas à Câmara Municipal, enfim, aos serviços da Câmara, no sentido de se procurar uma alternativa. Tanto também, como é do meu conhecimento, haverá intenção de alargar aquela rua e fazer a ligação à Urbanização Pedras Alçadas, julgo que é assim o nome que nos últimos anos foi ali construído ao lado. Eu gostava de sensibilizar o Executivo para um problema que é real, que é, absolutamente, constrangedor, porque estamos a falar de pessoas que vão, obviamente, debilitadas. Portanto, que chegam em cadeiras de rodas, e chegam por táxis, por ambulâncias e causam ali situações deploráveis, que no fundo, são pessoas a querer sair e a verem-se



impedidas com três/ quatro ambulâncias, três/ quatro táxis, a impedir as pessoas de saírem do prédio e a criar grande constrangimento. As pessoas sentem-se também, enfim, constrangidas em reclamarem, porque, evidentemente, estão a perceber que estão a reclamar com pessoas debilitadas, que estão doentes que precisam daquele serviço. Eu não sei se esta situação já está identificada como um ponto negro no panorama do trânsito da cidade. Já deveria estar. Calculo que até já esteja, o que, a reconhecer ali pela confirmação do Senhor Vice-Presidente da Câmara, se já está identificado há muito tempo, de facto, já é tempo de a ver resolvida, porque é um problema que afecta muitas pessoas, não só os moradores como os utentes desse próprio serviço. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Já agora, dizer ao Senhor Deputado que o Presidente da Assembleia Municipal de Viseu fica bastante mais descansado, porque afinal o insulto foi ao cidadão e Deputado Almeida Henriques, portanto, fico mais descansado com isso. E mais ainda, que não foi na sua qualidade de Secretário de Estado, mas sim de Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista. Enfim, só me ocorre um comentário, é que às vezes a Lei define determinadas incompatibilidades. Provavelmente há casos em que a Lei não define, mas as pessoas deviam medir na sua própria cabeça as inculpabilidades do exercício das suas funções. No meu ponto de vista, é inadmissível que quem pode ordenar inquéritos às Autarquias Locais, possa tutelar, em termos partidários, uma Federação que se relaciona com os próprios Presidentes das Autarquias Locais, mas isso “são contas dum outro rosário”. De qualquer maneira, queria deixar esta nota ao Senhor Deputado, depois da intervenção que teve. Senhor Deputado Esteves Correia tem a palavra”. -----

- DOZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Solicita o uso da palavra e diz: “Eu sinto-me na obrigação de protestar por causa daquilo que o Senhor Deputado João Paulo Rebelo disse no princípio, justificando o comentário do Senhor Presidente da Assembleia Municipal no início desta Sessão. E sinto-me na necessidade de protestar por uma razão: “Somos todos iguais”, diz a Constituição, mas há uns que são mais iguais do que outros, ou menos iguais que outros. É que eu e muitos de nós, somos tratados sempre da mesma maneira por todos: Pela justiça, pelos jornais...E somos analisados pelas acções que tomamos sempre da mesma maneira, se formos educados, somos educados, se formos malcriados, somos malcriados. Eu venho protestar, porque chego à conclusão que: Se se for Presidente da Federação do Partido Socialista de Viseu pode ser-se malcriado, mas é-se perdoado por se ser Secretário de Estado da Administração Local, portanto, não é malcriado. Há uns que são mais portugueses do que outros, há uns que têm mais direitos do que outros. E o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fica a saber que também que: Se for Deputado da Nação pode ser insultado e tem que se calar, se for Presidente da Assembleia Municipal já não é bem a mesma coisa... Mas que País é este? O Senhor Deputado Correia de Campos há pouco veio falar de algo que nos orgulha muito, estamos a fazer cem anos da Implantação da República. Penso eu que somos todos, ou quase todos, republicanos com muito orgulho, e os ideais republicanos ensinaram-nos também a educação, portanto, vamos de uma vez por todas deixar aqui o que nós conseguimos neste País nestes últimos anos fazer. Se se é Primeiro-Ministro, pode dizer-se tudo que lhe apetece, porque ao mesmo tempo que se é Primeiro-Ministro, é-se Secretário-Geral do Partido Socialista, portanto, nunca se sabe muito bem em que termos é que fala, se fala neste ou naquele, há sempre um em que é perdoado. Se se é Ministro e Presidente da Federação do Partido Socialista pode dizer-se tudo o que apetece, porque se é perdoado num dos cargos que ocupa. As pessoas são as mesmas! E todos nós temos que ser respeitados, Senhor Deputado João Paulo Rebelo. O Senhor é respeitado e respeita e tem o direito de exigir que o respeitem. Eu sou Deputado respeito e também exijo que me respeitem. O Senhor Deputado José Adelmo Bordalo Junqueiro, Presidente da Federação do Partido Socialista



de Viseu e Secretário de Estado da Administração Local tem a obrigação de se retratar por ter sido malcriado, insultuoso, para um cidadão. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- TREZE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Oh Senhor Presidente da Assembleia, eu não queria, obviamente, estar com uma questão que eu acho que não é assim também, enfim, relevante para si e quero sublinhar esta intervenção do Deputado Esteves Correia, que prezo muito enquanto pessoa, mas é, enfim, e a apelar à ética republicana, peço-lhe imensa desculpa, mas faz aqui uma intervenção de uma demagogia que, infelizmente, não é muito rara de assistirmos aqui nesta Assembleia Municipal. Se o Senhor não acha que é uma configuração totalmente diferente um Membro do Governo produzir declarações referindo-se a um Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, se isto não é um quadro diferente fazê-lo enquanto Presidente de uma estrutura partidária a um eleito da Assembleia da República. Eu não estou a por em causa o que é dito, o que não é dito, enfim, da delicadeza, da educação, ou não educação. Agora, que configura e, objectivamente, acho que quem não concordar com isto, acho que está a ser, absolutamente, parcial na análise. É diferente, porque se fosse um Membro do Governo a ter produzido declarações que, efectivamente, tocassem até a honradez como foi referido do Presidente da Assembleia Municipal, pois é, evidente, que isto tinha uma leitura diferente do que é uma declaração, do meu ponto de vista, proferida no combate político e, portanto, de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ele próprio preside a esta Assembleia e tem outros cargos partidários, e também é Deputado da Assembleia da República, como é conhecido. Podem, por vezes, gerar-se confusões no que toca, digamos, ao chapéu como se costuma dizer, com que as pessoas intervêm, mas isso não é exclusivo de partido nenhum. Julgo que é transversal aos vários partidos do nosso sistema democrático e, portanto, tem que ser aceitável. Sublinho e refiro, o que eu aqui disse apenas foi: A intervenção foi feita no quadro, e julgo também que temos que respeitar, de alguém, de um cidadão que é presidente de uma estrutura distrital partidária, e fá-lo não ao Presidente da Assembleia Municipal e não o fez, de facto, na qualidade de Membro do Governo. Eu acho que isso faz a diferença, independentemente, das declarações proferidas, que sobre elas não me manifestei. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não me vou pronunciar. Posso dizer é que eu trato com a mesma educação o cidadão mais humilde até ao Senhor Presidente da República. E acho que é assim que em termos de regras de urbanidade, inclusivamente, quem desempenha lugares públicos deve ser um exemplo para os outros, que é uma forma de dignificar esses cargos públicos, e é uma forma também de valorizar a actividade política, que é a mais nobre que eu conheço. E uma forma também de dar bons exemplos aos cidadãos. É essa a nossa obrigação enquanto titulares de pessoas com responsabilidade pública, eleitos por esses mesmos cidadãos, que nos merecem todo o respeito. Os cidadãos também não gostam que os políticos faltem ao respeito uns aos outros. Dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas”. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) - No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “O Turismo e as demais actividades relacionadas constituem um dos principais negócios mundiais. Trata-se do sector que mais cresceu na última década, por isso não admira, que a partir de mil novecentos e oitenta tenha sido instituído pela Organização Mundial do Turismo, o Dia Mundial do Turismo, precisamente a vinte e sete de Setembro. O Turismo é um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, representando cerca de oito por cento do PIB e absorvendo perto de dez por cento do emprego. O aumento do número de turistas e a importância estratégica deste sector, traduzida nas receitas que proporciona, nos



empregos que ocupa e os efeitos multiplicadores que induz em várias áreas, tem levado os agentes económicos, perante a concorrência internacional, a adoptar um conjunto de medidas dinamizadoras, especialmente no âmbito da oferta. Podem considerar-se factores-chave da atracção de Portugal como o destino turístico, o agradável clima português e a beleza da sua costa marítima de mil, setecentos e noventa e dois quilómetros. Acresce que a paisagem, a cultura, os locais históricos e monumentos, o ambiente hospitaleiro, as infra-estruturas para a prática de desportos náuticos e radicais, e sobretudo de golfe, bem como o nível da hotelaria são aspectos importantes na qualidade do turismo em Portugal. Certo é, que em Portugal Continental a procura turística tem mais expressão a nível das regiões do Algarve e de Lisboa, apesar de cada vez mais começarmos a afirmar também outros pontos de interesse através da oferta de produtos turísticos de outras regiões, como é exemplo o nosso Concelho. Segundo os últimos dados estatísticos, Viseu recebeu cerca de cento e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco hóspedes nas unidades hoteleiras. Setenta por cento dos nossos visitantes são nacionais e muitas das entradas nas unidades hoteleiras são respeitantes a turismo de negócios. Tudo isto explica-se pela ligação entre o mundo urbano e o mundo rural, pela riqueza do nosso património e da nossa história, pela segurança, limpeza, hospitalidade dos viseenses, pela qualidade ambiental, oferta cultural diversificada, as acessibilidades, bons equipamentos para a realização de feiras temáticas ou mesmo congressos e também pela excelente oferta hoteleira em quantidade e em qualidade. Muito em breve, Viseu passará a dispor de mais um serviço de apoio ao turismo e ao turista, o “Viseu welcome Center” que será instalado na Casa do Adro. Com este novo instrumento fruto de um protocolo entre a Câmara Municipal de Viseu e o Turismo do Centro de Portugal, procura-se promover o nosso território, comunicar a identidade da marca centro de Portugal e apoiar os turistas que nos visitam. Destacaria só finalmente o facto deste novo projecto ser localizado na zona histórica da cidade, o que é perfeitamente demonstrativo do que a Câmara quer para aquela zona, a recuperação do centro histórico é uma prioridade para o Executivo, uma prioridade assumida com actos e não por palavras. Resumindo, em Viseu dá gosto viver e visitar! Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. -----

- **QUINZE – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS)** – Intervém dizendo o seguinte: “Eu na última Assembleia Municipal, há pouco mais de três meses, levantei aqui a questão dos inúmeros atrasos em obras do Concelho. Num determinado jogo político, que se compreende de certa maneira, enfim, ou quase se compreende, o Senhor Presidente agradeceu eu estar aqui a elencar as obras de intervenção urbana em curso. Mas, de facto, quase diria, como seria de bom-tom em termos do Regimento deste Órgão, era fundamental que justificasse o ponto da situação das obras que eu na altura referi. Entre outras: Os atrasos verificados, este por exemplo, já de há anos, do Museu do Quartzo; Centro de Ciência Viva; a questão do Parque Aquilino Ribeiro; a questão da Quinta da Cruz em São Salvador; o atraso nas obras que seriam de cem dias na Avenida Alberto Sampaio; e ainda de não terem começado a intervenção maior na Rua José Branquinho; o alargamento da Nacional-Dezasseis de acesso norte à cidade de Viseu, e essa cada vez mais com inúmeras implicações socioeconómicas; tal como o alargamento por via da Nacional-Duzentos e Trinta Um. Portanto, eu gostaria, se fosse possível, certamente será, que o Senhor Presidente fizesse um ponto da situação relativamente a estes atrasos. Eu poderia também falar da questão da Feira Semanal, quando é que vai para outro local, ou se, de facto, há uma reconversão daquele aonde está, já que não passa para o Parque da Radial de Santiago, os dois Centros Escolares, a Central de Biomassa, que não é directamente da competência da Câmara, mas que, certamente, terá mais informações do que nós. Na mesma intervenção, e relativamente a atrasos/ promessas, eu questioneei se estava agendado algum estudo de viabilidade da Praia Fluvial para o Parque Urbano da Radial



de Santiago. De facto, ainda não veio à baila nenhum desses estudos e aquando da inauguração da Feira de São Mateus veio na Comunicação Social que o Senhor Presidente iria questionar a Ministra da Tutela, relativamente a várias questões do ambiente, nomeadamente: A Praia Fluvial; a Barragem do Catavejo, entre outras obras, que estariam potencialmente em curso, a breve prazo, aqui no Concelho. O que é certo, depois não houve, pelo menos em termos de Comunicação Social, qualquer *feedback* dessas questões, que terá colocado. Entretanto, também veio na Comunicação Social que a Praia Fluvial seria agora trasladada para o Parque Urbano da Aguieira. Eu, enfim, com algum conhecimento que tenho na matéria, fiquei mais alarmado, porque já o afirmei aqui, é fácil de fazer esse tipo de afirmações, é óbvio que, no Parque Radial de Santiago nunca seria viável uma praia fluvial com águas do Rio Pavia, é impossível. Ali a jusante, ainda para mais, da cidade, por melhor intervenção técnica, científica que haja, se na Radial de Santiago não se poderia mergulhar, como o Senhor Presidente parece que prometeu, que iria, ainda no decorrer do seu mandato, mergulhar nas águas do Pavia. Então eu diria que no Parque da Aguieira é bom que não meta o pé na água, ou mesmo com uma bateria de análises, como alguns anos alguém fez em Lisboa no Rio Tejo. A questão que eu coloco e, desde já, um desafio que lanço, não sei se isso também está em cima da Mesa, é a recuperação do projecto inicial do para aquele Parque, salvo erro, do Arquitecto/ Paisagista João Gomes da Silva, para ali criar, enfim, nunca na vida será possível uma praia fluvial abastecida pelo Rio Pavia, mas piscina e algo assim a esse tipo de infra-estruturas, isso sim, será plausível. E é tudo. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Pais Ferrão, Presidente da Junta de Repeses. -----

- DEZASSEIS - SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAIS FERRÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REPESES (PSD) - No uso da palavra diz: “No passado dia quatro de Julho do corrente ano, foi inaugurado, em Repeses, o Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol “Os Repesenses”, obra esta pensada e executada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Repeses. Foi uma longa obra, demorada, onde foram investidos cerca de quinhentos mil euros e que sem a ajuda da Câmara Municipal nunca poderia ser concretizada! Trata-se não só de uma belíssima estrutura física, mas também de uma obra que acarreta uma enorme alegria e prazer, não só aos jovens que o utilizam e aí se engrandecem e se formam, como a toda a Freguesia. É com enorme satisfação e orgulho para mim, como Presidente da Junta e para todos os repesenses, termos na nossa Freguesia um relvado sintético daquela envergadura! Em meu nome e em nome de toda a comunidade Repesense, um agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. A Freguesia orgulha-se através da obra: Pela oportunidade; pela grandiosidade; e satisfação pela sua concretização! Senhor Presidente, obrigado. É só”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu vou ser breve. Algumas questões que eu trazia aqui já foram postas, portanto, não as vou repetir. Ouvirei depois, atentamente, as explicações que sejam dadas pelo Senhor Presidente da Câmara. No entanto, havia aqui duas ou três que queria focar: A primeira, e voltando ao início desta Assembleia, queria em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP prestar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a nossa solidariedade no tocante às declarações proferidas pelo Senhor Secretário de Estado do Poder Local, vulgo Presidente da Federação, ou melhor dizendo, também Presidente da Federação Distrital do PS Viseu. As pessoas não despem o fato só porque passam da porta para fora, o respeitinho é muito lindo e fica bem a toda a gente, portanto, aqui fica a nossa solidariedade política do Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular e a minha



pessoalmente. Em relação às questões que trazia, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se já tivemos alguma resposta do Ministério da Ciência e Tecnologia, à carta enviada sobre a questão da Universidade Pública, porque os seis meses já lá vão há muito tempo. Como eu disse na altura, seis meses chegavam e bastavam, três meses até eram demais, mas é mais uma prática deste Governo, parece que a falta de respeito é comum a outros Membros do Governo, não só ao Senhor Secretário de Estado do Poder Local. Fica o registo, lamento que assim seja, até porque em relação ao encerramento da Repartição de Finanças tivemos uma carta/ resposta, o que é simpático, apesar de não concordarmos, mas pelo menos, demonstraram a atenção que merecemos e que nos é devida. Vou deixar só uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, em relação à questão, que também já aqui foi afluída pelo Deputado João Paulo, do remanescente do depósito da Câmara que está no Banco Privado Português. Saber se há algum desenvolvimento, porque este fim-de-semana circulou a notícia de que o indeferimento da providência cautelar proposta por algumas instituições financeiras, iriam começar a processar alguns pagamentos. Se há alguma novidade em relação a isso e se podia quantificar, mais ou menos, o montante que a Câmara terá a receber. É só. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Cepões. -----

- DEZOITO – SENHOR AMARO DOS SANTOS CARREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CEPÕES (PSD) – Intervém do seguinte modo: “Eu vinha aqui, muito rapidamente, só para tirar uma dúvida, é relativamente à Estrada de Asnelas. Há pessoas que chegam ao pé de mim e dizem-me: Afinal de contas andaram para aqui a aldrabar, porque a estrada já foi toda paga. Outros vêm dizer que a estrada foi paga só a cinquenta por cento. Outros dizem que nem isso foi. Eu gostava de saber do Senhor Presidente, se faz favor, para que uma vez por todas não haja mais especulação, acerca da estrada, se está paga, se foi paga, se não vai ser paga, o que é que se passa com a estrada. Era só. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal. -----

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O Senhor Doutor Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, com a anuência dos vereadores do PSD, decidiu denunciar o acordo com o Instituto Nacional de Emergência Médica, ou seja, o INEM, e conseqüentemente, a ambulância do INEM sediada nos Bombeiros Municipais desde mil novecentos e setenta e oito, deixa a partir de Outubro de prestar o socorro à população do Concelho de Viseu, apesar de ter um corpo de bombeiros suficiente, motivado e bem preparado para a execução dessa missão. Quero em nome da bancada do Partido Socialista e da população lesada, que vê limitado o acesso a este serviço, que tão bem tem vindo a ser prestado pelos Bombeiros Municipais, pagos com os nossos impostos, protestar com toda a veemência e lamentar que afinal o Executivo do PSD e o Senhor Doutor Fernando Ruas, não veja como uma prioridade a prestação de socorro a vítimas e doentes agudos do nosso Concelho, por meios de emergência da responsabilidade dos nossos Bombeiros Municipais. Obrigado”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia. -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O que me trás aqui é falar da Unidade de Saúde Familiar Viseu Cidade, extensão de Lordosa. Queria fazer um breve contexto: Esta Unidade serve duas Freguesias, portanto, de Calde e de Lordosa, são cerca de quatro mil e duzentos utentes; tem dois médicos, dois enfermeiros e dois administrativos; faz o atendimento em medicina geral; cuidados materno-infantis; planeamento familiar; consulta de diabetes; de hipertensos; consultas domiciliárias; cuidados de enfermagem. Isto fez com que o parente



mais pobre, a Junta de Freguesia, tivesse que mudar de instalações e suportar uma renda e os respectivos encargos com os gastos de electricidade. No entanto, quem trabalha nesse Centro, realmente, fá-lo com grande empenho. E também queria ao mesmo tempo, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, quando colocou Lordosa aquando dos Centros das Unidade de Saúde de Orgens, Rio de Loba e Abraveses, colocou Lordosa no mapa. Sabemos, perfeitamente, que as questões do projecto, que demoraram algum tempo, foram ultrapassadas. E queria perguntar: Senhor Presidente, para quando, realmente, a construção, ou se tem alguma coisa para nos dizer relativamente à construção da Unidade de Saúde de Lordosa, já que o terreno está lá e está pago! Está à espera, realmente, da infra-estrutura. Por tudo isto, também gostava de salientar que este tipo de investimento será, sem dúvida, o garante da fixação das pessoas nas zonas rurais, evitando a tão apregoada e preocupante desertificação. Relativamente a isto, e reforçando o que o Diamantino, o meu colega, disse, dar parabéns à Câmara Municipal pela forma como o ano lectivo arrancou. Para que haja um processo de aprendizagem não bastam só argumentos cognitivos, realmente, as crianças têm que ser felizes. Senhor Presidente de Câmara, as crianças de Lordosa são felizes. E posso dizer que as crianças de Viseu são felizes no seu Concelho. Bem-haja”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita o uso da palavra e diz: “Moção – O mundo civilizado foi surpreendido pela actuação do governo Sarkozy de expulsar da França milhares de cidadãos ciganos, originários de países da União Europeia. O direito de todos os cidadãos da União Europeia e suas famílias poderem circular e residir livremente em todo o espaço comunitário, constitui um pilar de cidadania europeia, pelo que a Comissária Europeia da Justiça, Viviane Reding, entendeu abrir um procedimento judicial contra o governo francês por violação da legislação europeia. As justificações, abertamente discriminatórias, apresentadas pelo governo Sarkozy levaram a ONU a condenar as expulsões e a apelar às autoridades francesas que cito: “evitem particularmente os repatriamentos colectivos”, fim de citação. Também o Parlamento Europeu aprovou uma resolução para o governo francês, cito: “suspenda imediatamente todas as expulsões de ciganos”. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, não podendo, como órgão autárquico representativo duma cidade que se quer afirmar pela diversidade cultural, étnica e social, ficar indiferente à gravíssima actuação do governo que dirige a França, DELIBERA: - Manifestar o seu repúdio pela expulsão e repatriamento forçado dos cidadãos ciganos residentes em França; - Associar-se às posições assumidas pelo Parlamento Europeu e Comissão Europeia contra a violação, pelo governo francês, dos tratados e demais legislação comunitária nesta matéria. Passaria a ler então a segunda Moção: ENCERRAMENTO DAS GRANDES SUPERFÍCIES AOS DOMINGOS E FERIADOS. Considerando que: Um – O governo aprovou no Conselho de Ministros de vinte e dois de Julho um decreto-lei, que se encontra, desde então, dependente da promulgação do Presidente da República, cujo conteúdo, divulgado em comunicado aos órgãos de comunicação social, remete para as autarquias a possibilidade de, “em casos devidamente justificados”, alargarem ou restringirem os limites de abertura das grandes superfícies aos domingos e feriados, “ajustando, assim, de acordo com os interesses locais, os horários definidos para todas as épocas do ano ou em épocas determinadas”; Dois – Essa transferência de responsabilidade, alijando-a do Governo, coloca as autarquias sobre pressão dos grandes interesses económicos, levando as autarquias mais próximas a concertarem posições para não deixarem fugir os consumidores do seu concelho para os concelhos ou distritos vizinhos; Três – A abertura das grandes superfícies aos domingos à tarde e aos feriados, que não se verifica na grande maioria dos países da Europa (exceptuando os países bálticos, a Eslovénia e a República



Checa, sendo que na Suécia e na Bélgica existe essa liberdade total de abertura desde que os estabelecimentos optem por um outro dia de descanso semanal), irá contribuir para acelerar o encerramento de mais pequenas e médias empresas e lojas do comércio tradicional, levando ao agravamento da desertificação humana do centro das cidades, despovoamento, portanto, como acontece já em Viseu, com todas as consequências negativas para a revitalização do centro histórico, para o turismo e para o aumento da insegurança das pessoas e bens, o que acarretará um aumento de custos para o Município;

Quatro – Apesar da enorme proliferação de grandes superfícies (só no ano passado verificou-se um acréscimo de cento e dezassete mil e quinhentos metros quadrados de grandes superfícies, hiper e supermercados, e Viseu, segundo a Associação Comercial do Distrito, já está no topo das cidades com mais médias e grandes superfícies comerciais), verificou-se, a partir de dois mil e cinco, um decréscimo do emprego no sector, o que prova que o pequeno comércio assegura mais e melhor emprego. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em cinte e sete de Setembro de dois mil e dez. **Um** – Manifesta a sua oposição ao alargamento dos horários aos domingos à tarde e feriados das superfícies comerciais com mais de dois mil metros quadrados, a bem do necessário equilíbrio entre todos os formatos comerciais e da promoção da diversidade de oferta, sem a qual não haverá uma verdadeira liberdade de escolha dos consumidores, conforme posições públicas da ACOF (Associação dos Consumidores de Portugal e da APDC (Associação Portuguesa de Direito do Consumo); **Dois** – Apela a Sua Excelência o Senhor Presidente da República para que não promulgue o decreto-lei do Governo sobre esta matéria.

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O AUMENTO DA SEGURANÇA PARA PEÕES E CICLISTAS – Considerando que: **Um** - A taxa de mortos por atropelamento em Portugal (vinte vírgula dois por cento por cento) é superior ao dobro da média dos países da União Europeia (sendo a segunda pior) e cinco vezes superior à do país com menor taxa, e dezassete por cento dos feridos graves vítimas de acidente com peões são crianças até aos catorze anos, ficando frequentemente com capacidades reduzidas para toda a vida (dados do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária); **Dois** – O Conselho Coordenador de Segurança Rodoviária Distrital, no relatório do primeiro trimestre de dois mil e dez, considerou motivo de forte preocupação a gravidade dos acidentes resultantes de atropelamentos dentro e fora das passadeiras; **Três** – A PSP registou nas localidades por si fiscalizadas, normalmente com mais de vinte mil habitantes, a ocorrência de acidentes de que resultaram cerca de cinquenta e oito por cento de peões vítimas (cinquenta e seis por cento em arruamentos e apenas dois em estradas de passagem) e vinte e sete por cento de peões mortos sendo (vinte e quatro por cento em arruamentos). No Distrito de Viseu houve cento e cinquenta e seis atropelamentos em dois mil e nove, o que resultou num morto e dezasseis feridos graves; **Quatro** – O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária lamentou, em Agosto deste ano (Público de vinte e quatro de Agosto de dois mil e dez), que as cidades não tenham feito um maior esforço na prevenção de atropelamentos em zonas urbanas, que só nos três primeiros meses deste ano vitimaram trezentos e dez pessoas; **Cinco** – São conhecidos os acidentes ocorridos na nossa cidade envolvendo ciclistas (como o que vitimou, há poucos meses, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus na “Rotunda Carlos Lopes”) e peões, como o recente atropelamento mortal de um morador de Abraveses, numa passadeira na Avenida Tenente Coronel Silva Simões, ou o atropelamento, também mortal, no ano passado, de um indivíduo na passadeira da Avenida Luís Martins, perto da “Rotunda do Quartel, sem contar outros que atiram para o Hospital jovens e adultos de que resultam, em muitos casos, incapacidades locomotoras permanentes. Por exemplo, no ano passado verificaram-se atropelamentos com feridos graves na Avenida da Europa, na Rua Maria do Céu Mendes, num arruamento (que não está discriminado) no site da Associação Nacional de Segurança Rodoviária, na Rua



Alexandre Lobo, na Rua Alferes Maldonado, na Rua Principal em Gumirães, na Avenida Luís Martins, portanto, sem contar feridos graves em anos anteriores na Avenida Cinco de Outubro, na Emídio Navarro, na Infante Dom Henrique junto à Igreja Nova, alguns deles que eu presenciei. A Assembleia Municipal de Viseu recomenda à Câmara Municipal que adopte as seguintes medidas de prevenção, sensibilização e “acalmia de tráfego” de modo a criar mais segurança à circulação dos peões e dos ciclistas, em conformidade com as recomendações do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, do último Parecer do Comité das Regiões da União Europeia Sobre a Mobilidade Urbana e de acordo, também, com as medidas sugeridas pela Semana Europeia da Mobilidade às autarquias que a ela aderiram (como foi o caso da nossa): - Redução do limite de velocidade para trinta quilómetros/hora nas ruas e praças do centro histórico que deverá passar a ser devidamente sinalizado como zona com prioridade aos peões e aos cidadãos; - Estender, progressiva e criteriosamente, a redução do limite de velocidade para trinta quilómetros por hora a outras ruas do centro da cidade, onde o atravessamento de peões passará a ser feito em passadeiras sobrelevadas (sem desnível para o peão, ficando ao nível do passeio, para comodidade de todos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, mas obrigando os automóveis a reduzir a velocidade e a parar nas passadeiras); - Alargar a toda a Praça da República a intervenção projectada para a rua em frente à Igreja dos Terceiros que dará prioridade aos peões, de modo a que todo o Rossio passe a ser sinalizado como zona com prioridade aos peões e aos ciclistas; - Nas avenidas, na estrada da circunvalação e nas novas radiais, onde a velocidade se manterá nos cinquenta quilómetros por hora (o que na prática dá setenta quilómetros por hora, dada a margem de vinte quilómetros por hora de tolerância que a lei concede aos automóveis ligeiros), o atravessamento pedonal deverá ser facilitado e protegido com o recurso a semáforos accionados pelos peões, como o que já existe na Avenida da Europa, em frente ao Tribunal, ou na Avenida Capitão Homem Ribeiro, em frente à sede da Portugal Telecom; - Desenvolver com as escolas e associações de pais planos de mobilidade escolar (comboios de caminhanças ou de bicicletas, por percursos seguros, de casa para a escola e vice-versa, com recurso a voluntariado por parte dos pais e encarregados de educação e com o apoio da PSP e da Polícia Municipal). Isto, se calhar, resolvia o problema que o Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus há pouco referiu, de facto, de entupimento das ruas de acesso ao Alves Martins na Infante Dom Henrique, mas também verifica-se mesmo noutras escolas desta cidade; - Dar prioridade à construção de parques de estacionamento periféricos (nas entradas da cidade) ligados ao centro da cidade pelos mini-autocarros eléctricos (ou por autocarros movidos a gás natural), em detrimento de mais avenidas com quatro, isto em detrimento de mais avenidas com quatro faixas que dão jeito, mas só servem para atrair mais carros para o centro onde o trânsito afunila; Por último - Colocar nas paragens de autocarros nos principais pontos estratégicos da cidade ecrãs electrónicos com indicação da hora da próxima passagem do mini-autocarro eléctrico (para inverter o subaproveitamento deste meio de transporte não poluente em que o Executivo fez bem em apostar, e que de resto parece que só está limitado neste momento a um autocarro, portanto que é o que faz a carreira do Hospital) ou mesmo do autocarro dos STUV, como já existe nas principais cidades do País. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Muito obrigado Senhor Deputado. A metodologia que eu sugiro, como são duas moções e uma recomendação, vamos debater uma a uma, quem quiser intervir, e depois o Senhor Deputado no final tem três minutos para responder a eventuais questões que se coloquem. Finalmente faremos a votação uma a uma. A primeira, portanto, vou chamar Moção Sarkozy. Quem é que quer intervir sobre ela?”. (Neste momento alguém intervém na bancada parlamentar, o que não é audível). O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: “Isto é assim, eu vou por em debate cada uma delas, se o Senhor Deputado se



quiser pronunciar sobre as três não há problema nenhum. Só por uma questão de sistematização... Os Senhores Deputados a quem eu der a palavra quiserem abordar as duas, ou as três está, perfeitamente, à vontade. Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra”. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – No uso da palavra diz: “Muito obrigado Senhor Presidente pelo seu bom senso na organização deste debate. A posição do meu partido é claramente a favor da primeira Moção do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. É claramente a favor por razões que não me detenho muito a analisar, mas que têm a ver, basicamente, com os valores europeus. Na semana passada votei no Parlamento Europeu contra a posição tomada pelo governo francês nesta matéria. Por razões de coerência voto a favor, neste caso desta Moção que protesta contra a política de repatriação usada em França e que apresenta uma violação dos valores europeus de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Em segundo lugar, sobre a Moção dos horários alargados do comércio, eu creio que a proposta legislativa que está neste momento submetida à promulgação presidencial é uma proposta de bom senso. Eu até acho que, todos nos lembramos, provavelmente, há quinze anos, quando esta questão começou, não sei se se recordam, no primeiro Governo do Executivo Guterres, houve um ministro que caiu, praticamente, por causa deste problema. Eu creio que se teria evitado esse trauma e esses problemas se se tivesse adoptado, desde então, a postura que agora o Governo propôs que é de deferir para os municípios, que conhecem melhor a situação do comércio de cada uma das suas áreas, deferir-lhes a decisão de alargar ou não alargar os horários dos encerramentos dominicais, ou das aberturas dominicais dos centros comerciais. É vidente que, todos conhecemos os aspectos bons e os aspectos maus dos centros comerciais. Conhecemos os aspectos bons, o emprego, provavelmente o maior empregador privado nacional. É uma das empresas que concentra o maior número de supermercados e isso é bom, deu emprego a dezenas de milhares de pessoas, mas por outro lado, também sabemos que provocou muitas consequências de desertificação no centro da cidade e também muitas consequências de perda de emprego. O encerramento de um pequeno comércio, normalmente, traduz-se em perda de três empregos: É o emprego do proprietário, é o emprego do seu cônjuge, muitas vezes que o coadjuva e que está também inscrito na Segurança Social e é o emprego, às vezes distinto, de um empregado. Portanto, é natural que os países, agora que estamos em crise grave de emprego, se preocupem e que os municípios também se preocupem em conservar o emprego, mas não vejo razão nenhuma para se protestar contra esta medida legislativa que aguarda promulgação. Pelo contrário, vejo que ela é correcta, vem corrigir, porventura, o que devia ser feito mais cedo, por isso, não damos o nosso apoio ao colega do Bloco de Esquerda. Em terceiro lugar, sobre a Recomendação do atropelamento de peões, provavelmente, não precisamos de ter uma posição muito específica sobre cada um dos pontos. Há muitas recomendações do Senhor Deputado na sua Recomendação que são louváveis, que são estimáveis, como a limitações graduadas, como até os trinta quilómetros no centro histórico, mas já tenho mais dúvidas sobre o alargamento generalizado do limite dos trinta quilómetros a todas as outras áreas da cidade. Estamos de acordo, certamente, com a prioridade aos peões no Rossio, com os planos de mobilidade escolar, com os parques periféricos, com os ecrãs próximos do próximo autocarro eléctrico. Certamente, são sugestões interessantes, úteis, que melhoram e que o Executivo não deixará de ponderar, mas a minha proposta, não é uma proposta formal, penso que não precisa de ser, iria no sentido de a Câmara receber estas recomendações e graduá-las uma a uma, porque há algumas que são óbvias, evidentes e correctas, outras que só quem está no terreno, só quem está no Executivo é que pode saber se a limitação a trinta quilómetros numa determinada área é correcta, ou porventura até é incorrecta, porque não nos esqueçamos também em que a repressão da circulação a um limite que seja irreal provoca,



muitas vezes, a perda de autoridade da própria Lei que reprime. A Lei tem que ser adequada ao contexto, adequada às circunstâncias e às situações, a Lei ou aos regulamentos, neste caso. E por isso, há que ter alguma interpretação *cum grano salis*, como dizem os juristas, em relação a estas recomendações, que me parecem irremediavelmente, genericamente, no bom sentido. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS

HENRIQUES (PSD) – Solicita a palavra para intervir do seguinte modo: “Dizer que, relativamente à primeira Moção que está aqui em discussão, é uma matéria que nós acompanhamos através da comunicação social, portanto, não sentimos no dia-a-dia, não houve sequer uma discussão entre representantes do Partido Social Democrata. Penso que isto é uma questão muito do foro pessoal e ético de cada um e da forma de ver as coisas, pelo que, cada um, e de acordo com a sua consciência, votará da forma que entender ser mais correcto. Não faz sentido estar aqui a dar-vos qualquer indicação de voto, é uma questão bastante delicada. Como digo, não tem a ver com a nossa realidade de Viseu, como tal, nunca foi discutida, porque quando tem a ver com a realidade de Viseu nós sabemos o que pensamos. Esta é uma questão que aparece aqui assim um bocadinho de pára-quadras e que, obviamente, nos deve preocupar como cidadãos do mundo. Relativamente à segunda Moção, evidentemente que todos temos consciência que estamos numa matéria muito delicada. O Senhor Deputado Correia de Campos teve o cuidado de dizer aqui, e muito bem, que já na década passada, inclusivamente, fez cair um ministro do Governo Socialista, portanto, o que parece que há é a pedra, a batata está muito quente, atira-se para as autarquias e agora cada uma que resolva o problema. Mas também a própria Moção do Senhor Deputado Carlos Vieira levantou aqui uma questão extremamente importante e que devemos reflectir nela, que é o facto de que se, eventualmente, uma autarquia, de Viseu, por exemplo, optasse por encerrar íamos assistir aquilo que se dizia anteriormente antes de termos as grandes superfícies. Nós quando nos deslocávamos a Aveiro só víamos gente de Viseu a fazer compras em Aveiro, Porto e Coimbra, porque aqui não havia cá, portanto, o que parece é que esta matéria é uma matéria que não pode ser tratada isoladamente em cada município, por isso, temos a felicidade de termos o nosso Presidente de Câmara, também Presidente da Associação Nacional de Municípios. Obviamente, que esta é uma matéria, se não foi há-de ser discutida dentro da Associação Nacional de Municípios, evidentemente, que tem que haver articulação, porque não é com actuações isoladas que se resolve. Não é por fecharmos e dizermos que vamos resolver, se à volta tudo estiver aberto, começamos a ver as pessoas a irem para outra cidade que não a de Viseu, o que também não é uma boa solução. Portanto, relativamente à segunda Moção, teremos que votar contra, apesar de percebermos e entendermos que há necessidade de fazer a defesa do comércio local. Agora, não temos a certeza de que uma acção isolada da Câmara de Viseu venha, efectivamente, resolver esse problema. Relativamente à outra Proposta de recomendações, sabemos que o Executivo está na Câmara Municipal, portanto, não são essas as funções da Assembleia, mas obviamente que, como qualquer cidadão comum, em qualquer jornal, ou num *blog* as coisas podem ser sugeridas e também sempre a Câmara nos deu a entender que quando as ideias são boas, são aproveitadas e são postas na prática. Portanto, não fará muito sentido estar aqui a debater uma a uma, mas esta que pode levantar um pouco mais de problemática, a questão da velocidade, obviamente, que as coisas não se resolvem assim. Os casos que foram dados aqui de atropelamentos, garantidamente que ninguém foi atropelado a cinquenta quilómetros à hora, apesar de haver uma placa a cinquenta quilómetros à hora. O que quer dizer que, não temos a garantia de pormos uma placa a trinta e os carros não circulem, rigorosamente, à mesma velocidade onde está uma placa de cinquenta. Isto levar-nos-ia para outro fórum de discussões que tem a ver com o



próprio controlo, e a própria fiscalização das leis que aqui existem, portanto, isto é uma matéria essencialmente técnica. A questão do tráfego urbano na cidade é uma questão, extremamente, técnica é especializada e como até aqui tem sido dado resposta, obviamente, que a Câmara está sempre atenta e dará as respostas que entender por bem. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos.

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma:

“Queria só tecer aqui uns comentários sobre estas duas Moções e a Recomendações apresentadas pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Começando pela primeira, a política de emigração é um tema bastante sensível, tem que ser ponderado e bem analisado, até porque há diferentes tipos de emigração: Há emigração saudável, bem-vinda, emigração que todos nós reconhecemos como útil e há também, a coberto disso, um outro tipo de emigração que só nos traz problemas. Sinto que é uma questão pessoal, do foro de cada um e estamos a falar duma situação que se passa noutra país, acho que não é do fórum desta Assembleia esta Moção deste tipo. Mas realço a sua preocupação, é um tema que também me preocupa, mas acho que tem que ser ponderado de outra maneira e de outra forma, porque isto é tudo muito bonito quando o problema não nos bate à porta, mas quando o problema nos entra pela porta adentro, se calhar, mudamos depois de opinião num ápice. Em relação à abertura dos hipers, ou das grandes superfícies, aos domingos, temos aqui um problema que já foi aqui levantado pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio. Como é um facto, o Governo, como é seu costume, passa “a batata quente”, deixou de ter um problema e quando foi questionado: Não, o problema é da autarquia. Falem com o presidente da vossa câmara, ele é que sabe se vai abrir, ou se vai fechar. Nós não temos nada a ver com isso, portanto, os senhores entender-se-ão com o executivo municipal. Pois aqui, realmente, as coisas têm que ser bem ponderadas, porque nós podemos entender, e muito bem, até concordo que, se calhar, as grandes superfícies não deverão abrir ao domingo, mas se Tondela abrir, Oliveira de Frades, a Guarda, Aveiro, o que é que vai acontecer? Os nossos pequenos comerciantes vão continuar sem vender à mesma, porque das duas uma: Ou vão estar fechados ao domingo e já não vendem de qualquer maneira, mas aí o prejuízo já não é igual, ou se abrirem ao domingo como, se calhar, infelizmente, muitas vezes nós também somos contra. Não há da parte do pequeno comerciante um investimento na promoção da qualidade, na melhoria dos seus produtos e dos serviços que prestam, vai continuar sem vender na mesma, porque as pessoas vão deslocalizar-se para os outros centros mais urbano. É uma matéria que merece reflexão e aqui, se calhar, a ser tem que ser para todos, porque senão vai haver “uns filhos de Deus, e outros enteados”, portanto, não terá o nosso apoio esta Moção. Em relação às recomendações que faz sobre a questão dos atropelamentos, das questões da segurança rodoviária, pois todos estaremos de acordo que a maioria delas, terão o apoio de todos e penso que a Câmara Municipal é sensível a quase todas elas, muitas delas até já estão em vigor. A questão da velocidade também depende do bom senso de cada um, sendo certo que se for a trinta, continuarão a andar pessoas a cinquenta, se for a cinquenta, continuarão a andar pessoas a cem e se for a cento e cinquenta, continuarão a andar pessoas a duzentos, mas penso que o Executivo Camarário será sensível a estas questões, como já o tem vindo a demonstrar. Nada a opor, simplesmente um comentário positivo pela atenção também que revela ao focar aqui este ponto que também é de sensibilidade do cidadão comum. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para responder a algumas questões que lhe foram levantadas.

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – No uso da palavra diz: “Relativamente à primeira Moção, eu devo



dizer que a primeira leva de ciganos que foram expulsos de França, o governo romeno apurou que nenhum deles tinha cadastro nem na Roménia nem em França, tratou-se, nitidamente, de uma expulsão colectiva, que de resto, o próprio Papa condenou. Mas isto não é um acto isolado, já na Dinamarca, na Suécia, a Alemanha expulsou os ciganos a quem tinha dado asilo político, refugiados do Kosovo. É preciso ver que grande parte das crianças nasceram na Alemanha, portanto, eram cidadãos alemães. Porta adentro, Senhor Deputado? Devo dizer que há ciganos, de facto, nómadas. A maior parte dos ciganos que vivem em Viseu são cidadãos nacionais, portugueses como nós. Essa questão da etnia, qualquer dia, se calhar, desaparece, mas, efectivamente, alguns são vítimas de alguma discriminação, de alguma guetização relativamente à habitação, basta ver Paradinha, etc., estão integrados. Agora, há ciganos nómadas que, por exemplo, já foram expulsos daqui pela polícia. Eu contactei com eles, alguns nem sabiam que havia o rendimento de inserção social, nem estavam a receber. Por acaso há um deles que fui eu que tratei disso, porque são nómadas, porque não têm escolaridade, inclusivamente, estão afastados. Os Senhores riem-se, mas isto é muito sério. Eu conheci famílias destas a quem dei apoio e ensinei até a recorrer ao rendimento mínimo, porque um deles era amolador, era pai de família e, naturalmente, que não ganhava para sustentar aquela gente toda. Isto é um caso sério social, que a Câmara devia estar atenta em vez de se rir aqui nesta Assembleia, desculpem meus Senhores. Assim como famílias ciganas nómadas, que estavam a vender cestos de vime em frente ao Modelo e que foram expulsas. Chegou lá a carrinha da Câmara e expulsou-os! Isto segundo o que me foi dito, porque eu não vi. Atenção, às vezes as coisas entram-nos pela porta adentro e temos que ter ética e não falar só em valores e humanidade quando no abstracto. Sobre a questão do comércio, pois é, efectivamente, foi o PSD que propôs ao PS passar a responsabilidade para as Câmaras, isto é o Bloco Central em todo o seu esplendor. Relativamente a Espanha, as grandes superfícies vão para vinte e tal quilómetros, se sabem disso. E só para acabar, sobre as questões do trânsito, é uma medida sensata de acordo com as boas práticas europeias de mobilidade e de segurança e, sinceramente, muito menos radical do que a proibição do trânsito no centro histórico que o Senhor Presidente da Câmara disse na reunião de Orgens, de Junho deste ano, que estava a ponderar. Mais cedo ou mais tarde verificar-se-á, porque eu na Moção falo em estender progressiva e criteriosamente a outras ruas do centro da cidade. No Rossio, a própria Câmara já começou por fazer isso. Isto é tal e qual como fumar em locais públicos, ou usar o cinto de segurança, ou o capacete de protecção, parar nas passadeiras. Por exemplo, nos países evoluídos as pessoas passam, efectivamente, nas passadeiras. Eu devo dizer aqui que aprendi a parar nas passadeiras quando vi que os emigrantes, sobretudo os que estão na Alemanha, paravam nas passadeiras, quer o peão viesse perto, quer viesse a um metro da passadeira. Muito obrigado”.

- **MESA** – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então passar às votações: Moção Sarkozy, vou chamar-lhe assim. A Moção foi aprovada com catorze votos a favor, seis votos contra e trinta e seis abstenções. Vamos passar agora à Moção das grandes superfícies. A Moção foi rejeitada, quarenta e oito votos contra, dois votos a favor e dez abstenções. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria para fazer uma declaração de voto”.

- **VINTE E SEIS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte declaração de voto: “Eu absteve-me por duas razões: Primeiro, porque entendo que este é um tema muito complexo, um tema muito sensível e que não pode ser objecto de uma discussão e de uma votação nesta Assembleia, sem haver previamente uma audição. Embora compreenda a bondade da Moção, penso que ela foi extemporânea, e por isso, tive que me abster sem haver uma discussão profunda sobre esta temática. Neste momento o comércio está para viver um momento muito difícil. Todos conhecemos a grave crise do



comércio, não só em Viseu como a nível regional. Penso que o próprio Município tem que estar numa reflexão profunda sobre este aspecto, pelos motivos já aqui aduzidos pelo Doutor Teodósio, nomeadamente, a necessidade de articulação regional nesta temática, a necessidade de ouvir todos os intervenientes, a Associação dos comerciantes, todos têm que ser ouvidos, tem que haver um consenso. Eu pessoalmente como cidadão não ponho de parte, atendendo ao melindre da situação, atendendo à gravidade da crise que o comércio está a viver, ser motivo de referendo municipal. E por isso, nesta óptica, embora compreenda a Moção, penso que é extemporânea, porque devia ser objecto de um maior cuidado em termos de análise, ouvir todos os intervenientes. Por isso, deixava a minha posição de abstenção”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Obrigado Senhor Deputado. Vamos agora votar a Recomendação. De facto, pensando bem, eu fui na embalagem... Tem toda a razão. Faça favor Senhor Deputado”. De imediato, dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **VINTE E SETE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** - Intervém para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, na última Assembleia Municipal, o Partido Socialista apresentou aqui duas propostas de recomendação, que deveriam ter ido a votação e que não foram. Fomos informados pelo Senhor Presidente que as propostas de recomendação não são para ser votadas, sendo que o Regimento da Assembleia, no artigo trigésimo sétimo, precisamente no Período Antes da Ordem do Dia, prevê na alínea c) – votar moções, recomendações, ou pareceres que sejam apresentadas por qualquer Membro, ou solicitados pela Câmara. O que quer dizer, evidentemente, que esta proposta de recomendação deve ser votada, como deveriam ter sido votadas as propostas de recomendação que o Partido Socialista apresentou pelo Deputado Marco Rodrigues na última Assembleia Municipal. Evidentemente que, isto deve ficar plasmado em acta, enfim, pelo erro que aconteceu na passada Assembleia Municipal e que nesta não deve voltar acontecer, claro!”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, eu de facto, deixei-me ir na onda, enfim, é o mal das moções por atacado, não é? Várias seguidas, acabei por ir na onda. O entendimento da Mesa tem sido este, o nosso papel é um papel de fiscalização da Câmara Municipal. Tudo o que sejam matérias que tenham a ver com o exercício prático do Executivo são da Câmara Municipal e o princípio que sempre o seguimos nesta Assembleia foi: Recomendações dessas são aqui apresentadas e a Câmara, se assim o entender, segue-as ou não segue. Portanto, desse ponto de vista, manterei a coerência com a forma como tenho tratado este assunto e ficará a recomendação para a Câmara Municipal, que a analisará e entenderá se deve ou não incluir. Peço desculpa pelo meu lapso, mas enfim, se calhar, futuramente, também é preciso evitar apresentar três/quatro Moções no mesmo ponto, porque isto às vezes leva o Presidente da Assembleia Municipal a ir na onda e a tratar de uma forma igual aquilo que é desigual. Senhor Deputado tem toda a legitimidade para dizer aquilo que bem entender. A Mesa é soberana, aquilo que o Senhor Deputado pode fazer, não é lavrar em acta, se quiser pode recorrer para o Plenário da Assembleia Municipal e o Plenário vota, se não, enfim, faz manifesta a sua opinião e ela ficará registada em acta como é normal”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo”. -----

- **VINTE E OITO** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Usa da palavra e diz: “O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, evidentemente, conduz os trabalhos e, portanto, fá-lo no seu superior entendimento, julgo que balizado pelo Regimento. Opta por não votar a proposta de recomendação e, evidente, que o Partido Socialista deixa aqui claro que está a haver um incumprimento ao Regimento desta Assembleia Municipal. E, portanto, era só isto para ficar em acta. Muito obrigado”. -----



- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “É o entendimento do Senhor Deputado e do Partido Socialista”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **VINTE E NOVE** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Intervém para dizer o seguinte: “Sobre esta matéria eu julgo que tem havido aqui alguns equívocos. De facto, já houve recomendações votadas, nomeadamente, sobre os abrigos dos autocarros, peço desculpa, e outros, aliás, já dei aqui exemplos, na última Assembleia, que foram votadas. Houve duas que, de facto, não foram. Foram enviadas para a Câmara. Uma sobre a isenção de taxas na via pública para os comerciantes, que de resto, ainda não recebi qualquer resposta, não sei se a Câmara apreciou isso ou não. Agora sobre esta matéria, eu devo dizer que não me repugna que isto não seja votado, porque o objectivo do Bloco de Esquerda é apenas que a Câmara tenha em conta estes problemas que acontecem que são graves e que, naturalmente, tome as medidas, que de resto, algumas eu sei Senhor Presidente da Câmara, que nem todas as recomendações que deixamos aqui caem em “saco roto”. Só para dar um exemplo, eu sugeri que bicicletas passassem a poder andar no funicular, eu fui impedido duas vezes de circular de bicicleta no funicular, antes e depois da última Assembleia, mas, recentemente, já pude andar de bicicleta no funicular. Portanto, agradeço ao Senhor Presidente por ter acolhido esta nossa recomendação. Estou certo que estas que irão para a Câmara também serão acolhidas. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia para fazer um ponto de ordem à Mesa. -----

- **TRINTA** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é um ponto de ordem relativo ao que se estava a passar anteriormente. Pelo que eu vi e assisti, o Senhor Deputado João Paulo Rebelo veio aqui duas vezes a esta tribuna sem o Senhor lhe ter dado a palavra”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito bem, o Presidente da Assembleia é excessivamente democrático em algumas circunstâncias, mas pronto, está o assunto tratado e esclarecido. Isto é, sempre foi norma da Assembleia quando são matérias de recomendação, obviamente que, a Autarquia levará em linha de contra ou não. O Poder executivo cabe ao Executivo, o poder de fiscalização cabe a este órgão autárquico que é a Assembleia Municipal e, portanto, está reposta a legalidade da situação, estão claras as posições. Vamos passar ao último inscrito Antes do Período da Ordem do Dia, que é o Senhor Presidente da Junta de São Cipriano. Faz favor, tem a palavra”. -----

- **TRINTA E UM** – **SENHOR DEPUTADO AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO CIPRIANO (PSD)** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Ontem foi dia de inauguração de obras na minha Freguesia. Por isso, não podia deixar de vir aqui agradecer à Câmara Municipal, nomeadamente, ao Senhor Presidente, o contributo que tem dado à minha Freguesia. Só assim foi possível a recuperação de mais de metade da aldeia de Ferrocinto, coberto do chafariz em Portela, saneamento e água e repavimentação a Pirodiz e Morrosa. E por último, a obra mais emblemática, e que nos orgulha a todos, que é a recuperação da antiga Estação de Comboios de Figueiró a sede de Junta de Freguesia de São Cipriano. Muitas vezes, temos ouvido nesta casa, pela oposição, críticas de não recuperar os edifícios degradados, isso não é verdade! E deixo aqui a minha disponibilidade para quem nos quiser visitar. Mais uma vez, muito obrigado ao Senhor Presidente por tudo o que tem feito na minha Freguesia. Em nome da Freguesia de São Cipriano e daquela gente toda, posso dizer-vos que foram cerca de quinhentas pessoas que assistiram aquela inauguração, muito obrigado”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----
- **TRINTA E DOIS** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Senhor Presidente da Junta de São Cipriano, provavelmente sabe, eu sou visitante ocasional, residente ocasional na sua Freguesia e o meu regozijo pela restauração e recuperação da antiga Estação de Caminho-de-ferro e anexos. São Cipriano é muito grande, tanto mais, que até afectivamente me encontro ligado a essa Estação, uma vez que o meu progenitor mais directo, o meu pai, nasceu em mil novecentos e nove e nasceu nesse edifício e, portanto, teria todo o gosto em ter participado nessa inauguração se o soubesse. Só soube quando passei, já tarde quando vi e já fora de condições para poder ser convidado. De maneira que, não é nenhuma reclamação, nem nenhum lamento, mas lembrar ao Senhor Presidente, e bom amigo, que na próxima vez que haja uma inauguração dessas tão emblemática, que nos dirija também a todos um convite, não na minha qualidade de cidadão individual, mas na qualidade, naturalmente, de Deputado Municipal. Muito obrigado”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado. Está esgotado o Período Antes da Ordem do Dia, portanto, não tenho mais inscrições. Darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram aqui colocadas e fazer apreciações”. -----
- **TRINTA E TRÊS** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Depois de duas horas e tal, vou tentar responder a algumas coisas que foram aqui colocadas. Gostaria em primeiro de dizer que também nos congratulamos com a forma como abriu o ano escolar em Viseu. Já não nos congratulamos que as próximas refeições escolares tenham a participação por parte da Administração Central de vinte e dois cêntimos, não sei se é para comprar alguma carcaça. De facto, nós abrimos no Concelho com qualidade e, sobretudo, com sossego. Sobre a requalificação nas duas escolas problemáticas, junto também a minha preocupação, que já fiz chegar ao Ministério, da necessidade de requalificar a Escola Grão Vasco e apenas referir, aqui uma vez mais, o que já fiz por escrito, que esta requalificação de escolas que muito nos agrada e que já enfatizámos, não traga depois problemas derivados da construção. A Avenida Infante Dom Henrique tem o piso danificado por causa das obras, colocámos o problema atempadamente, assim como colocámos atempadamente o problema do estacionamento. Eu espero que depois das obras concluídas não fique para a Autarquia, como costuma ser normal, a resolução destes problemas que foram directamente resolvidos e levados a quem de direito pela Câmara. Sobre o encerramento da Segunda Repartição de Finanças, pelo menos, registo repúdio por unanimidade, pese muito a algumas pessoas esta palavra repúdio. De qualquer maneira pouco pesa, porque podemos aqui estar a invocar o repúdio que ninguém nos liga, essa é que é a grande verdade. Vejam quantos repúdios já fez esta Assembleia. Às vezes fico espantado com a exigência em relação às recomendações para a Câmara. E não há ninguém que venha aqui dizer que as recomendações, as propostas, as moções por unanimidade para a Administração Central caem em “saco roto”, nem sequer têm resposta. Aqui ainda têm o Presidente da Câmara para vir questionar e vai respondendo, o que estou a fazer agora. Para as estâncias da Administração Central ninguém tem resposta de coisa nenhuma, e vejam-se aquelas que já foram feitas, até se andou aqui a debater uma data em relação ao Ministério da Ciência e da Tecnologia, se os seis meses eram muitos, se calhar, se eram poucos... O Ministério da Ciência e da Tecnologia apesar das tecnologias todas, não nos ligou importância nenhuma, não disse nada, nada sobre nada! E também não vimos aqui ninguém, as pessoas que vêm com tanta celeridade ali ao parlatório, usar uma vez este parlatório para dizer que a Administração Central não nos liga! Ainda que seja da nossa cor, mas não nos liga, não nos liga absolutamente nada! Eu



acho bem também que se venha aqui uma vez criticar esta posição autista da Administração Central, mas, pelos vistos, isso é coisa que não acontece com frequência. Sobre a questão que foi trazida aqui sobre as “Jornadas Republicanas” pelo Senhor Deputado Correia de Campos, queria dizer que nós temos responsabilidades acrescidas. Eu próprio sou membro da Comissão Organizadora a nível nacional, mas também achamos que Viseu tem uma relação umbilical com a República e basta ver os nossos topónimos para ver que ela é uma riqueza enorme em termos desta ligação à República. Nós decidimos nestas comemorações fazer, entre muitas coisas, homenagem a republicanos, mais ou menos, escondidos, escondidos entre aspas, aqueles que não têm sido tão falados e que nos devem preocupar, portanto, vamos falar de José Relvas, nesta ligação estreitíssima a Viseu e que para além da avenida, pouca gente conhece, vamos ver se lhe damos também o destaque que merece. Vamos falar do Capitão Leitão, curiosamente, meu conterrâneo e que eu tive a oportunidade de pôr na toponímia da cidade, para quem não saiba, também um republicado dos “quatro costados”, Ricardo Pais Gomes e Ana Castro Osório. Escolhemos para cada um deles um interlocutor que os conhece e, portanto, os oradores foram definidos, exactamente, de acordo com esta situação. Vamos além disso, pôr um elemento decorativo na Praça da República e também vamos fazer teatro de rua. Vamos, inclusivamente, fazer uma exposição com a Câmara de Alpiarça sobre José Relvas, concelho que ele presidiu, como é sabido, portanto, nós vamos assinalar condignamente o Centenário da República. Sobre aquilo que trouxe aqui o Deputado Manuel Teodósio, sabemos de cor sobre a questão das SCUT’s e esta trapalhada toda. Bem, já nos foi aliviada uma SCUT. A Bossa do Camelo continua a ser uma portagem e de que maneira! Já agora, queria dizer-vos que eu levei este assunto ao Senhor Presidente das Estradas de Portugal e que não fez nenhum segredo em me dizer que a Bossa do Camelo era um escândalo internacional. Disse-me até que, se ele fosse presidente na altura, ou se demitia, ou não havia a Bossa do Camelo. Como é que é possível alguém pensar em portagens numa auto-estrada aonde não se pode andar a mais de oitenta, e que tem sido, talvez, uma das maiores receitas para a Administração Fiscal, como é que é possível estar a pensar-se nesta situação. Bem, sobre a auto-estrada Viseu-Coimbra, não vale a pena estarmos com isso. Eu que não bebo, como a maior parte dos Senhores saberão, já tive que pôr no copo para brindar com champanhe mais de uma garrafa, tais foram as sessões de lançamento, já houve lançamentos sobre esta auto-estrada em tudo quanto é sítio. Pois é muito curioso, aquilo que foi dito, e não vale a pena nós jogarmos com as palavras, é, efectivamente verdade. Esta Administração Central, este Governo, lança obras, faz lançamentos sobre lançamentos, aliás, faz anúncios sobre anúncios. Quem não se lembra, por exemplo, ainda há pouco tempo anunciado com “pompa e circunstância”, a comunicação social dei-lhe a ênfase que achou por bem, está garantido o Centro de Restauro em Viseu. Foi agora garantido o Centro de Restauro em Viseu, mas que já foi garantido solenemente no Salão Nobre da Câmara por um Ministro da Cultura, anterior, que até já nem é Ministro. Há um ano e tal aquando da inauguração de uma Feira de São Mateus, o Senhor Ministro da Cultura anunciou solenemente que o Centro de Restauro ficaria em Viseu. Passado um ano e tal, aquando da Tomada de Posse do Senhor Director do Museu Grão Vasco, há um outro anúncio, que o Centro de Restauro ficará em Viseu. O que ninguém disse foi a vergonha da decisão que se tomou em relação a esta divisão. Sabem qual era o maior problema do Centro de Restauro de Viseu? Dividiu-se o País em Direcções Regionais e pôs-se uma Direcção Regional do Norte, como é sabido, apanha dez concelhos do Norte desde distrito, os outros catorze pertencem à Região Centro. Estes dez concelhos, portanto, do Norte, não engloba Viseu, mas o Centro de Restauro ficou na Direcção Regional da Cultura do Norte, o que arranjam desde logo um problema. Das duas uma: Ou tentavam levar o Presidente da Câmara de Viseu a deixar sair o Centro de Restauro para Tarouca, toda a gente percebe qual é a intenção, ou



então não saía o Centro de Restauro, como nós não deixámos sair, claramente, criou-se este problema, há um Centro que pertence a uma Direcção Regional do Norte, que não nos atinge e não nos abrange. Isto é brincar com o planeamento. Bem, são mesmo coisas sem nenhuma lógica, sem nenhum cuidado, como começa, infelizmente, a ser prática. Sobre uma questão que me foi aqui colocada sobre o BPP, eu gostaria de dizer que no BPP não temos um milhão de euros a receber, temos um milhão e duzentos e tal mil euros, já dos juros. Já agora, gostaria de dizer o que é que a Câmara fez, eu já levei este assunto ao Senhor Ministro das Finanças, e gostaria de dizer que isto é um assunto técnico que eu politicamente, digamos, respondo também, mas qual foi o procedimento que a Câmara fez que, eventualmente, tivesse algum erro. A Câmara de Viseu com alguns dinheiros que tem disponíveis, não os mete debaixo do colchão, não há colchões na Câmara, resolveu pô-los, como é correcto, nas instituições financeiras. Fez um concurso às instituições financeiras e ganhou o BPP, há muitas Câmaras e muitas instituições que nem concursos fazem, colocam-no directamente. Nós fizemos um concurso e colocamo-lo no BPP. Colocamo-lo numa instituição que o regulador achou como boa, ou então, que nos digam neste momento era, se calhar, a questão que eu devolvia, a Câmara ainda tem outros dinheiros felizmente, quais são os bancos onde nós podemos depositar, esclareçam, digam então quais são. É neste, naquele, naquele, ou então, que nos digam que devemos meter o dinheiro num colchão que nós compramos rapidamente um para ter na Câmara, mas que nos digam! Este problema é da inteira responsabilidade do Governo e do regulador. Eu não fiz nenhuma operação de risco. Coloquei o dinheiro, dinheiro que a Câmara levou para guardar num banco que faz parte do espectro do sistema bancário português e, portanto, vão ter que pagar este dinheiro e eu estou, perfeitamente, convencido que vamos receber este dinheiro, com maior ou menor dificuldade, até porque sabemos fazer encontro de contas. Nós devemos dinheiro também por outros empréstimos, naturalmente que faremos os encontros de contas, ou então pagarei esse dinheiro com o respectivo documento que a Câmara possui. Agora, o que não há é nenhuma legitimidade para um depósito com estas características e público, não ter este cuidado por parte da entidade reguladora, disto é que não há nenhuma explicação para o efeito. Sobre a questão que me foi colocada também pelo Senhor Deputado João Paulo, sobre a Rua Alexandre Herculano, a primeira coisa que me ocorreu foi, sendo a Rua Alexandre Herculano, aliás, aonde eu morei perto, o João Paulo sabe, uma Rua sem saída. Aquela Rua era a entrada para Viseu, por isso é que estava uma placa na Rua Alexandre Herculano, ao cimo da Meia Laranja e foi interrompida pela Circunvalação, pela Avenida Vinte e Cinco de Abril, como é sabido, até uma Rua sem saída que esta Câmara, Câmara a que eu presido, teve o cuidado de fazer a ligação com a nova urbanização que está do lado, só que nós não podemos obrigar os loteadores a fazerem o seu loteamento e a fazerem as estradas. Ela deixará de ter este problema, quando a ligação da Rua Alexandre Herculano fizer ligação ao loteamento do lado esquerdo, aquele loteamento bonito que está no interior da Circunvalação, portanto, só aí é que se resolve. Mas há uma coisa que pode ser dito desde já, é obrigatório por Lei que todos os edifícios tenham estacionamento e, portanto, se há algum problema com os moradores é porque não põem os carros no estacionamento como deviam fazer, põem-no cá hora, correm esse risco. E também, já agora, uma outra coisa, também ficamos a saber que o Serviço Nacional de Saúde afinal não dá resposta para tudo. A quantidade de ambulâncias que vão ali com o hospital ao lado, é porque têm que recorrer à privada, mas não podemos fazer mais nada do que ir disciplinando, digamos, aquela convivência entre os carros de saúde e os cidadãos. Se já era considerado um ponto negro, bem quem considera os pontos negros não somos nós, felizmente, é uma Comissão Distrital de Segurança Rodoviária que eu nunca vi, como ponto negro esta situação. Aquele não deve ser nenhum ponto negro, aliás, é um ponto até bem verdinho, é uma zona bem agradável e privilegiada da cidade. Eu queria realçar a forma como o Senhor



Deputado Esteves Correia se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara, às Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. Senhoras Vereadoras, estão deste lado, antigamente quando eram daquele lado toda a gente se dirigia às Senhoras, agora parece que... Ao menos valha-nos isso, também temos duas Vereadoras. Para quem andou sempre a dizer que não se cumpria a Lei das Cotas, cá estão elas, do outro lado é que não se vê, de facto. Também queria registar isso. Esta explicação aonde eu não queria entrar, realmente, há muitas coisas que deviam ter incompatibilidade. Imaginemos que aquilo que se passou com o Senhor Presidente da Assembleia, se tinha passado com um Presidente da Câmara, podia até acontecer, como é que se justificava que o Secretário de Estado que tutela as Câmaras, depois tivesse também actividade político-partidária com a mesma pessoa. Isso é uma coisa que ninguém percebe, ninguém percebe isso! Ninguém percebe que eu esteja a discutir com o casaco que o João Paulo abraçou enquanto Presidente da Federação Distrital, um cargo partidário e esteja, digamos, a debater os assuntos partidariamente, mas ao mesmo tempo poder titular o lugar que a pessoa ocupa. Isso não cabe na cabeça de ninguém, são as tais incompatibilidades que os Senhores arranjam, mas que depois ninguém liga. Agora, digamos, os termos usados, só me lembrei como é que uns são perdoados e outros são se importam. Quando eu falei aqui nesta Câmara das pedradas, os Senhores lembram-se, eu já fui absolvido uma série de vezes, já sabem disso, mas quando falei da Câmara, das pedradas, e sobretudo o Senhor Secretário de Estado aquilo que me acusou logo foi como Presidente da Associação Nacional de Municípios. Na altura, o casaco servia-lhe melhor e, portanto, não me acusou como Presidente da Câmara, foi como Presidente da Associação Nacional de Municípios. Queria dizer que os casacos uma vez servem, outras vezes têm que se separar, mas pronto. O Deputado Pedro Ruas trouxe aqui um assunto extremamente importante sobre o turismo, o desenvolvimento do turismo. Nós temos quase duzentas mil pessoas a visitar esta zona, que é um incremento notável, e temos contribuído com a reestruturação do território, nomeadamente, ao contrário do que outros fizeram, prometeram e não cumpriram. Sobre a infra-estruturação do centro histórico, nós fizemos um protocolo com a entidade Turismo da Região Centro para levarmos o *Welcome Center* para a Casa do Adro, para o centro histórico. É mais uma infra-estruturação que podia ombrear, por exemplo, com a Loja do Cidadão, mas isso “foi chão que deu uvas”. Sobre as questões que me colocou aqui o Deputado Baila Antunes. Eu devo dizer-lhe, não leve a mal, mas é preciso ter coragem para vir aqui fazer perguntas ao Presidente da Câmara sobre as obras atrasadas. Algumas, o Senhor nem sabem se estão atrasadas. Por exemplo, falou aí nos cem dias da Alberto Sampaio, cem dias é para a primeira fase, só para aquele bocadinho da rua. A Alberto Sampaio tem um prazo que é bem superior a cem dias, é o triplo. O Senhor teve este mérito, conhece as obras que neste momento estão a decorrer. E veja o contraponto, há uma coisa que não referiu, que não há nenhum atraso nelas, é nas obras do Governo, nenhuma. Não há nenhum atraso! Não há nenhum atraso no Arquivo Distrital, não há nenhum atraso no comboio, não há nenhum atraso na auto-estrada, nenhum! Nem pó! Essas obras já são do plano tecnológico, nem têm pó, nem têm nada, barulho, não têm nada, não há obras! E o Senhor fica muito admirado. Veja só esta incongruência, nós estamos no primeiro ano do meu último mandato. Isto para o seu Governo era para não fazer mais nada, nada, nada... o Senhor fica admirado, viu a quantidades de obras que nós temos aí a decorrer? Depois trouxe aqui algumas perguntas, nomeadamente, se eu mergulhava. Eu peço-lhe para ver a minha entrevista, não falei em mergulho. Quem mete água são os Senhores, eu nem falei em mergulho, eu disse que gostava muito de me banhar na praia fluvial, foi isso que eu disse, mas o Senhor já arranjou um mergulho. A praia fluvial é para ver com quem sabe e nós temos todo o direito a pensar que vamos ter praia fluvial, exactamente, ali. O Senhor pode dizer que não, também nunca lhe disse que ela era abastecida pela água do Pavia, o Senhor é que o veio dizer, mas pronto. Até pode ser que o



São Pedro que se lembre quando nós lhe dissermos: Água para a praia fluvial. Mas vamos com os tempos, há muita gente que pensava que em Viseu não se faziam determinadas coisas e têm-se feito. Também se “jurava a pés juntos” que elas eram impossíveis. Houve uma coisa que eu gostei de ouvir, disse que nunca mais vem este assunto à baila, mas o Baila trouxe cá os assuntos, não há problema nenhum, mas fez, pelo menos, um bom exercício, nisso eu admiro-o, fez um exercício das obras que temos neste momento em andamento. Já viu a quantidade de obras? Olhe algumas bem podiam ser da responsabilidade da Administração Central. O Senhor não as disse todas, mas veja a quantidade de obras que aqui enumerou que neste momento vamos pôr ao serviço dos viseenses. Por acaso, houve algumas que estão a andar tão bem que o empreiteiro corava de vergonha se soubesse que o meu amigo estava a dizer que estavam atrasadas. Então já viu a Duzentos e Trinta e Um, a velocidade a que tem andado aquela auto-estrada? Estamos a falar da ligação a Teivas, o Senhor já viu a velocidade com que tem andado aquela estrada? Para quem está a dizer que a estrada está atrasada, isso é não saber nada do que está a dizer, é achar que se pode dizer isso. Já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, a estrada está feita e tal como a Estrada de Asnelas, e aqui respondo ao Senhor Amaro, sem um tostão do Governo. Já agora, vale a pena os Senhores fiarem com esta, os Senhores fizeram campanha com a Estrada de Asnelas! Os Senhores fizeram campanha a dizer que o Presidente da Câmara que já tinha o contrato, que já tinha o dinheiro e que a estrada não estava feita. Então agora façam penitência, podem até ir a Fátima a pé, não confessam os pecados todos. O Presidente da Câmara já fez a estrada e não recebeu um tostão e já a pagou e sabe porque é que não recebeu um tostão? Com o argumento curioso, o Senhor Ministro da Agricultura do actual Governo, disse que o Ministro anterior da Agricultura não fez nada bem feito, portanto, o Senhor Ministro da Agricultura anterior fez mal o trabalho de casa. Assinou, pelos vistos, um documento fantasma, no Salão Nobre, mas que eu assinei com ele. Mandou também, se calhar, numa altura menos correcta, o Senhor Secretário de Estado, pessoa por quem eu continuo a ter muita consideração, o ex Secretário Ascenso Simões, mandou um e-mail à Câmara, também num período conturbado em que dizia quando é que pagava: em dois mil e nove; em dois mil e dez; em dois mil e onze e em dois mil e doze. Foi isto que foi dito. O Senhor Ministro da Agricultura, sobretudo, o Senhor Secretário de Estado da Agricultura não encontra nada no Ministério destes documentos, não sei se os levaram com eles. Acha isto bem? Os Senhores deviam penitenciar-se e dizer: Isto é uma vergonha. Que consideração é que nós podemos ter por um Governo que acaba de mudar de Ministro e não encontra lá nada, um documento público com as forças vivas da cidade, na presença, curiosamente, do Senhor Governador Civil, na altura candidato, que também explorou, até às últimas consequências em termos de campanha, é bom que se saiba esta situação. Os Senhores agora querem comprovar mais, que a Câmara ainda não recebeu um tostão? Não vale a pena haver nenhuma hesitação, Senhor Amaro. Deixe-me contar uma história também, porque tenho algum tempo de antena estive aqui muito tempo calado, na minha aldeia contavam que havia lá umas senhoras que ralhavam umas com as outras, chamavam de nomes e diziam coisas a pessoas, que às vezes até eram vistas de uma outra forma, e quando lhes perguntavam: Mas essas pessoas têm esses defeitos todos? Se não têm prantam-se-lhe. Bem, alguns elementos do Partido Socialista aqui em Viseu fazem a mesma coisa, não há razão para se lhe porem, mas pranta-se, que é para ver se pega. Eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados do Partido Socialista que nós não recebemos um tostão da Estradas de Asnelas, que ela está feita, continua a ser uma estrada florestal. Eu podia evocar uma razão para os atrasos das obras e era uma razão, perfeitamente, suportada, era dizer que o Governo, o seu Governo, por força do PEC, tirou a Viseu um milhão de euros, sabia disso? Nós fomos a meio do campeonato aliviados de um milhão de euros, que o Governo Socialista retirou a Viseu por força do PEC. Curiosamente,



retiraram-nos um milhão de euros, não se retirou nada à dívida, foram gastos por outras pessoas, mas podíamos atrasar as obras por isso, estávamos a contar com um milhão de euros, não os temos, mas não foi por isso, não há nenhum atraso, não há nenhum problema com as obras. Tomáramos nós que as obras que estão anunciadas pelo Governo e que caem ano após ano... O Senhor Deputado alguma vez pensou no Arquivo Distrital, um compromisso público que foi assumido pelo Governo? O Arquivo Distrital está a funcionar em instalações da Câmara, mas vamos fazer-lhes também as contas em relação ao arrendamento. A condição foi que estava em instalações da Câmara, porque iam fazer rapidamente o Arquivo Distrital na Quinta da Cruz. O Senhor ainda me vem perguntar pela Quinta da Cruz? Pergunte lá para baixo, ao Ministério da Cultura, quando é que faz o Arquivo Distrital. Então nós já disponibilizámos o terreno, Já saiu em PIDAC, já voltou no PIDAC? Então é a mim que me pergunta quando é que começam as obras do Arquivo Distrital? Pergunte lá e pergunte, já agora, quando é que pagam as instalações, porque se for ao contrário nós pagamos e de que maneira. Quando a Câmara de Viseu precisou de um metro da Quinta Agrário, pagou-o. Quando a Câmara de Viseu precisou de alargar a Estrada para o Sátão pagou com “língua de palmo” o terreno da Estação Agrária. Portanto, os Senhores o que têm que fazer é pagar a tempo e horas estes compromissos que têm com as Câmaras, nomeadamente com a Câmara de Viseu e gostaria aqui de os ver do nosso lado. Isto não é uma questão partidária, é uma questão de honestidade, verticalidade e bom senso. Os Senhores aqui não têm que estar sempre a assumir o papel da mãozinha no ar e da camisola vermelha, ou a camisola rosa, têm que assumir o papel de camisola amarela e vermelha, que é a nossa. Outro assunto mais delicado. Eu queria lamentar e não vou responder à forma como o Senhor Deputado, que já nos habituou, do Partido Socialista, que trata dessas coisas da saúde, coloca sempre, eu gosto muito que me tratem pelo nome, mas eu sou o Presidente da Câmara de Viseu, o Senhor Deputado coloca sempre no Fernando Ruas. Sobre a questão do INEM, e vamos ver se a gente se entende de uma vez por todas, primeiro dizer ao Senhor Deputado que não sabe daquilo que falou, não há nenhum acordo e nem aparece em lado nenhum. Eu queria lembrar também uma outra coisa, o Senhor Deputado estudou mal a lição, o acordo foi feito em setenta e três com a Polícia de Segurança Pública, e depois por “obra e graça” de que ninguém sabe, transitou para os Bombeiros Municipais sem nenhum acordo. Imaginem o que era um acordo de setenta e três, que nunca ninguém trouxe a colação, ainda se manter em vigor. Eu gostava que me mostrasse o acordo, Senhor Deputado, quem é que tem este acordo feito com os Bombeiros Municipais. Já agora, lembrar-lhe uma outra coisa, o INEM faz parte do Serviço Nacional de Saúde, o INEM, como o nome indica, tem um Instituto Nacional de Emergência Médica. O Senhor que é pago, muito bem, não é pago como Presidente da Câmara, é pago, muito bem, tem ele que arranjar os seus meios. Não venha dizer que é a Câmara que tem responsabilidades na saúde, é o Senhor Presidente do Instituto de Emergência Médica e não vai fazer saúde com os meios da Câmara, para esse peditório nós já andamos a dar há muito tempo. O recurso da Câmara, os nossos Bombeiros, é para fazer o trabalho dos Bombeiros Municipais. Os Senhores querem ter um Instituto de Emergência Médica, ou arranjam outro parceiro, ou fazem como fazem em Lisboa, arranjam efectivos vossos e põem-nos a trabalhar. Não pega, nem eu deixo que essas culpas passem, se não houver Emergência Médica a culpa é vossa, não é da entidade hospedeira, que ainda por cima foi hospedeira sem saber, portanto, não vão ocupar para terem este tipo de argumentos, por um lado faltam Bombeiros e por outro lado, nós agarramos nos Bombeiros Municipais para pôr na Emergência Médica. Não senhor, a partir do dia três de Outubro ficam as ambulâncias encostadas à disposição do Senhor Presidente do INEM. E mais, fica também a saber, e não deixamos essa explicação que o Senhor nos deu, essa explicação que nos deu era dum forasteiro, era de alguém, eventualmente, de Lisboa, não é a responsabilidade para ficar parado, para privar os



cidadãos, não. Vão ter que arranjar um Instituto a atingir a cidade de Viseu e a pô-la à disposição, como fazem nos outros lados. Não é por a Câmara cuidar, digamos, daquilo que é da sua responsabilidade que é argumento para retirarem o INEM. Façam protocolo com os Bombeiros Voluntários, façam protocolo com a Cruz Vermelha, façam protocolo com quem quiserem, que aceite as condições. E já agora, que lhes paguem convenientemente o serviço feito, não é para estarem a explorar os orçamentos das Câmaras Municipais a seu “belo prazer”. E mais, outra coisa que o Senhor deveria ter dito, se calhar também não sabia, o Senhor Presidente do Instituto, eu nem sei quem é, teve tanto respeito pela Câmara de Viseu para tratar este assunto tão importante, que não respondeu a quatro ofícios que a Câmara de Viseu lhe mandou. A primeira coisa que fez foi dizer que não conhecia as declarações do Senhor Presidente, também ou não vai ao Instituto ou ninguém lhas mostrou, o que não deixa de ser grave. Bem pode estar aqui a arranjar o “passa culpas”, a culpa é do Instituto e, portanto, vai ter que resolver o assunto. Não resolve o assunto é à custa da Câmara de Viseu, temos mais serviço para dar aos nossos Bombeiros Municipais. Temos, inclusivamente, de fazer aquilo que é um designo do Governo, ou que devia ser, poupança, emagrecer os serviços públicos. Nós não vamos pôr gente nossa à disposição de um serviço da Administração Central que tem obrigação de se dotar dos meios humanos para o fazer. Sobre aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Lordosa aqui trouxe, eu acho extremamente importante. Nós deixámos no protocolo, que, aliás, referiu e que conhece muito bem, que as Unidades de Saúde Familiar só seriam feitas depois de pronta a Extensão de Saúde de Lordosa, portanto, nós começámos as coisas em paralelo. Como sabem, temos tudo pronto de um lado e de outro, mas esperamos que a Extensão de Saúde de Lordosa seja feita, porque essa é a condição do protocolo, a não ser que este protocolo também vá às urtigas como têm ido os outros e que ninguém lhe ligue. Mas há uma coisa que eu queria deixar aqui claro nesta Assembleia, eu começo a ter receio de fazer obras, mesmo com protocolos com o Governo, e é bom que os Senhores saibam isso, já não me chegam assinar protocolos e fazer obras a pensar que elas estão financiadas, porque o que assistimos é a esta facilidade com que os documentos que assinamos com a vossa presença, com a presença das mais altas individualidades, depois podem, perfeitamente, ser atiradas aos cestos dos papéis sem nenhuma dificuldade. Vejam aquilo que referimos em relação à Estrada das Nelas. Com “pompa e circunstância” foi anunciado o financiamento e até hoje... Portanto, eu não me arrisco com os dinheiros da Câmara a fazer obras que são do Governo, da sua responsabilidade, sem mais garantias. Este Governo não me oferece garantia para que um simples documento assinado sirva para a justificar. Queria dizer também ao Senhor Presidente da Junta de Lordosa que finalmente, também já não era sem tempo, o projecto está pronto, mas o projecto está pronto com uma série de peripécias que nós podemos documentar com facilidade. Essa desinteligência está no Centro de Saúde Local, eu já não sei qual é que é o termo, e a de Coimbra. Aqui a dizerem-nos e a mandarem os elementos para Coimbra, que vem rejeitar tudo que este serviço ligado à saúde mandou, portanto, tivemos aqui no meio, digamos, uma discussão que não era nossa e que apenas nos disponibilizámos. Eu gostaria de dizer uma outra coisa que parece que tem que ficar claro, nós estamos a falar de obras que não são da nossa responsabilidade, que nós, e faremos isso enquanto não tivermos razões para fazer o contrário, começam neste momento cada vez a avolumar-se mais. Nós estamos a fazer obras em nome do Governo, estas obras não são nossas, estamos a fazê-las em nome do Governo, portanto, é exigível que o Governo cumpra, pelo menos, os meios financeiros para que a Câmara faça em nome do Governo aquilo que o Governo devia ter feito. Eu gostaria só de dar aqui uns esclarecimentos, eu não ouvi este conjunto e esta bateria de moções, mas gostaria de dizer alguma coisa em relação a isto. Sobre o comércio, foi aquilo que eu ouvi, já foi, perfeitamente, definida a posição da Câmara e a posição da Câmara é muito simples nesta e noutras matérias, nós



seguimos sempre aquilo que for feito na área da CIM e também foi isso que nós fizemos. Só que a CIM de Viseu, só em Viseu é que tem grandes superfícies, portanto, se houvesse outras grandes superfícies na área da CIM era com a CIM que veríamos esta situação. Não havendo, a Câmara de Viseu está isolada na CIM, mas é a posição da CIM e, portanto, fará aquilo que já fez chegar aos interessados, nomeadamente, aos responsáveis das grandes superfícies e também aos representantes dos comerciantes, fará aquilo o que as cidades vizinhas que conosco tem concorrência fizeram. Fazemos, exactamente, aquilo que fizemos quando decidimos autorizar a implementação de grandes superfícies aqui, só o deixámos até à última quando os nossos concidadãos eram obrigados a ir para Aveiro e para Vila Real para as grandes superfícies. E, portanto, se Aveiro abrir ao domingo, se Vila Real abrir ao domingo, sobretudo, se Aveiro abrir ao domingo, que é o nosso mais directo concorrente, a Câmara de Viseu deixará também abrir. Não estou para tomar uma posição apenas porque se acha que é uma posição correcta em relação aos nossos comerciantes e depois ver os meus concidadãos a deslocarem-se ao domingo todos para Aveiro às grandes superfícies. Faremos, exactamente, aquilo que for feito em termos de área onde nos integramos. Sobre as outras questões que foram aqui trazidas, nomeadamente, esta dos aparcamentos periféricos, eu acho muito piada, neste momento tem um estacionamento central, valia a pena falarmos sobre isso. A Câmara promoveu, embora seja da iniciativa privada, o aparecimento de um estacionamento central que custa quarenta cêntimos à hora e que está a maioria das vezes incompleto. E, portanto, nós vemos com frequência as pessoas andarem à volta até estacionarem mal o carro ali nas imediações, às vezes até a darem um euro ao arrumador, arrumador também ilegal, e depois deixarem de estacionar num parque que custa quarenta cêntimos à hora. Vamos primeiro dotar esta situação e o parque ninguém pode dizer que não está devidamente estruturado, guardado, vigiado, etc., etc. Sobre os trinta quilómetros à hora deixem-me dizer-lhes que eu acho que este que é um problema, embora seja como recomendação, eu, sinceramente... A análise que faço, vão ser das entidades que regulam o trânsito. Já vimos situações de algumas recomendações que depois, na prática, não têm a ver com o seguimento ou não, têm a ver é com a forma como elas são fiscalizadas pelas forças de segurança. O caso mais flagrante e que lamentamos, foi de um concidadão nosso que morreu numa passadeira, bem sinalizado, a cinquenta, mas que o indivíduo que o apanhou passou a cento e tal e, portanto, tanto fazia que lá estivesse uma lombada como um sinal, era indiferente. Eu acho que devemos ter mais cuidado à sinalética, e essa é da nossa responsabilidade, mas não é apenas por se limitar nem estou a ver algumas artérias da cidade a trinta à hora. Se temos neste momento filas de trânsito elas seriam bem maiores, mas aguardaremos que esta recomendação chegue à Câmara, analisá-la-emos e com certeza que agiremos em conformidade. Portanto, sobre as grandes superfícies já disse que a posição da Câmara está clarificada. Sobre a última intervenção não. Foram mais duas intervenções ainda, mas vou apenas comentar de passagem. Tem a ver com o Senhor Deputado Carlos Vieira dizer que a Câmara se riu, a Câmara não tem essa particularidade, ou se ri o Presidente, ou se riu os Vereadores. A Câmara é um edifício bem bonito, mas ainda não fala, começa a ser um edifício inteligente, mas ainda não se ri. Da Câmara não sei quem é que se estava a rir. Era o que faltava, que nós agora não possamos rirmo-nos aqui nesta bancada. Há uma coisa que eu fiquei muito satisfeito, e tenho que o reconhecer, à pala das bicicletas o Senhor anda no funicular, o Senhor que é um acérrimo combatente do funicular, ficámos a saber que anda no funicular. E mais, anda no funicular de bicicleta. Aquele meio está a cumprir, perfeitamente, os objectivos que nós lhe definimos. Eu gostava de deixar aqui uma palavra àquilo que fizemos ontem, que o Senhor Presidente da Junta de São Cipriano num tom emocionado, aliás, como ontem, aqui veio trazer, a jornada espectacular que ontem vivemos na sua terra. Há muita gente que não sabe aonde é que é Ferrocinto, não faz ideia. Depois são os mesmos que vêm



dizer que as aldeias estão sempre na mesma. Quem lá foi, naturalmente, que não tem essa ideia e vê as obras impressionantes que se estão a fazer. Também há muita gente que não sabe como é que era a Estação de Figueiró. O Senhor Deputado Correia de Campos conhecia-a por proximidade. Tivemos ontem a grata surpresa, um ex-elemento desta Assembleia Municipal, que lá nasceu, e que foi durante muito tempo até Presidente da Junta, o nosso amigo Pinto, que nasceu naquele espaço. E, portanto, foi uma recuperação notável que fizemos. Mas eu gostaria de dizer que o simbolismo não é apenas pela recuperação é por aquilo o que a ecopista tem propiciado. Eu vou repetir um pouco aquilo que disse ontem lá aquando da inauguração. Ao contrário do que muita gente diz, há até uns *blogs* aí que dizem que nós vamos gastar cinco milhões de euros atirados à rua, porque fazemos uma coisa em interesse entre Viseu e Santa Comba. Bem, é gente que nem sabe como é que nós gastamos os fundos comunitários, não fazem ideia disso, não sabem que a obra é financiada, nem sabem que a obra é inter-concelhia. Sabem apenas que Viseu que é o dono da obra e chega-lhes e mais nada para tentar denegrir. A ecopista, só a parte que está pronta, possibilitou requalificar toda aquela área. De um canal que estava com silvas com quatro/ cinco metros de altura, perfeitamente, votado ao abandono, ficou um canal simpático que ainda por cima ajuda as pessoas a tratarem do físico e ajudou a requalificar todas as margens dum lado e de outro. Os particulares responderam muito bem àquilo que a Câmara queria, que foi dar o exemplo e a seguir requalifica. Exactamente o que estamos a fazer com os estabelecimentos que ficaram votados ao abandono e que só agora as Câmaras, aquilo que deveria ter sido feito pela Administração Central, estão a fazer, a requalificar. Acabámos por instalar uma Junta de Freguesia, mas também um serviço que pode ser uma âncora para Figueiró e para São Cipriano de uma forma generalizada, e para o Concelho uma forma de lazer que deixámos em volta da antiga Estação dos Caminhos-de-ferro de Figueiró. Só apenas uma última nota, também aconselhava o Senhor Presidente a tomar conta do endereço do Senhor Deputado Correia de Campos para o convidar, mas não estou a fazê-lo com nenhuma ironia até por ser terra aonde vive, aonde viveu e conhece muito bem. Devia lá estar até para poder testemunhar um acontecimento que a todos nos orgulhou em termos do Concelho e sei que tal como uma pessoa que lá nasceu que iria gostar. Eu apenas que só lá passava no comboio como passageiro senti um orgulho muito grande. Mas o Senhor Deputado Correia de Campos fez aqui uma confissão, é que não lê as notas de imprensa, não lhes liga. Foi muito divulgado a inauguração, não as viu, é uma nota pública que a Câmara faz, nota de imprensa a convidar os cidadãos a irem à inauguração da recuperação da Estação de Figueiró” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obrigado Senhor Presidente. Esgotámos então este ponto, vamos passar ao Ponto Um - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a “ACTIVIDADE MUNICIPAL”, nos termos da Lei. Eu dava novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhor Presidente tem a palavra”. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – No uso da palavra diz o seguinte: “Obrigado Senhor Presidente. A actual conjuntura económica é responsável pela agonia e a degradação das condições de vida de inúmeros concidadãos. A Câmara Municipal de Viseu, atenta à dimensão deste problema, tem vindo a desenvolver esforços tendentes à amenização dos problemas que afectam as Pessoas e as Famílias. O Município de Viseu tem, assim, lançado mão de um conjunto de iniciativas com o objectivo máximo de promover a regeneração do tecido social e contribuir, igualmente, para a revitalização da actividade económica do Concelho e dos seus agentes. Neste âmbito, cumpre-me recordar, entre outras, duas iniciativas municipais que, pela sua importância e também pela sua abrangência, merecem que sejam evidenciadas, uma vez mais, nesta Assembleia Municipal, e que se dê conhecimento público do trabalho



desenvolvido e dos seus resultados. A primeira actividade que gostaria de destacar é o PROHABIT, um Programa Municipal de Apoio Financeiro para Recuperação de Habitações. Como o próprio nome indica, este é um programa habitacional promovido pela Câmara, único a nível nacional, que teve início em dois mil e três e que a partir de dois mil e seis passou a ser concretizado pela empresa municipal de habitação social: HABISOLVIS. Para quem achava que a HABISOLVIS não tinha razão de ser, cá está uma utilidade, e de que maneira, desta empresa municipal. De um modo geral, o PROHABIT procura ajudar os munícipes mais carenciados, procura combater as situações de maior precariedade habitacional e ainda promover a reabilitação dos edifícios e prédios edificadas. Entre dois mil e três e dois mil e dez o número de candidaturas aprovadas, no âmbito deste programa, aumentou mais de quatro vezes, e o valor das participações igualmente aprovadas teve um crescimento muito significativo, ou seja, os montantes financeiros envolvidos foram multiplicados por sete. No período mencionado, de dois mil e três a dois mil e sete, a ajuda disponibilizada pelo PROHABIT beneficiou um total, e eu vou frisar isto com agrado, de seiscentas e oitenta e duas famílias, a que correspondeu um investimento global por parte da Câmara Municipal de Viseu, com participações para a recuperação de habitações degradadas de pessoas carenciadas, um investimento dizia, superior a dois milhões e meio de euros. A estes valores financeiros, acresce, muitas vezes, outros apoios monetários, quando as famílias são muito carenciadas e as suas habitações necessitam de obras de vulto, como por exemplo através: Do SOLARH, como sabem, é um programa nacional, que podem obter empréstimo sem juros promovido pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e concretizado pela HABISOLVIS; Podem ter ainda apoios do VISEU SOLIDÁRIO, é um apoio a fundo perdido que é promovido pela Câmara Municipal de Viseu e é concretizado pelo Gabinete de Acção Social, pelo GAS; Outro apoio que ainda poder ter, PROJECTO SOLIDÁRIO, com a elaboração de projectos gratuitos de reconstrução das habitações, promovido, também, pela Câmara Municipal de Viseu e concretizado pela HABISOLVIS, em parceria com projectistas associados. A utilidade deste programa não se esgota com a recuperação das habitações degradadas e a melhoria das condições de vida das famílias directamente abrangidas. Em complemento, o PROHABIT tem permitido manter em constante actividade dezenas de micro e pequenas empresas de construção, bem como vários gabinetes de projectistas, que de outra forma teriam, certamente, menos oportunidades de trabalho. Eu note e enfatizo este pormenor de serem obras localizadas. A grande maioria, aliás, como ontem tive a oportunidade na inauguração que fizemos, são obras que são projectadas por projectistas, muitos deles no início da carreira, e levadas a cabo por empresas, na sua maioria, de base familiar que, naturalmente, não teriam tantas oportunidades de trabalho se não fosse por esta via. Senhor Presidente, Senhores Deputados, outra das acções municipais que gostaria de evidenciar prende-se com a implementação do Programa de Acção denominado de “PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA DE VISEU”, previamente candidatado e aprovado no âmbito do QREN/Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro. Através deste Programa de Acção, o Município de Viseu propôs-se articular e coordenar um conjunto de investimentos, investimentos de ordem de materiais e imateriais, que determinam, decisivamente a indução da Regeneração Urbana, nas suas vertentes: social, económica e cultural. Com esta intervenção pretende-se fortalecer o capital humano, institucional, cultural, social e económico de Viseu, qualificar e integrar os espaços alvo a reabilitar, promover a coesão e a inclusão sociais, estimular a revitalização socioeconómica, bem como qualificar o ambiente urbano e os factores determinantes para a qualidade de vida dos cidadãos de Viseu. A mais-valia desta operação assenta não só e apenas na regeneração urbana de Viseu e do seu Centro Histórico, mas fundamentalmente e particularmente no facto de ter sido possível fomentar



a convergência de sinergias de vinte e duas Instituições parceiras, quer de natureza pública ou privada, com a natural acção decisiva do Município, em torno de um objectivo maior que designámos: **RECENTRAR**, revitalizando, o **CENTRO URBANO** de **VISEU**. Este Programa de Acção que se iniciou em dois mil e oito, com a assinatura do respectivo “Protocolo de Financiamento” entre o “Mais Centro” e o Município de Viseu, e se prolonga, pelo menos, até dois mil e onze, envolve a realização de vinte e nove projectos, materiais e imateriais, alguns deles já concluídos, cujo investimento total ronda os dez milhões de euros. Eu queria dizer, para quem não sabe, que faz parte deste conjunto, investimentos já concluídos, como a Casa da Dança, que espero que toda a gente já tenha visitado, ou mesmo as instalações da sede requalificada da Associação Comercial do Distrito de Viseu e também as instalações em fase terminal do Centro Social de São José do Coração de Jesus, junto à Igreja Nova, e que está em fase, digamos, última da requalificação. Também neste caso, os investimentos efectuados, bem visíveis em número significativo de obras e iniciativas, têm contribuído, decisivamente, num momento de crise, para a saúde das empresas e das entidades envolvidas. Senhor Presidente, Senhores Deputados, os programas mencionados são apenas dois dos exemplos da vasta acção que o Município de Viseu tem vindo a realizar em prol do seu desenvolvimento integrado e sustentado. A concretização de diversos projectos e investimentos no âmbito do **PROHABIT** ou das “Parcerias para a Regeneração Urbana”, um pouco por todo o Concelho, vêm materializando importantes acções que se reflectem, muito positivamente e directamente na vida dos Viseenses e das suas famílias, bem como na vida das empresas, com a consequente manutenção e até criação de postos de trabalho. Para quem assistiu ao lançamento público, sobretudo, deste primeiro programa do **PROHABIT** deu conta que a grande maioria dos casos contemplados são de zonas rurais, o que para nós tem um significado especial, e bem se viu o aspecto da casa, antes e depois da intervenção, que ainda ontem pudemos ver, exactamente, numa das aldeias visitadas um Senhor que dizia com muito orgulho, que a sua casa foi objecto de requalificação do **PROHABIT**, e, de facto, eram de uma diferença enorme as condições que agora dispunha. Todo o trabalho realizado demonstra que há uma verdadeira aposta do Município de Viseu no domínio do Apoio Social, que se consubstancia através da materialização de programas como o “Viseu Solidário”, o “**PROHABIT**”, entre outros, ou da acção conjunta com a **HABISOLVIS** e da Sociedade de Reabilitação Urbana – **SRU - Viseu Novo**, no sentido de resolver e atenuar os vários problemas que impendem sobre o tecido social mais débil. Mas para além de auxiliar a resolver e a minorar problemas de índole social, a Câmara Municipal de Viseu tem procurado, igualmente e essencialmente, com a sua acção fomentar a criação de riqueza, através de parcerias com Entidades Públicas e Privadas nas mais diversas áreas. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise de Vossas Excelências, através das folhas em anexo, quer a situação financeira, quer a informação prevista nas entidades societárias e não societárias, quer as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais. Faria apenas, para terminar, uma ênfase neste último ponto, recordam-se os que cá estavam na altura, de uma questão que nos foi colocada, aqui nesta Assembleia, por um ilustre Deputado de então, que nos perguntava se não eram muitos os recursos que a Câmara tinha, a longa lista. Eu posso dizer, com algum agrado, que nos vai ajudando neste momento a minorar a situação financeira, já que, por força da declaração judicial tivemos que depositar muito dinheiro em acções, que agora é superior àquilo que o Tribunal determina, naturalmente, reembolsando a Câmara de montantes até com algum significado, o que também num momento como estes, nos ajuda, digamos, ainda a melhorar a nossa situação financeira. E é tudo Senhor Presidente”. -----
- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Diamantino Santos, Presidente da Junta de Coração de Jesus. -----



- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) –

Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Agradecia-lhe que me dispensasse dos habituais cumprimentos e ao mesmo tempo, dizer a esta Assembleia que, de facto, trazia aqui duas ou três notas sobre aquilo que o Senhor Presidente acabou de dizer, mas, se calhar, não vale a pena repetir, porque foi de tal maneira conciso que tornar-se-ia fastidioso repetir, exactamente, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer. Em relação a uma situação que eu presenciei que, felizmente, tive a possibilidade de estar presente, que foi a entrega das participações às pessoas beneficiadas pelo Programa PROHABIT. Este é de facto, um exemplo acabado de que as empresas municipais podem e devem funcionar. Eu queria acentuar aqui esta tónica, a intervenção social. Provou-se na sexta-feira, dezassete, a quem lá quis estar e quem lá pôde estar que, efectivamente, o estado social não se decreta, age-se, fez-se. Este foi um exemplo acabado daquilo que nós vimos em relação, exactamente, à entrega destas participações. Os números foram ditos pelo Senhor Presidente, não vale a pena aqui repeti-los. Eu concluiria só dizendo isto: Parabéns Senhor Presidente, parabéns à Câmara Municipal por aquilo que tem feito em prol da nossa população, sobretudo, nas zonas rurais. E se dúvidas houvessem, bastava olhar para a felicidade daquelas gentes quando foram receber o cheque. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues.

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – No uso da palavra diz: “Efectivamente, vivemos uma conjuntura económica impar, que provoca graves constrangimentos a muitos portugueses e a muitos viseenses em particular. Um dos papéis das entidades governamentais nacionais e locais é contribuir para a redução das assimetrias sociais e económicas, promover uma sociedade mais justa e igualitária. Ao Governo Central compete, por um lado, definir medidas gerais, estruturantes e implementá-las no País e nas regiões, conforme a abrangência da medida. E por outro lado, criar condições para as autarquias implementarem medidas específicas, necessárias a um determinado concelho, freguesia, ou mesmo na área de intervenção específica do município. Este é o espírito e modelo das medidas do Governo, a que a Câmara Municipal tem recorrido para promover estas acções, que hoje aqui foram apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara. A Câmara Municipal tem tido o bom senso de aproveitar algumas medidas de incentivo lançadas, quer pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, quer pelo Programa “Mais Centro”. A Reabilitação de habitações degradadas para habitação própria, ou da recuperação do património edificado público tem, efectivamente, reflexos positivos nas famílias viseenses, bem como na vida das empresas e na consequente manutenção dos postos de trabalho. Entendemos, no entanto, que o aproveitamento das medidas de incentivo que o Governo cria com o apoio da União Europeia poderá ser optimizado. Ao ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara à qual intitulou - Regeneração Social - percebemos que o que está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal no âmbito das parcerias para a regeneração urbana, foca-se na regeneração das infraestruturas urbanas, a recuperação do ambiente urbano: Os prédios; as casas; as ruas; ou as praças da área da intervenção definida. Contudo, a regeneração urbana deve ser mais do que isso, porque apesar de poder ser “dado o peixe a quem precisa de comer”, poderia “dar-se a cana e ensinar-se a pescar”, ou seja, não obstante de se apoiar as famílias mais carenciada na reabilitação da sua habitação, deveríamos criar condições para que essas mesmas pessoas pudessem sair da condição socioeconómica em que se encontram. As parcerias para a regeneração urbana têm como objectivo a regeneração social, cultural e económica dos cidadãos. Têm como objectivo criar condições para que uma determinada zona de acção se torne uma zona auto-sustentável, assente num modelo de desenvolvimento que defina objectivos a médio e



longo prazo. A opção tem sido a obra imediata em detrimento do investimento na regeneração social efectiva que garanta a sustentabilidade no futuro. Não é que nós estejamos contra as obras de melhoramento da nossa cidade, pelo contrário, nós apoiamos as obras de desenvolvimento das infraestruturas urbanas, no entanto, entendemos que é necessário um modelo de desenvolvimento económico, social e cultural que garanta aos viseenses a dita regeneração social. Para o Partido Socialista a Autarquia de Viseu também tem que assumir responsabilidades na criação de novos e melhores empregos para os viseenses e na transformação cultural e civilizacional do nosso Concelho. Regeneração social é proporcionar as condições necessárias para que o rendimento médio de um viseense seja igual ou superior à média nacional. Regeneração social é ter um plano de atracção de empresas para o concelho, que permita aos jovens qualificados poderem trabalhar no Concelho de Viseu sem terem que ir para Lisboa ou Porto, para se realizarem quer profissionalmente, quer economicamente. Aliás, Senhores Presidentes e caros colegas Deputados, o Programa “Mais Centro” é claro na afirmação componente não acimentada do programa. Define objectivamente componentes de desenvolvimento económico e social que são basilares do mesmo. Preconizam, por exemplo, passo a citar: “Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de auto-emprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração do potencial das tecnologias de informação e de comunicação. Melhoria de competências no mercado de trabalho, em particular, das pessoas em risco de exclusão social. Acções de conciliação da vida familiar com a vida profissional”, fim de citação. Falta esta componente, Senhores Deputados. Na última Assembleia Municipal apresentámos duas propostas de recomendação à Câmara Municipal: Uma para a criação de uma incubadora de empresas no centro histórico de Viseu; e outra para a criação de um prémio anual de emprego e empreendedorismo, às quais o Senhor Presidente da Câmara veio responder que não é da sua responsabilidade, veio dizer que a responsabilidade para a promoção do emprego é apenas do Governo e de mais ninguém. Ora, nada mais errado, Senhores Deputados. Se o Senhor Presidente da Câmara quer falar da regeneração social, tem obrigatoriamente que falar na promoção de condições para a criação de emprego. O emprego é a base de qualquer modelo de reabilitação urbana, requalificação social, ou regeneração cultural. Se não houver um plano de desenvolvimento económico assente na atracção de novas empresas e apoio às existentes, não pode haver redistribuição de riqueza, ascensão social, e por sua vez, regeneração social. Termina a minha intervenção reafirmando que é importante que a Câmara Municipal de Viseu continue a aproveitar os fundos dos programas de incentivo que o Governo coloca à disposição das autarquias. Aliás, os Governos Socialistas sempre perceberam que o desenvolvimento das cidades é fundamental para a melhoria da condição de vida dos portugueses. Foi assim com o Programa POLIS e é assim com o Programa Mais Centro. Defendemos a continuação dos programas de incentivo à reabilitação das infraestruturas urbanas, que têm vindo a ser implementados. Contudo, alertamos para: A necessidade da criação de um plano para o Concelho que vise a criação de emprego e, fundamentalmente, a criação de bom emprego assente na mão-de-obra qualificada; a necessidade da criação de um modelo de apoio social, que não seja meramente material, mas que estimule a regeneração social e cultural daqueles que hoje se encontram em situação mais precária. No fundo, a necessidade de definição de um modelo de desenvolvimento para o Concelho, a médio e longo prazo, que contemple a regeneração económica, social e cultural, determinantes para que não haja tantos viseenses no futuro (os tais seiscentos e oitenta e dois, salvo erro) a precisar de apoio, que agora tem vindo a ser prestado, nomeadamente, na reabilitação de habitação própria. Um presidente com obra feita garante a ascensão da sua reputação. Um presidente com obra feita e políticas económicas sociais de vanguarda, garantiria a ascensão social e económica dos seus munícipes. Este pacote de incentivos termina em dois mil e treze. Até lá



gostaríamos de ver mais medidas que contribuíssem para uma efectiva regeneração social. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia para apresentação de um protesto. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Solicita o uso da palavra para apresentar o seguinte protesto: “Senhor Presidente, é mesmo um protesto, é que isto está incompleto. É verdade que regeneração social é criação e implementação da criação de novos empregos e a regeneração social pode fazer-se autorizando a Universidade Pública em Viseu, a Faculdade de Medicina, o Arquivo Distrital. Tudo isto dá empregos e dá empregos directos, e indirectos dá muitos! Oh Senhor Deputado, não sei se foi o Senhor que escreveu isso. Penso e quero acreditar que sim, mas ia pedir-lhe que para a próxima vez tenha um pouco de cuidado na análise das coisas, como as faz, que é para não se esquecer dos pormenores todos está bem?”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Obrigado. Não sei se quer responder Senhor Deputado. Faça o favor, tem direito”. De imediato, dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- TRINTA E OITO - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada dizendo: “Eu não percebi muito bem este protesto e, portanto, eu só queria dizer ao Senhor Deputado que não pode haver confusões. Nós aqui estamos na Assembleia Municipal, não estamos na Assembleia da República. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Daniela Pereira. -----

- TRINTA E NOVE – SENHORA DEPUTADA DANIELA FILIPA CARDOSO PEREIRA (PSD) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “A recuperação e reabilitação do centro histórico da nossa cidade têm merecido a atenção de todos os cidadãos. Situações relacionadas com as decorrentes migrações da população aí residente e dos núcleos de desenvolvimento económico para as periferias, carências sociais e económicas, contribuíram para a desertificação e degradação do centro histórico de Viseu. Consciente desta situação, a Câmara Municipal tem vindo a intervir no melhoramento e regeneração dos espaços públicos, tais como arruamentos, jardins, redes de água e saneamento, telecomunicações, iluminação, entre muitos outros. Actualmente, através da criação e utilização de diversos programas de incentivo financeiro para a execução de obras de conservação, foram reabilitados dezenas de imóveis situados na ACRRU. Contudo e não obstante, não é só na área crítica que se verificam situações de carência habitacional, económica e social, também um pouco por todo concelho constata-se a necessidade deste tipo de programas de apoio. Tal como O Senhor Presidente da Câmara Municipal já falou, sobre o Programa PROHABIT, este foi criado com o principal objectivo de combater situações de grave carência habitacional, beneficiando deste, particularmente, habitantes de zonas rurais. No decorrer dos seus sete anos de existência permitiu beneficiar um total de seiscentas e oitenta e duas famílias, como já foi referido, tendo-se verificado um aumento das candidaturas aprovadas na ordem dos trezentos e vinte por cento. Desde o início do programa verifica-se um aumento das participações na ordem dos seiscentos e sete por cento, do qual cento e trinta e um das candidaturas foram deferidos apenas no ano de dois mil e dez. É com grande contentamento que aos poucos se verifica a reabilitação dos espaços envolventes e contidos no centro histórico, não fazendo das obras um motivo de incómodo, muito pelo contrário, são um motivo de satisfação por ver a recuperação de um dos elementos que faz parte da nossa identidade e que conferem consistência e continuidade à nossa comunidade. Visando a venda das habitações recuperadas na *Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística* a SRU elaborou um “Regulamento de Concurso” que continha as normas de selecção dos candidatos para aquisição das respectivas fracções, em circunstâncias bastante apelativas



com o objectivo de atrair e fixar população jovem na Zona Histórica. Vou referir algumas destas condições de acesso preferencial foram: -Candidatos jovens com menos de trinta e cinco anos; -Vinculação do candidato na habitação durante o período de cinco anos; - Destinar-se a Habitação Própria e Permanente e deveria verificar-se um limite mínimo e máximo do rendimento anual bruto do agregado familiar. Na sequência da venda dos imóveis encontram-se já emitidas todas as licenças de utilização para os vários edifícios que foram objecto de reabilitação, tendo sido os seus proprietários providos de Benefícios Fiscais, no que confere à isenção do IMI. Este processo permitiu também a instalação de diversos serviços e associações dos quais destaco: A Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal; Associação de Desenvolvimento Dão Lafões L Paiva; Orfeão de Viseu; Espaço Inter-Gerações - dedicado aos idosos; Balcão da Câmara Municipal de Viseu. Pretende-se que o funcionamento destes serviços, sejam um incentivo à instalação de muitos outros, como a Federação Académica de Viseu, os quais trarão por certo novos utilizadores à zona, proporcionando a continuação de actividades culturais e desportivas tais como, as que se têm realizado até então como: Downhill; Concertos integrados no programa Viseu Naturalmente; exposições no Museu Grão Vasco, actividades proporcionadas Federação Académica de Viseu. De uma forma abrangente estes programas são essenciais para cativar a juventude a optar pelo centro histórico para habitar, possibilitando que, com a sua participação, com os comerciantes e toda a população de uma forma geral, se actue sobre esta problemática, contando com um contributo fundamental por parte do Município da cidade, uma vez que o verdadeiro desafio não passa pela simples recuperação. Hoje, já é visível o volume de investimentos, através do conjunto de obras e recuperações realizadas, devendo ser este um caminho contínuo, uma vez que o comércio local ainda se encontra debilitado, permitindo também a continuidade da realização de actividades culturais. Muito obrigada”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Neves, Presidente da Junta de Boaldeia. -----

- QUARENTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) - Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu não podia deixar, como Membro desta Assembleia e na condição de Presidente de Junta de Freguesia de uma freguesia rural, de vir aqui falar também do Programa PROHABIT. A minha Freguesia tem sido beneficiada, algumas famílias têm sido beneficiadas com este Programa PROHABIT, com o Viseu Solidário e com o Programa SOLARH, eu tenho acompanhado essas recuperações. Com certeza que, todos nós somos capazes de imaginar o que é viver numa habitação sem casa de banho, sem uma cozinha com o mínimo de condições e até sem energia eléctrica. E tem sido nesta base que se tem feito as recuperações das habitações, que nos meios rurais se notam talvez mais do que na própria cidade. As pessoas que recebem este bem, com certeza que ficarão eternamente gratas, porque passam a ter condições de vida que não tinham: Passam a ter água canalizada; ligação de saneamento; energia eléctrica, como o caso, e eu não posso deixar de o contar - de uma mãe solteira, com duas filhas, que as criou num autêntico barracão. Uma delas quase que acabou o curso na Escola Profissional de Torredeita, sem ter electricidade em casa e tinha que recorrer aos vizinhos para poder ligar o computador que lhe tinha sido oferecido pela Escola Profissional. Estes casos têm que ser também denunciados publicamente para as pessoas terem a noção do que é, realmente, o programa, que muito nem é executado pela HABISOLVIS. Muito obrigado”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – No uso da palavra diz: “Este ponto, parecerá que eu vou falar deslocado dele, mas este ponto é sobre a Actividade Municipal, portanto, não terá que ser só, forçosamente, sobre aquilo que o Senhor Presidente da Câmara introduziu e muito



bem, mas também sobre outros aspectos da Actividade Municipal. E penso que em vez de os trazer no Período Antes da Ordem do Dia será muito mais lógica trazê-los aqui a este ponto. Isto para poder solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que fosse pensado um grupo de trabalho para circular pela cidade e arredores, para verificar da localização dos postes de sinalização, criando critérios uniformes de modo a que nós, deficientes visuais e outras pessoas com dificuldade de mobilidade, saibamos que o critério é sempre igual em qualquer lugar por onde circulemos na cidade ou no concelho. E dou-lhe como exemplo, Senhor Presidente da Câmara, uma coisa extraordinariamente simples aqui a cinquenta metros: A fachada lateral dos Correios que dá para o Largo Humberto Delgado tem cinco postes no passeio, cada um posto de sua maneira e à sua distância do lancil e da parede. É uma selva de postes em que, inclusivamente, noutra dia tive a experimentar e há lá dois que se eu tiver o azar da bengala passar o primeiro poste eu vou bater com a cabeça, de certeza absoluta, no segundo. E tudo isto, porque não há critério, e se calhar, aqueles dois postes poderiam ser um único poste, mais alto, com as duas placas postas no mesmo poste, portanto, seria de todo o interesse que isto fosse verificado seriamente, porque este é um exemplo dos muitos que há, como um que eu já trouxe aqui a esta Assembleia, que é por exemplo: A meio de passeios, em Marzovelos, haver bocas-de-incêndio, porque é que as coisas não são deslocalizadas ou para junte das paredes, ou junto ao lancil do passeio, pelo menos haver um critério uniformizado. Também um outro ponto que já aqui trouxe, e como não vejo que tenha sido tomada nenhuma decisão, a não ser talvez a sinalização, penso que foi lá posta, que é o problema da passadeira, da passagem de peões da Rotunda Paulo VI, quando se sai em direcção à Praça Carlos Lopes. Tem ali uma série de pontos negros para os condutores, principalmente para os que vêm da Praça Paulo VI, que quase só vêm os peões quando estão em cima da passadeira. Ou se deslocaliza a passadeira, ou se cria uma barreira efectiva para que os automóveis andem ali muito devagar, com bandas sonoras, não sei, eu não sou o especialista. Temos a demonstração de que há especialistas a trabalhar nos problemas do trânsito em Viseu, que os têm resolvido e bem, portanto, eu só queria levantar mais uma vez esse problema para ver se ele era resolvido. E agora, a título também de informação, Senhor Presidente da Câmara, eu queria solicitar-lhe o seguinte, até porque eu tenho muito orgulho de ter sido aluno da Escola Alves Martins, como o Senhor foi também, fomos colegas lá e contemporâneos, tenho um orgulho enorme de que aquela Escola vá ficar uma Escola que é um luxo, com algumas falhas, mas está um luxo, se calhar até um luxo asiático, e não posso deixar passar em claro que numa época de crise como é esta que nós passamos, que o pavilhão gimnodesportivo, aonde tinham sido gastos mais de sessenta mil contos há pouco mais de dois anos e meio, e que foi demolido para tornar a recompor. Ficou muitíssimo bem, sem dúvida nenhuma, está bonito, mas foi forrado a “Azulejo Viúva Lamego”. Nós não estamos em tempo de obras faraónicas, talvez pudesse ser ou pintado, ou forrado com outro tipo de azulejos, ou coisa no género, que custaria um décimo do preço, mas isto é um aparte. O que eu queria pedir Senhor Presidente da Câmara, é que fosse da parte dos técnicos da Câmara e da Polícia Municipal, levado muito a sério a zona envolvente da Escola Alves Martins, porque as obras estão quase a acabar. Está tudo danificado à volta da Escola. Estão passeios rebentados; estão sarjetas partidas, quando começar a chover a sério, não sei o que é que será, o que vai acontecer, portanto, tido aquilo. Acho que os serviços da Câmara deverão estar alerta para obrigar o empreiteiro e a Park Escolas a recompor e pôr aquilo como estava, porque estava bem. Além disso, também, porque se facilitou e, se calhar bem, porque havia necessidade, a Rua atrás do Liceu, a Rua José Oliveira Berardo é um parque de estacionamento por tudo quando é lugar, é parque de estacionamento de automóveis e também já até de contentores. Facilita-se, sem dúvida nenhuma, mas agora quando acabarem as obras haverá necessidade que a Polícia Municipal ande mesmo em cima daquilo para organizar e reordenar novamente toda



aquele zona, por aquilo é um verdadeiro caos. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Felicito a Câmara Municipal por este programa de acção de parceria para a regeneração urbana de Viseu. É evidente que, a reabilitação urbana começou tarde, portanto, quase ao fim de vinte anos de mandato deste Presidente, e vão ser necessariamente precisos, suponho que mais uma década, para revitalizar completamente o centro histórico, enfim, “vale mais tarde do que nunca”. É evidente que, foi preciso o mercado imobiliário ficar saturado, verificar que nem na Avenida da Europa aonde estavam previstos, se calhar por esta altura, estarem dez mil pessoas, era o que estava previsto, as obras estão paradas. E, naturalmente, este processo de reabilitação urbana não só vai recuperar os centros históricos, como vai mexer com o tecido empresarial. Não é por acaso que o Bloco de Esquerda propôs a nível nacional, que um dos investimentos que o Governo devia fazer para investimento público com retorno, seria, exactamente na reabilitação urbana, um programa a nível nacional, um novo POLIS, digamos, para a reabilitação urbana que, sendo investimento público, daria emprego, recuperaria as cidades e mexeria com a dinamização económica. Felicito também a Câmara pelas parcerias com as associações culturais e com a FRAP - Federação Regional das Associações Pais e Encarregados de Educação, para trabalho social, nomeadamente, através das artes nos bairros sociais. De facto, são iniciativas, algumas sugeridas por essas associações, mas que são positivas e têm uma efectiva intervenção no tecido social. Agora, a verdade é que a maioria dos problemas que o Bloco de Esquerda aqui tem levantado, tanto pela minha antecessora como por mim próprio, continuam a verificar-se. Por exemplo, no Bairro da Balsa, eu já aqui falei: Humidades interiores, paredes com empolamentos, é evidente que se pintou por fora, mas a verdade é que aquele Bairro precisava, de facto, também de uma intervenção nos interiores. O mesmo podemos dizer da Quinta da Pomba aonde também há problemas que já aqui coloquei, de humidades nas paredes interiores, vi escorrências de humidades que chegavam a estragar as roupas no interior dos roupeiros e a solução dos técnicos era abrir as janelas, enfim. Também no Bairro da Quinta da Pomba há moradores idosos que recebem sair, porque escorregam nas escadarias desabrigadas, expostas à chuva. Alguns já pediram a colocação de guarda-ventos acrílicos, como, de resto, já existe num dos blocos. A minha antecessora, A deputada Graça Pinto, já colocou aqui, falou nestes problemas. Lembro-me até que o Presidente da Câmara disse que ela não conhecia o Bairro, que era um Bairro modelo, que tinha lareiras em todas as casas. E como eu na altura tive a oportunidade de escrever, provavelmente, o Senhor Presidente, enfim, é que não conhecerá também os bairros. A verdade é que só o bloco que o Senhor Presidente inaugurou é que tem lareiras, porque todos os outros blocos, creio que são nove, não têm lareiras. No Bairro Municipal, no chamado Bairro da Cadeia, a angústia das pessoas continua, porque não sabem quando é que o Bairro vai abaixo, se vai num futuro longínquo... Já agora, aproveito para esclarecer o Senhor Presidente, que quando aqui trouxe, enfim, para ilustrar este problema, o depoimento de uma moradora que disse que teria falado com o Senhor Presidente da Câmara e que lhe teria perguntado: Não sei se hei-de colocar mosaicos na minha casa ou não. O Senhor Presidente teria falado com a Senhora e lhe teria respondido: Coloque que ainda os vai gozar e voltará a gozar. O Senhor Presidente jurou que não tinha falado com a senhora e u abordei-a, porque não gosto de passar mentiroso, nem duvido, naturalmente, da sinceridade do Senhor Presidente, mas também não tinha motivo nenhum para desconfiar da sinceridade da senhora. A senhora disse-me que tinha falado com o Senhor Presidente, que o abordou no Rossio e que teria tido essa resposta. Bem, eu estou disponível para esclarecer isto, mas veio só “a talho de foice”, porque também não gosto de ser posto em causa. Relativamente



ao Bairro Primeiro de Maio, houve uma boa intervenção nos espaços verdes que estavam, de facto, bastante deteriorados. É certo que o Bairro não era da responsabilidade da Câmara anteriormente, mas as rendas estavam, escandalosamente, baixas, foram actualizadas, e muito bem, Mas, por exemplo, um dos casos que nos chegou às mãos, passou este ano para vinte e tal euros e depois a adequação e correcção do valor da renda, de forma faseada e progressiva ao longo de cinco anos, atira para uma renda em dois mil e catorze de cento e oitenta e quatro euros e meio. Enfim, isto é um aumento de oitocentos e tal por cento, eu gostaria de saber quais foram os critérios que presidiram a estas contas. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas que lhe foram colocadas.

- **QUARENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder às perguntas que lhe foram colocadas e diz: “Foi aqui colocada a questão do PROHABIT, e eu gostava de referir o carácter, digamos, abrangente deste programa, trouxe-o na minha intervenção, não vale a pena estar a falar. De facto, nós fizemos um programa que é único a nível nacional, isto é que importa referir, que privilegia aquilo que nós consideramos ser os mimos das casas: A cozinha: o quarto de banho; a instalação eléctrica e as coberturas. Fizemos a distinção entre prédios mais antigos e prédios mais novos e, portanto, é o sucesso que todos conhecemos, este programa. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Marco Rodrigues, o Senhor Deputado já nos habituou a “falar de cátedra”. Por acaso foi aquele modelo que aplicou no País, aquele que me estava a dizer? Foi este modelo que os Senhores aplicaram, o emprego e não sei quê? “Muito bem prega Frei Tomás: Faz o que ele diz, não faz o que ele faz”. Os Senhores não têm nenhuma legitimidade para dizer como é que se organiza um programa de desenvolvimento. Os Senhores que levaram o País à ruína! Os Senhores que aumentaram o desemprego, agora vêm dizer: Olhe, faça assim. Sabe qual é a máxima que eu uso? É fazer ao contrário daquilo que os Senhores me dizem. Esse é que é o caminho. Não vale a pena o Senhor Deputado vir aí... Os Senhores criaram bons empregos. Isso criaram, em Viseu criaram alguns empregos bons pela vossa mão, toda a gente os conhece. Dou-vos os parabéns por alguns empregos de qualidade que criaram, mas isso, nós sabemos a quem é que se destinaram! Toda a gente o sabe! Os Senhores esses empregos criaram-nos, de qualidade, sem concurso, daqueles que a gente sabe como é que foi. Agora está a dizer-nos como é que nós devemos fazer? Oh Senhor Deputado, por amor de Deus! Olhe, eu aconselho-o a ler uma entrevista, ontem, de um conhecido urbanista, talvez da pessoa com mais legitimidade para falar no mundo, o Arquitecto Jaime Lerner, que tive o prazer de ouvir várias vezes, até pessoalmente, veja o que é que ele diz. Sabe o que é que ele diz e a resposta que lhe daria? Deixe-se de teorias. Sugere até outra coisa: Façam acupunctura social. Basta fazer de vez em quando uma âncora numa cidade para ela se desenvolver. Os Senhores vêm com grandes teorias: Façam assim, façam assim... Digam lá qual é que é o modelo aonde a gente vai beber? O Arquitecto Lerner diz-nos para irmos a Curitiba. Os Senhores digam-nos qual é a cidade, que nós vamos lá ver aonde é que os Senhores aplicaram esta prática, esta teoria. Bem, “criar condições para que as pessoas saiam da situação económica em que se encontram”. Só lhe faltou dizer: Criem condições para que as pessoas saiam da situação em que nós os metemos, Só lhe faltou dizer isso! Quer dizer, os Senhores metem-nos na situação que toda a gente conhece, agora está a pedir-mos: Criem lá condições para que saiam desta situação. Depois veio dizer aqui: “Lançados pelo “Mais Centro”. Não é verdade e vale a pena dizer, de uma vez por todas, esta situação, eu sei que estamos hoje a confundir muitos casacos, mas temos a sorte de ter aqui um Deputado do Parlamento Europeu, mas os Senhores nunca mais se convencem que os fundos europeus que não são vossos? Os Senhores fazem muito foguetório acerca dos fundos europeus, que não são vossos! E nós sabemos depois o resultado que dá.



Estamos a construir um Quartel de Bombeiros em que a única comparticipação da Administração Central foi o fundo europeu, o resto é da Câmara. Os Senhores não participam nada! Quando queremos fazer depois o acesso, criam mil e um obstáculo, portanto, os fundos europeus são tanto vossos como nossos, porque se fossem só vossos iam sempre para os mesmos sítios. Nós temos acesso aos fundos europeus por direito próprio, não é o Governo que os dá, senão estávamos feitos. Depois: “Criar melhores empregos para os viseenses”. Bem, isto, de facto, é teoria e eu não me vou perder com isso. Só uma nota, o Senhor não gostou do protesto do Deputado Esteves Correia, mas o que é facto é que respondeu. Também já percebi isso, o Senhor não percebeu, mas respondeu. Os Senhores fazem muito isso, mesmo quando não percebem respondem e não há problema nenhum, independentemente da pergunta, já temos mais outra cassete, quer dizer, o Senhor não responde, das duas uma: Ou dizia que não estava de acordo com o protesto, diz que não percebeu, mas deu-lhe a resposta logo a seguir. Sobre a questão que trouxe aqui a Deputada Daniela, eu queria dizer-lhe que fico muito feliz, por uma jovem ter percebido qual é o nosso programa, o nosso conceito para o centro histórico e para as habitações sociais, sinceramente. E poço dizer que somos únicos. Houve muita gente, aliás, na esteira daquilo que se tem feito, que aponta sempre propostas para o centro histórico, mas não fazem nenhuma das suas responsabilidades. Vejam aquilo que já foi apontado para o centro histórico, nomeadamente, por um Governo Central e qual foi a desculpa que foi dada. Eu vou repetir para que as pessoas tenham memória. O Senhor Secretário de Estado veio dizer que se devia mudar a Loja do Cidadão para o centro histórico. Bem, o que veio a seguir, o outro Secretário de Estado: Não, não, ele não é da área, ele não tinha nenhuma legitimidade, o Secretário de Estado do Comércio não tem nenhuma legitimidade para falar da Loja do Cidadão para o Centro Histórico, tínhamos que ser nós. Aquilo está dividido em capelinhas, portanto, um disse, o outro já dizia que não disse. O que é facto é que a Loja do Cidadão está aonde sempre esteve. E eu pergunto: qual é o contributo para a vivificação do centro histórico? Quando o Senhor Deputado Carlos Vieira diz que a reabilitação que começou agora já devia ter começado há mais tempo, também achamos que sim, teria era que haver condições. Aproveitámos todas as condições. Toda a gente sabe que não são pelos orçamentos camarários, pelas receitas que aqui são geradas, que pode reabilitar um centro urbano e o centro histórico. Reabilitam-se se houver programas para o efeito. Agora, há uma coisa que nós sabemos, a Câmara de Viseu aproveitou-os. E queria dizer aqui alto e bom som, também para os Senhores terem algum orgulho, de toda a execução financeira dos programas regionais a média, que está ainda baixa, digamos, mas que alguma expressão que tem se deve à Câmara de Viseu. A nossa execução no Programa Operacional Regional é muito acima da média, portanto, nós estamos a aproveitar as oportunidades que vão havendo, não há mais não podemos de facto... E já agora, uma outra coisa, eu sei que vem daqui por um bocadinho, mas eu vou antecipar. Nós vamos daqui a bocado discutir majorações e minorações no imposto municipal, nomeadamente, no centro histórico. E o que diz o quadro à saciedade é que cada vez são menos as que se majoram e mais as que se minoram, o que significa que, só minoramos prédios requalificados e majoramos prédios degradados, o que significa, que com o programa as pessoas cumpriram aquilo que nós lhes pedimos. Estão cada vez mais a requalificar os seus prédios, e daí, a Câmara receber menos dinheiro, porque é minorado o imposto, Cada vez há menos prédios degradados e pode ver-se, perfeitamente, pelo quadro que, de facto, não engana. Eu queria dizer que sobre esta questão dos programas, eles são para continuar. Nós temos perfeita convicção que este programa é um programa caro, este Programa do PROHABIT, mas temos também a convicção que ele alavanca muitas vontades. E, sobretudo, como foi dito na Sessão, que já aqui foi referido, do dia dezassete, é um bom exemplo, se calhar, para ser seguido pela Administração Central, porque ele é feito todo por pequenas empresas, a maioria delas familiares e da própria



aldeia. É ali que nós geramos emprego. É um programa que alavanca também a economia local. E foi, exactamente, isso que nós propusemos ao Governo quando lhe demos de “mão beijada” um plano de investimento municipal, que podia na senda desta, do PROHABIT e de outras situações alavancar a economia local. Sobre as sugestões que o Deputado Esteves Correia aqui trouxe, eu queria dizer que em relação à zona envolvente da Escola Alves Martins e da Emídio Navarro, nós fizemos chegar atempadamente e não só, eu reuni com a Senhora Ministra da Educação e um dos pontos que lá levava era este aliás, que trouxe a esta Assembleia, era que não deixassem ficar os terrenos envolventes, que foram degradados por força das obras de requalificação, de qualquer maneira que nós não íamos deixar. Portanto, estou à espera que aquilo fique convenientemente tratado, aliás, queria dizer até a este propósito, para verem o envolvimento da Câmara em obras em que nós não somos chamados, é bom que se saiba, porque se nós fossemos chamados, eu por exemplo, teria sérias dúvidas se a cor do Liceu deveria ser aquela. Nós não somos chamados. A Administração Central em obras da sua responsabilidade, “não nos passa cartuxo” e, portanto, eu até como antigo aluno não queria aquela cor, queria a cor original que lá estava, que era aquela em que eu me revia e muitas das pessoas que lá andaram tinham, exactamente, a mesma ideia. Aquilo foi uma obra que nos passou ao lado, aliás, de acordo com a legislação. Eu queria dizer que nós vamos pugnar para que aquilo fique tudo como deve ser, aliás, como o encontraram, não fazem mais do que a sua obrigação. Mas o nosso envolvimento é de tal ordem, que nós na Escola Emídio Navarro propusemos, inclusivamente, prolongar o jardim até à entrada da Escola, partindo do princípio que aquela rua é muito secundária deixamos-lhe ainda lugar para estacionamento e, portanto, nós, até para a segurança dos alunos, vamos prolongar o Jardim de Santo António até à entrada da Escola. Foi uma proposta nossa da qual podíamos, perfeitamente alhear-mo-nos, como disse, não são obras nossas. Sobre a criação deste grupo de trabalho, eu vou levar isso muito a sério, porque me parece uma boa ideia. Esta, do grupo de trabalho, para uniformizar a sinalética, numa cidade que, como sabem, está envolvida na promoção de acessibilidades com grande destaque nas entidades que têm esta responsabilidade e, portanto, eu compro essa ideia, entre aspas, com todo o gosto. O José Esteves Correia falou aqui das bocas-de-incêndio, mas não é só, há outros obstáculos, os quais nós já denunciámos. Eu lembro a esse propósito, os armários da EDP, não são apenas um obstáculo, mas também um convite a colocarem lá propaganda político-partidária. E já agora, para não sermos todos inocentes, vejam quais são os partidos que os utilizam na propaganda político-partidária. São, normalmente, os amigos do ambiente, entre aspas, os partidos de esquerda, que tanto dizem que são amigos do ambiente e que sem pudor utilizam os armários para colocar lá as coisas que depois deixam. Aliás, como depois fazem com os postes de electricidade, que são públicos, e aonde amarram os *placards*, a maior parte das vezes já enferrujados, para ficarem de campanha para campanha, de anúncio para anúncio. Também aí uma grande confusão, não se sabe qual é que é o partido A, o que é que é a organização sindical B, e que ficam de tempos a tempos na cidade. Se isso também é uma contribuição, digamos, para um ambiente mais saudável “vou ali, já venho”. A questão da Praça Carlos Lopes, já é recorrente esta acusação, eu lembro-me bem porque já foi connosco, que alterámos a tipologia da Praça Carlos Lopes e diminuiu em muito os acidentes, mas eu confesso que poderemos fazer mais alguma coisa, sobretudo, na descida da Avenida Cidade de Peniche. Aquela parte da Carlos Lopes tem que ter uma barriga maior para que as pessoas tenham um bocado de mais cuidado, fica muito direitinha para a Circunvalação e leva a que as pessoas andem com uma velocidade e entrem ali com uma velocidade que pode ser evitada. Vamos também ver isso com gosto. Sobre a última questão que foi aqui trazida, eu não vou entrar nisso com o Senhor Deputado Carlos Vieira, sobre a Senhora que me abordou no Rossio, era o que faltava, senão daqui a bocadinho está aqui dizer que também converso só com três pessoas,



peessoas a assistirem e eu não queria isso. Não vou entrar nisso, era o que me faltava! Eu disse-lhe, o Senhor agora acredita se quiser, nem sei do que é que está a falar. Não lhe posso dizer mais do que isto. Azulejos? Nunca ouvi falar disto, mas eu como tenho uma memória boa... Não sei se a senhora me abordou, se calhar até estava a pensar noutra coisa. Se calhar, quando ouvi falar em azulejos pensei que eram os do Tomás Ribeiro. Não sei, não faço ideia, não faço ideia do que é que está a falar. O Senhor continua a insistir nesta coisa de que eu falei com uma senhora. Bem, mas há uma coisa que eu não posso deixar passar em claro, é que traga aqui como exemplo de nódoas na cidade a Quinta da Pomba. Olhe que é preciso ter lata! O Senhor lembra-se como é que era a Quinta da Pomba? Era um bairro de lata que nós removemos. Os Senhores lembram-se como é que era a Quinta da Pomba? Então tem alguma hipótese quando ver dizer: Olhe, chove nas escadas. Também na minha casa! Há humidades. O Senhor Vice-Presidente estava a pensar se também lá podia mandar, porque também tem humidades em casa. Desculpe lá, isto é razão para dizer que aquele Bairro de Habitação Social, que recebeu um prémio, não fomos nós. O Instituto de Habitação deu um prémio, naturalmente, ao projectista, pela qualidade do Bairro. É evidente que há-de ter mazelas, mas as pessoas também têm que contribuir em alguma coisa para irem requalificando, a não ser que nós fiquemos, como aqui há um anos, também foi comigo que isso calhou e resolvemos o problema bem, numa casa de magistrados que até as cortinas tiveram vinte anos por mudar, porque era da Câmara e a Câmara fornecia tudo. Só faltava essa! Então a Câmara dá um bairro de habitação social, com excelente qualidade, e as pessoas não têm obrigação de irem fazendo alguma coisa? Há lá humidade, vai a Câmara fazer... A Câmara já fez a sua parte, e bem! A Câmara só tem, de acordo com aquilo que não foi cumprido pelo empreiteiro, obrigar a recuperar. Sabe qual é o valor das rendas que pagam ali e, portanto, a conservação das casas, naturalmente, que deve ser da responsabilidade de cada um, a não que hajam problemas de ordem estrutural que justifiquem uma intervenção mais profunda, de resto, não vamos intervir quando a pessoa nos diz: Olhe que a minha casa tem humidade. Penso que todos nós temos, digamos, esse problema. Há uma coisa que eu não entendi e é a última coisa. A Avenida da Europa neste momento já lá devia ter dez mil pessoas? Essa para mim é novidade! Só me falta isso. Bem, eu já não estou em condições, mesmo que nós desatássemos a fazer filhos aí todos, não dava não é? Nós temos um Plano de Pormenor que atira para a Avenida da Europa e envolventes, onze mil. É a ocupação máxima, onze mil pessoas. Alguém diz que é agora? Com o Diabo, temos de morrer muitos dos que estão cá estão e isto sem estar completo! Nós tivemos a obrigação de deixar aquilo decidido, planificado e agora é ocupado pelos os investidores. É evidente que, nem eu obrigo o investidor que começou cá em baixo a andar mais depressa, não tenho essa legitimidade, nem posso obrigar a um investidor que tem um terreno lá disponível: Agora faça a construção. Era o que me faltava! O investidor anda de acordo com aquilo que entende da economia e das suas perspectivas futuras. Já agora, e é mesmo a última coisa, não há nenhuma confusão para o Bairro da Cadeia. A Câmara tem um plano aprovado, que só ainda não foi iniciada a sua utilização por uma razão muito simples, o Instituto de Habitação faz contratos com as Câmaras não cumulativamente e, portanto, mal nós tenhamos completo o protocolo que temos com eles e que tem ajudado a reedificar muitas casas no centro histórico, passaremos à requalificação do Bairro da Cadeia. Mas toda a gente já sabe o que é! Podem estar em desacordo. Eu dou de barato se estiverem em desacordo. Eu vou recapitular uma vez mais o que é que vamos fazer do Bairro da Cadeia. Nós achamos que o Bairro da Cadeia não pode ser numa zona da cidade, por muito que eu goste que as pessoas tenham a sua casa individualizada, estar uma superfície tão nobre, e tão grande, disponível para meia dúzia de pessoas, algumas das quais já têm segunda habitação. E, portanto, aquilo que nós dizemos é: Vamos transformar aquilo deixando lá os vestígios para memória futura, de uma série de casas, que fizeram as características



daquele Bairro, e vamos transformar aquilo em habitação social de modo a que as pessoas fiquem lá, em habitação horizontal. É isso que vamos fazer. Ou desconhece que a maioria da degradação, por exemplo do Bairro, tem a ver com construções que foram lá postas a seguir? O Bairro não estava assim, quem lá pôs as capoeiras não foi a Câmara! Nem as coberturas de zinco e, portanto, nós vamos transformar aquilo em habitação condigna, naturalmente, de acordo com as famílias e vamos fazê-lo de forma gradual, não tirando as pessoas do sítio aonde estão. Nós já temos libertado um sítio para fazer um bloco e instalamos logo as pessoas que estão ali ao lado, e depois à medida que vamos libertando os outros, vamos instalando as pessoas. Isto tem alguma coisa de condenável? Eu acho que até é uma boa planificação. Agora, é muito natural que hajam pessoas que venham dizer, podem até ter audiência, por exemplo, em si: Ah, mas eu tinha a casinha, não quero sair de lá. Está bem, mas a Câmara tem obrigação de aproveitar o espaço público dando-lhe dignidade e aproveitá-lo da melhor maneira. Eu não posso ter um espaço tão grande e tão nobre, quanto aquele, ocupado por meia dúzia de pessoas que, como disse, que numa boa parte dos casos faz aquilo segunda habitação. Portanto, esta é a nossa responsabilidade e é assim que vamos fazer, tendo em atenção que as pessoas não vão ser retiradas do sítio que escolherem para viver. Esperemos depois que aproveitem a habitação horizontal para ficarem lá”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

- **QUARENTA E QUATRO - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Queria agradecer ao Senhor Presidente o elogio, que as intervenções são feitas de cátedra. São, de facto, porque há uma preparação, pelo respeito que tenho a esta Assembleia, ao contrário, às vezes, de algumas intervenções, numa espécie de fanfarronice, umas brincadeiras que são ditas aqui a trocar nomes... E, portanto, da minha parte haverá sempre algum respeito por esta Assembleia. Relativamente ao emprego, eu relembro aqui duas situações: A JSD do Concelho, recentemente eleita, veio à comunicação social dizer que uma das suas preocupações, e que foi apresentar ao Senhor Presidente da Câmara, era, precisamente, o emprego a sua maior preocupação. Tivemos também, um sindicalista da Bancada do PSD, que veio a esta semana também falar sobre os desempregados existentes no Distrito, portanto, é uma situação que preocupa todas as bancadas, é uma situação que toda a gente reconhece que deve ser uma preocupação, só o Senhor Presidente é que, pelos vistos, não quer assumir qualquer responsabilidade nesta situação, chutando sempre estas responsabilidades para o Governo, porque, mais uma vez, a obra é só do Presidente da Câmara e tudo o resto que está mal é culpa do Governo. Sobre os fundos europeus, é natural e convém esclarecer, que todos os fundos europeus são negociados pelo Governo junto da União Europeia para situações específicas de cada país. Todos os Governos Portugueses têm feito isso ao longo do tempo, têm percebido quais são as necessidades que existem no País em determinadas regiões, e em determinados municípios em concreto, e têm negociado pacotes que vão ao encontro das necessidades desses concelhos. E, portanto há, naturalmente, aqui um impulso por parte do Governo e, quanto mais não seja, também com a parte que o Governo Português tem que dar para estes fundos que depois revertem novamente a favor dos portugueses. Sobre empregos, eu também queria fazer aqui uma pequena correcção, é que, de facto, têm sido criados alguns empregos. Têm sido criados empregos na área dos cuidados médicos para dar resposta ao número de acidentes causados pelas barreiras e os buracos do funicular, ou também sido criados empregos para os metalúrgicos, que têm, quase semanalmente, de fazer reparações e remendos no mesmo funicular. Aliás, um exemplo da má utilização de alguns dinheiros públicos. Hoje, saiu que teve cem mil utilizações esse funicular, mas de facto, se tivesse uma utilização que fosse de interesse para a cidade, se calhar, não seria de borla, se calhar, não teria que serem levadas lá, quase, as excursões para que se continuasse a juntar a esse número.



Outros empregos também criados recentemente, são os serviços de insolvência prestados às empresas que estão a fechar na Avenida Alberto Sampaio. Aqueles que contavam com as obras por c em dias, mas que entretanto, se deparam com obras que já vão em mais do dobro do tempo. Só para terminar, sobre a intervenção da colega Deputada, que refere que os concertos Viseu Naturalmente, o Downhill, a Semana Académica, etc., são factor de atracção de jovens para o centro histórico. Bom, na minha opinião, Senhores Deputados, as festas e as actividades são importantes para a dinamização do centro histórico, mas não são estes que levam os jovens a morar nesta zona. Os jovens morarão no centro histórico quando lá tiverem emprego e condições de vida moderna permanentes, empresas e empregos que não sejam subsídio-dependentes e essas empresas é que trarão uma verdadeira regeneração social e económica. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio para apresentar um protesto.

- QUARENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra para fazer o seguinte protesto: “Senhor Presidente, é um voto de protesto, da forma como a intervenção que foi feita aqui anteriormente. Uma forma, perfeitamente, arrogante, perfeitamente, descontextualizada, que só encontro justificação, eventualmente, pelo adiantado da hora e, efectivamente, alguma fraqueza física leve que também haja uma fraqueza mental. De cátedra é, precisamente, isso. Eu não sou porta-voz do Senhor Presidente da Câmara, mas eu entendi que quando falava de cátedra era de quem fala de uma forma arrogante, detentor da verdade absoluta e que Deus quando andou aqui a distribuir os neurónios, fez ali uma concentração, faltando noutros. Portanto, não é isso que acontece, todos nós sabemos que não é, mas leva também a fazer aqui umas misturas. Há bocado, o Partido Socialista preocupou-se aqui em que falavam na qualidade A e B e agora vem tentar misturar-se, também alguém da bancada, neste caso, querendo dirigir-se a mim, numa outra organização que presido, tentar misturar os dados. É assim: Foi o Secretariado da UGT, que tem militantes do Partido Socialista, que emitiu um comunicado sobre os dados assustadores do desemprego no Distrito de Viseu, que só nos últimos quatro anos disparou vinte e cinco por cento. Vinte e cinco por cento! E também apontamos quais as é que são as soluções. As soluções são: O Governo falar e ouvir com quem é responsável pela criação de emprego, que são os empresários. E os empresários, eu há bocadinho na minha intervenção tive o cuidado de fazer aqui uma transcrição, dos empresários de Viseu, no caso concreto, dum ramo específico, dos transportes, que estão preocupadíssimos com as portagens na A-Vinte e Quatro e A-Vinte e Cinco e que, directamente, também irá afectar a situação de emprego. Neste caso, indo aumentar o desemprego. Agora, tentar aqui misturar e falar daquela forma. Penso que estamos num tom calmo, sereno, estava com dignidade a Assembleia, acho que era escusado. Muito obrigado”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida para apresentar um protesto.

- QUARENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – No uso da palavra apresenta o seguinte protesto: “Muito obrigado Senhor Presidente. Eu, de facto, julgo que o tom que utilizei na minha intervenção não fez baixar o nível das intervenções, pelo contrário. Algumas palavras do Senhor Deputado é que, de alguma maneira, denotam algum tom, que se calhar, e se o Senhor entende e são palavras suas, talvez seja da fraqueza. Não ponha em mim nenhuma arrogância, que não a quero ter, quero apenas contribuir para o debate. Queremos que o debate se centre naquilo que é o essencial que é, efectivamente, o ponto da regeneração social, e é para isto que estamos a contribuir, e é para isto que estamos a tentar falar de dados que foram apresentados e, portanto, não estava a criticar também a sua intenção enquanto sindicalista. Pelo contrário, a referir que a sua preocupação é legítima e é também a



preocupação da Bancada do Partido Socialista em questões de emprego. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu quero dizer aos Senhores Deputados o seguinte: Eu a partir de agora, quando a figura regimental que for utilizada não corresponder àquilo que os Senhores Deputados fazem eu corto a palavra, porque um protesto tem uma determinada filosofia. Quando se utiliza abusivamente a figura regimental, eu terei que cortar a palavra. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esgotarmos este ponto e para irmos almoçar. Se calhar, isto já é fome”. -----

- **QUARENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** –

Intervém para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não é nenhum protesto, é para falar olhos nos olhos. Sinceramente, o Senhor Deputado Marco, que é relativamente novo nestas andanças, traz aqui alguns assuntos, eu nem sei se estou a ver o ventríloquo, se estou a ver o resto. Sinceramente, eu fico espantado, se estou a ver o criador, se é a figura criada. Eu já ouvi isto e andei anos a ouvir isto. O Senhor quase que queria imputar que sou eu que digo que eu não tenho nada a ver com o emprego. Eu nunca disse isso. Eu tenho obrigação de criar condições para que os viseenses tenham as melhores condições de vida, as melhores oportunidades. Quem tem a obrigação, por isso é que tem o Ministério do Emprego, por isso é que os Senhores definem quem é que é o Director do Centro de Emprego e o Secretário de Estrado do Emprego, porque se fosse eu não estavam lá aqueles, já provaram que são incompetentes. Portanto, o Senhor não me vai imputar responsabilidades que são vossas. Eu sei muito bem assumir as minhas responsabilidades em relação ao emprego. Os Senhores assumam as vossas. Criar condições, são os Senhores que as criam! Quem dá o subsídio de reintegração social são os Senhores! Depois mistura as coisas, o Senhor vem com uma certa ironia, depois diz que não, que foram as pessoas de caíram no funicular, e que as pessoas na Alberto Sampaio... Na Alberto Sampaio é um bom lugar aonde há empregos, mas não é aquele lugar aonde o Senhor disse, é mais cá para cima. Olhe, era um bom sítio para haver insolvência. Se houvesse insolvência, talvez Senhor fosse capaz de ter outro tipo de atitude, mais modesta e mais compreensiva dos problemas da cidade. Deixe-me dizer-lhe, eu tenho muito respeito pelas pessoas que vêm aqui. Agora, quando vêm repetir as mesmas coisas à exaustão, ainda por cima, com esse ar de quem sabe tudo, de falar por cima, de não sei quantos mais, a dizer como é que é. O Senhor tem muito tempo para aprender! E vão aprendendo, porque o Senhor tem muito tempo para aprender. Não pense que sabe tudo! Aliás, pessoas como o Senhor que pensaram que sabiam tudo de uma vez, sabe o que é que lhes aconteceu? Tiveram que arranjar outro sítio. É verdade, eu sei bem do que é que estou a falar! Oh Senhor Deputado Correia de Campos, queria dizer-lhe que não me influencia nada com o seu abanar de cabeça. Eu procuro sempre ser correcto nas minhas afirmações, mas sempre muito frontal. Se o Senhor gosta, gosta, “se não gosta come menos”, faz-me pouca diferença, mas muito pouca diferença”. -----

- **MESA** – Neste momento o Senhor Presidente da Mesa interrompe e diz: “Senhor Deputado, não há diálogo, está no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente da Câmara, faça o favor de continuar”. -----

- **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Prossegue a sua intervenção e diz: Pois e eu peço respeito, mesmo das minhocas que vão por aí aparecendo. Muito sinceramente, peço respeito porque eu ouço aqui neste assento muitas coisas de que não gosto. Como e calo-me e respondo na minha vez. O Senhor Deputado responde dali, não me responde daí. Não sei aonde é que aprendeu esse defeito, se é por defeito europeu, também temos que o corrigir, não me vai calar de modo nenhum, Senhor Deputado. Tire daí essa ideia de me calar, porque já não tenho idade para me calar e muito menos para me calar de quem também não tenho de seguir os conselhos. Portanto, gostaria de dizer ao Senhor Deputado Marco que quando vir aqui com posições construtivas, tem da minha



parte também a análise construtiva. Quando vier aí com esse tipo de posições de quem sabe tudo e que vem apenas dar lições, eu dispense-as”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigados Senhor Presidente. Vamos então interromper. Vamos reatar os nossos trabalhos às catorze horas e quarenta e cinco minutos. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Boa tarde. Já temos quórum, vamos retomar os nossos trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O ponto em apreciação é o Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – TAXAS”, nos termos e para os efeitos no disposto no artigo cinquenta e três do número dois, alínea f) da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara”. -----

- QUARENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou dar a justificação da Câmara para esta proposta e aproveitava, depois não falarei no ponto três, já que estamos a tratar do mesmo imposto. Eu falaria dos pontos dois e três e depois não daria mais nenhuma justificação Senhor Presidente. No ponto dois, nós propomos as mesmas taxas que têm vigorado em anos anteriores, nomeadamente, no ano passado. Eu sei que há uma proposta que propunha que a Câmara reduzisse ainda esta taxa municipal, mas eu queria dizer: Os impostos do nosso País, os únicos que baixaram foram os impostos municipais, não há mais nenhum imposto que tenha baixado. Os impostos que são de arrecadação do Estado Central, o Governo, leia-se, aumentaram. Todos aqueles que têm repercussão nos municípios baixaram. Curiosamente, a proposta do partido da oposição no Executivo é sempre a mesma, é baixar os impostos, não custa nada. No Governo fazem, exactamente, o contrário, propõem o aumento de imposto, mas eu gostaria de ler, porque é fresquinho, um artigo que vem hoje da OCDE a dizer que os impostos que devem subir são o IVA, o IMT e o IMI e não o IRS ou o IRC. É o que a OCDE nos propõe, portanto, nós mantemos a mesma taxa, achamos que é bom contributo para quem foi arredado de um milhão de euros, é um bom contributo para a economia do País conseguir manter ainda a mesma taxa nestes impostos municipais. Como é sabido, baixou coeficientes de localização, um abaixamento notório e, portanto, conseguir esse abaixamento e ao mesmo tempo manter a taxa, espero que não se volte a insistir que é a taxa máxima, não temos, temos uma taxa inferior ao tecto superior, a proposta é essa mesma de manter a taxa do IMI. Sobre a questão do ponto três, eu já há bocadinho o aflorei, nós temos um quadro que mostra de uma forma, perfeitamente, clara quais são os aumentos e aonde é que eles se verificam em termos de majoração. Eu queria dizer-vos que neste momento as taxas de minoração, que é o que importa, já abrangem oitocentos e vinte e cinco edifícios, o que significa que, oitocentos e vinte e cinco edifícios para serem minorados é porque foram requalificados, e apenas cento e nove têm um factor de majoração. Só para perceberem a evolução, começámos em dois mil e seis, quando foi esta decisão, com os cento e cinquenta e dois edifícios que foram majorados, quer dizer que estavam degradados, passaram no ano seguinte para cento e quarenta e sete, cento e doze e neste momento cento e nove. O que significa, até numa forma apenas comparativa, que se fizermos a diferença entre os edifícios que estão hoje majorados e os edifícios que estavam majorados em dois mil e seis, encontramos aqui cinquenta e três edifícios que já foram requalificados. O que parece que é a medida acertada, majorar e minorar os edifícios de acordo com o seu estado de degradação, ou não, ou com o seu estado de boa conservação. E, portanto, estes dois pontos que a Câmara apresenta radicam nestas posições”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu, lugar, profere as seguintes palavras:



“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu, obviamente, sugiro que vamos tratar cada ponto no seu, mas estes estão, de facto, interligados. Para já daria a palavra a quem se inscreveu para o ponto dois. O Senhor Deputado Paulo Pereira tem a palavra”. -----
 - QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu venho abordar o ponto dois, relativamente, ao Imposto Municipal sobre Imóveis, vulgo IMI. Este é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em Portugal. É um imposto municipal, cuja receita reverte para os respectivos municípios. O IMI é devido por quem for proprietário, usufrutuário ou superficiário de um prédio, à data de trinta e um de Dezembro do ano a que o mesmo respeitar. O valor do IMI a pagar anualmente pelos proprietários é calculado com base numa taxa municipal definida pela autarquia em que se localiza o imóvel, este é um entre outros factores, como sejam, o valor patrimonial tributário dos prédios e também os factores de localização. A exemplo do que sucede todos os anos, cabe à Assembleia Municipal ratificar, ou não, a taxa proposta para o IMI pelo executivo camarário. Assim sendo, estamos mais uma vez a discutir as taxas de IMI propostas pelo município. Se fizermos uma breve pesquisa, tendo como fonte a própria página da Internet da Direcção Geral de Finanças (o Portal das Finanças), verificamos que, relativamente aos últimos dados disponíveis para o ano transacto, no distrito de Viseu, catorze concelhos têm uma taxa de IMI superior ao concelho de Viseu e, apesar da dimensão da listagem, mas para que não fiquem dúvidas, referimo-nos aos concelhos de Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Resende, São João da Pesqueira, Santa Comba Dão, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço e Tondela e, saliente-se, apenas em quatro concelhos a taxa de IMI é inferior à praticada em Viseu, sendo estes, também passo a referi-los: Cinfães, Carregal do Sal, Mangualde e Penedono. Ora, importa aqui começar por fazer um parêntesis para lembrar a decisão da Direcção de Finanças, que corrigiu recentemente em baixa os coeficientes de localização, como já ouvimos, proposta feita pela Câmara Municipal, que é um factor tão importante como a taxa do IMI definida pela autarquia, no que diz respeito ao cálculo do valor a pagar pelo contribuinte. A Direcção Geral de Finanças assumiu assim, o erro inicial na definição desses coeficientes, que apresentavam valores demasiado elevados. Importa também agora referir e em primeiro lugar, que o IMI tem por base o valor patrimonial tributário dos prédios, que é determinado por avaliação feita, a partir de doze de Novembro de dois mil e três, de acordo com as regras do Código do IMI ou de acordo com as regras do Código de Contribuição Predial, nos restantes casos, portanto, anteriores a esta data. Este valor está registado na matriz predial. Importa depois salientar também que a iniciativa da primeira avaliação de um prédio urbano cabe ao chefe de finanças, com base nas declarações apresentadas pelos sujeitos passivos, ou em quaisquer elementos de que disponha. Em função do exposto, o que nos pasma é que a justificação para o teor de voto dos Vereadores do Partido Socialista se prende com o facto de que, para os viseenses, existe uma sobrevalorização do valor patrimonial tributário, sobrevalorização essa que é média de vinte por cento, como refere no documento anexo à discussão deste ponto, sobre o valor de mercado, isto no concelho de Viseu. Aqui, eu peço desculpa, mas tenho que pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente do Executivo Camarário: A Câmara de Viseu também já tem responsabilidades na definição do valor patrimonial tributário? O chefe das finanças pede um parecer à autarquia sempre que define esse valor para um prédio? A Direcção Geral das Finanças não faz parte do Ministério das Finanças? O Ministro das Finanças não é parte integrante do Estado? Não é este mesmo Estado que tem optado por uma política de impostos máximos? Como é possível que seja exigido à autarquia que corrija os erros do Governo, nomeadamente, neste caso específico do IMI. Ou seja, a proposta do Partido Socialista é que, se o valor patrimonial tributário está empolado em



vinte por cento, vamos fazer com que a autarquia diminua a taxa de IMI em onze/doze por cento e assim, amenizamos o impacto no contribuinte. Ora, se esta mensagem passa, para fazer uma analogia, se considerarmos, por exemplo, que o imposto sobre os combustíveis é demasiado elevado, Se o Senhor Presidente considerar isso, porque não propôr que as autarquias subsidiem os automobilistas do concelho com o pagamento de uma parte desse imposto? É o que o Partido Socialista nos está a propôr. É importante atribuir as responsabilidades a quem as tem e não empurrar para outros a correcção do que não está bem definido. Se o valor patrimonial tributário não é um valor correcto para os prédios do concelho de Viseu, há que corrigir esse valor. Relembre-se novamente que o mesmo já foi feito pela Direcção de Finanças para alguns coeficientes de localização. Desta forma, cientes de que as receitas do IMI são uma componente importante das receitas da autarquia, cientes de que o valor proposto é um valor que está abaixo do praticado na grande maioria dos concelhos limítrofes, cientes de que a Câmara Municipal de Viseu não pode corrigir os erros do Governo Central, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a taxa de IMI proposta pelo Executivo Camarário. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – No uso da palavra diz: “Depois desta lição que nos foi dada da técnica da avaliação dos impostos, há aqui alguns pormenores que também me apraz, se não me leva a mal, esclarecer. Não me quero substituir a quem pediu esclarecimento e também não vou dar esse esclarecimento, mas temos, de facto, que assacar essas responsabilidades a quem as tem, cada um a sua escala. E temos que voltar um bocadinho mais atrás, eu volto a recuperar uma coisa velha nesta casa, uma coisa que normalmente deixa marcas aqui na nossa Assembleia, mas os municípios tiveram a sua parte de responsabilidade na fixação dos coeficientes de localização, nomeadamente, através do zonamento por omissão. Este é um ponto que eu tratá-lo-ei e repeti-lo-ei tantas vezes quantas forem precisas, porque também não se esqueçam que esta responsabilidade não compete a mais ninguém senão aos municípios, através dum célebre protocolo de que todos, ou a maior parte de nós, nos lembramos. Portanto, estamos nesta altura a discutir a afixação das taxas do IMI para os prédios avaliados, segundo o código do Imposto Municipal sobre Imóveis e para os prédios que o não foram nesses moldes. As taxas, a Câmara propõe sessenta/ trinta e oito, respectivamente, para os que não foram avaliados e trinta e oito para os que foram avaliados, exactamente, as mesmas taxas do ano passado. E o PS, através dos seus Vereados, mantém também a mesma proposta, não pede abaixamento nenhum, mantém a mesma proposta em oposição a esta de cinquenta e três por cento/ trinta por cento, respectivamente. Isto, porque não está completamente esbatido, nem resolvido o problema da sobrevalorização de uma boa parcela dos imóveis inscritos na matriz, aliás, a portaria que veio corrigir o zonamento através dos coeficientes de localização só produz efeitos para o futuro, como é óbvio, e tudo que está tara trás só pode vir a ser corrigido apenas por iniciativa dos particulares, ou se porventura, se verificar algum dia alguma avaliação geral, relativamente a todos os imóveis do concelho. Portanto, parece-nos correcto que as taxas devam corrigir estas diferenças que não foram corrigidas e que não foram, segundo uma citação do Senhor Presidente no jornal, de que não terão ido sequer até aonde a Câmara queria que fossem, ficaram aquém do abaixamento que a Câmara queria que fossem. Daí que, o PS mantém a sua proposta do ano passado para as taxas do IMI e não pode, como é óbvio, votar favoravelmente a proposta que a Câmara nos traz a esta Assembleia. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A questão da fiscalidade municipal é uma questão sempre premente e que sempre se



firmou na base do discurso, o discurso do CDS/PP nesta última candidatura autárquica. Já no ano passado, saudámos a descida que houve em relação às taxas, não nos opusemos à aplicação dos valores que se mantiveram no ano passado e que o Executivo Camarário propõe manter para o próximo ano. Nós continuamos a entender, que porventura, poderia haver espaço a alguma redução nestes valores. Também somos sensíveis à questão económica e que se vive neste momento, à questão de redução de receitas. Por coerência com o que fizemos no ano passado, não nos vamos opor à aplicação destes valores. Obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- **CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “O argumento invocado pela Câmara Municipal de que em geral a Portaria mil cento e dezanove de dois mil e nove, fez baixar os coeficientes de localização, embora verídico e pacífico, não colhe. E não colhe, porque os efeitos dessa portaria no valor patrimonial tributário apenas se notam nos prédios avaliados após entrada em vigor deste normativo legal, ou seja, os prédios anteriormente avaliados, principalmente desde um de Dezembro de dois mil e três, altura em que entrou em vigor o código do IMI, não beneficiam dessa atenuação. Por outro lado, em muitos desses prédios, além de se encontrarem sobreavaliados face quer às regras actuais do IMI, a tal Portaria, quer ao seu valor do mercado, que mercê da crise económica que o País se encontra desde dois mil e sete, é hoje, francamente, inferior. Dizia eu, muitos desses prédios já têm hoje um valor patrimonial tributário superior por aplicação do Artigo cento e trinta e oito do código do Imposto Municipal sobre Imóveis, actualização automática que ocorre de três em três anos. Em síntese, foram avaliados com regras mais duras de que as de hoje existentes. O mercado, entretanto, retraiu-se e agora o seu valor para efeitos de IMI é ainda superior, simplesmente, porque de três em três anos o seu valor fiscal é actualizado para mais. A fundamentação apresentada pelo Partido Socialista, embora insuficiente e parcelar, parece-me quanto aos argumentos que apresenta, correcta e merece o nosso apoio, pelo que iremos votar favoravelmente a vossa proposta. Relativamente a taxas, entendo que zero ponto trinta e três, ou até zero ponto trinta e cinco para prédios urbanos avaliados nos termos do IMI, e zero cinquenta e cinco por cento para os urbanos não avaliados nos termos desse IMI, já seria bastante razoável. Apesar dos números apresentados pelo Senhor Presidente, portanto, e dos resultados da majoração e minoração dos prédios degradados, noto apenas, enfim, que não deixa de ser curioso, que a Câmara Municipal se mantenha impávida, e até despreocupada, quanto aos prédios devolutos e em ruínas, e são vários, quando o código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê que sejam elevadas as taxas para o dobro anualmente, as taxas dos prédios urbanos devolutos há mais de um ano e levadas também anualmente ao triplo nos casos dos prédios em ruínas. Só para dar um exemplo concreto, há comerciantes da zona do Fórum, que pagavam oitenta euros de IMI há dois anos e agora pagam duzentos euros, a pretexto de que aquela zona foi valorizada com aquele centro comercial, o que na prática não acontece, porque eles até viram, enfim, diminuída, limitado, por exemplo: O estacionamento, o acesso dos clientes com aqueles obstáculos todos que o funicular ali provocou, portanto, parece-me ser, de todo, justo o abaixamento das taxas. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu propunha, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, quem se quisesse inscrever no ponto três, eu daria já a palavra e depois o Senhor Presidente da Câmara respondia simultaneamente às questões dos pontos dois e três. Sim, sobre majorações e minorações, de facto, são dois pontos que estão interligados. Então sobre o ponto três, Senhor Deputado Alberto Ascensão tem a palavra”.



- CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Usa da palavra e diz: “Apenas para dizer que estamos de acordo, saudamos, inclusivamente, toda esta forma de agir, relativamente, àquela zona de prédios, aquele extracto de prédios que precisam de medidas deste género para poderem resultar naquilo que o Senhor Presidente disse, e bem, ir diminuindo os prédios que precisam de requalificação, portanto, aumentando o número de prédios que têm minoração e diminuindo aqueles que têm majoração, é óptimo. Apenas, eu diria, um reparo, entre aspas, já disse isto noutras alturas, falta-nos a criação de condições para poder ser adoptado o procedimento igual nas freguesias não urbanas. É nossa convicção, que seria também útil recuperar, até porque, dessa forma seria também possível travar alguma desertificação, de que tanto nos queixamos, das nossas aldeias. Seria também um contributo para que isso viesse a acontecer. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Imposto Municipal sobre Imóveis, imposto com incidência sobre o valor patrimonial tributável dos prédios rústicos e urbanos, cujo tema é importante fonte de financiamento de municípios que não pode, em abono da verdade, ser desprezada. Rejeitar esta evidência referindo o contrário, é algo que apenas pode ser proferido por aqueles que, não tendo qualquer responsabilidade na gestão da coisa pública, encontram nesta forma de argumentação populista, o seu espaço de sobrevivência política. Também não é menos verdade que, para ser eficiente o IMI deverá incidir sobre o valor patrimonial correctamente determinado, com aplicação de coeficientes de localização que reflectam as características socioeconómicas das zonas, corrigindo desse modo, as eventuais injustiças que a simples aplicação de uma taxa poderia acarretar. Neste campo, refira-se que esse trabalho exaustivo do levantamento foi oportuno e eficazmente realizado pelo Executivo Camarário, permitindo que hoje possamos ter zonas homogéneas completamente definidas. Não obstante o exposto, cumpre-nos nesta Assembleia apreciar a proposta da Câmara Municipal de Viseu, relativamente aos coeficientes de minoração e majoração de IMI a aplicar na área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a qual, resumidamente, passo a referir: Um – Minoração de cinco por cento da taxa de IMI para todos os prédios da zona de intervenção, desde que não degradados, sendo que esta pode elevar-se até aos vinte por cento para o caso de prédios arrendados que cumpram com os requisitos pré-definidos; Dois – Majoração de trinta por cento para prédios degradados que, pelo seu estado façam perigar a vida das pessoas e bens. Acontece que falar desta proposta de forma isolada dissociando da política de requalificação e revitalização da zona histórica que foi definida e datada pelo Executivo Camarário, consubstanciaria, pelo menos, uma forma demasiado simplista de tratar o assunto. De facto, esta é uma medida de discriminação positiva que visa, entre outros aspectos, incentivar os proprietários destes imóveis a promoverem a sua reabilitação, ocupação, arrendamento, ou alienação, o que poderá, à luz dos dados de que dispomos, ser considerada um sucesso Para os que gostas de sobreavaliar o impacto desta medida, e não são poucos, basta consultar as actas de anos anteriores, desafio-os a analisarem estatísticas apresentadas pela Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu. De seiscentos prédios incluídos na área crítica de recuperação e reconversão urbanista que foram considerados para a aplicação de coeficientes, é prevista apenas que a taxa a majorar seja aplicada sobre cento e nove prédios, sendo que os restantes deverão ser minorados, grande parte dos quais, em vinte por cento, isto é, o máximo estipulado. Por outro lado, quando observados os números do último quadriénio evidencia-se o facto do número de prédios aonde são aplicados factores minorativos estar a aumentar, particularmente, com o coeficiente máximo em contraponto à diminuição do factor majorativo, estabelece-se uma tendência facilmente identificável.



Pergunto: Um – Não constituirão esses estados importantes evidências do sucesso desta medida enquanto promotora da qualificação do parque imobiliário do concelho, particularmente a zona histórica? Dois – Não devem estes dados validar com relativa fiabilidade a política de revitalização da zona histórica que vem sendo adoptada? Excelentíssimos Senhores, numa altura em que tanto se fala da importância do factor confiança no comportamento dos agentes que actuam nos diversos mercados, e agora fala-se muito nos mercados financeiros, a manutenção de uma medida que são sendo avulsa, resulta da definição e adopção de uma vasta política de revitalização da área intervencionada, contribui de forma muito positiva para o acréscimo da tal confiança, cujos proprietários destes imóveis têm que ter quando tomam a decisão de investir na requalificação dos mesmos. Ninguém investe a pensar que vai perder, o que por analogia nos faz crer que, esses proprietários valorizam positivamente a política de revitalização adoptada em Viseu e o impacto do que a mesma tem na valorização do seu património. Por tudo quanto foi exposto, e porque a presente proposta reflecte a vontade da Câmara Municipal na manutenção de uma medida que tem óbvios reconhecidos e reconhecidos benefícios, cremos que a mesma satisfaz o interesse colectivo, devendo, em consonância, ser apreciada positivamente por esta Assembleia. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas”. -----

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre esta matéria, já fui adiantando, mas as intervenções sugerem-me alguma explicação adicional e também uma pergunta prévia, possivelmente, estamos na altura da reunião das assembleias municipais pelo País fora a tratar destes assuntos. Eu gostaria depois que os Senhores trouxessem uma assembleia municipal aonde esta proposta aconteça de abaixamento das taxas. Ficávamos todos bem esclarecidos. Vir com a proposta do ano passado... Há uma coisa que é clara, nós vamos assistir a esta manutenção dos impostos, temos até algumas reduções e não vale a pena fugir, reduções estão aqui. Estão aqui duas figuras conhecidas, por acaso, viseenses, diz aqui: “Autarquias receberam menos cento e dezasseis milhões de euros em impostos”. Se os Senhores acham que as autarquias têm abusado da administração e da fiscalidade municipal, têm-se enganado. Aliás, há bocadinho eu referi, os únicos impostos que baixaram até hoje são impostos municipais. Estamos a falar do IMI, estamos a falar daquela parcela do IRS de cinco por cento, então e os outros? O IVA não sobe, já não subiu, todos os impostos! Mais, há bocadinho estávamos aqui a fazer um exercício muito curioso que uma jovem nos trouxe aqui, nomeadamente, das casas que pusemos à disposição dos jovens casais no centro histórico, a Câmara isentou-os de todos os impostos, o único que se pagou foi o imposto de selo. O Estado aí não esteve com meias medidas. Imposto de Selo, aí pagámos todos! Mas eu acho muito curioso, ainda bem, como é que se definem estas coisas. O Senhor Ascensão veio aqui dizer: “Eu até que a vos me doa...”. Eu até que a voz me doa também lhe digo: O Senhor veio aqui dizer uma inverdade, também até que a voz me doa, a Câmara não tem nada a ver com estes valores patrimoniais. Eu vou desmontar com facilidade aquilo que disse, mas com muita facilidade. Aliás, deu-me oportunidade para lhe explicar isso quando disse: “Nas zonas rurais isto não se ia aplicar...”. Sabe que a administração fiscal só actua quando por algum motivo as pessoas lhe levam elementos, senão não actua, isto é, os Senhores Presidentes de Junta sabem disso e sabem do que eu estou a falar, se numa aldeia ninguém mexer na sua casa, mesmo que seja um palácio, nunca mais ninguém lhe altera o valor patrimonial. Se um indivíduo, normalmente os que mais precisam, requalificar a sua casa, leva logo a actualização do valor patrimonial. Sabia disso? Sabe! E, portanto, está a ver a injustiça que se cria: Se um indivíduo que teve uma casa na aldeia a cair se, eventualmente, a requalificou a Administração Fiscal



actualiza-lhe o valor patrimonial e leva uma talhada, se o indivíduo ao lado viver num palácio, se não precisar de lhe mexer, continua a pagar o imposto extraordinariamente pequeno. Portanto, está a ver que quem quer fazer justiça fiscal somos nós, não é a Administração Fiscal que é cega, completamente cega! Aliás, os municípios só vão recebendo, e sabe disso, alguns impostos locais a horas, porque uma boa parte deles disponibiliza funcionários para irem para lá fazer o seu trabalho. Os funcionários pagos pela Câmara vão para as Finanças fazerem o trabalho das Câmaras, sabia disso? E mais, é bom que se saiba, este trabalho não é gratuito aos municípios, a Administração Fiscal cobra, e de que maneira, este trabalho que faz, e não pago! Mas vamos ao que interessa, o valor patrimonial é definido pela Administração Fiscal. Mais, sem nenhuma posição as considerações que a Câmara tem. Posso dizer que formalmente já coloquei à Administração Fiscal a seguinte situação: Eu considero que alguém que faça uma casa, repare uma casa num terreno existente, está a requalificar um espaço. A Administração Fiscal considera que fazer uma casa no mesmo terreno é reconstruir, e diz que reconstruir é construir de novo, portanto, é a mesma coisa que tenha uma casa nova, o que ninguém entende. Não há ninguém que entenda isto! Se numa aldeia eu tiver deixado as paredes e tiver de fazer uma casa ali, não é a mesma coisa que fazer uma casa nova, eu estou condicionado ao espaço, estou condicionado às paredes-mestras, etc., etc., pois a Administração Fiscal para receitas que não são dela tem esta atitude cega de achar que aquilo é reconstrução, aí os Senhores Presidentes de Junta sabem melhor do que ninguém, os muitos contactos que devem ter com pessoas, que de repente pagavam quatro/ cinco euros e que agora pagam não sei quanto de IMI, tem a ver com esse valor patrimonial, portanto, não venham dizer que as Câmaras que não querem definir o valor patrimonial. Nós queremos-lo. O que dizemos é que há uma série de variáveis no cálculo do valor que a Administração Fiscal, eventualmente, quer ignorar e ignora completamente. Agora, quando vem dizer que a Câmara, nem que seja por omissão, que participou na definição dos coeficientes de localização, isso é uma mentira, não posso classificar isso de outra maneira. É uma mentira que vem aqui repetidamente dizer no pressuposto que é verdade. Eu escrevi uma carta, que não foi contestada até hoje, a dizer ao Senhor Secretário de Estado, se quiser posso mostrar-lhe a carta, que não me mande avaliadores e tive a coragem de lá pôr o nome, que são pessoas que não ouviram a Câmara, mão foram à Câmara e, portanto, fizeram as suas avaliações. Se quiser eu mostre-lhe a carta, não venha dizer que nós que nos queremos pôr fora disto. O Senhor encolhe os ombros e quer acusar, mas esta acusação faz ricochete, não temos nada a ver com isto! E mais, até não compreendemos como é que não temos a ver quando nós somos os sujeitos activos do imposto. Um imposto que é nosso, devíamos ser nós a dizer as condições, mas não, é a Administração Fiscal que o aplica a seu belo prazer, portanto, não vale a pena vir com essa. Já agora, também não percebi esta tirada do Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, vai votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista? Não vai nada, a proposta é uma é da Câmara, já cá está. A proposta, espero que a vote favoravelmente, mas é proposta da Câmara. Essa discussão já lá foi atrás, já teve, digamos, a sua discussão, portanto a que está cá é uma proposta da Câmara! Não há duas Câmaras, não há a Câmara do Partido Socialista, isso era uma coisa que devia acabar, de facto, mas há uma Câmara, a Câmara de Viseu. Portanto, já cá está a proposta, perfeitamente legítimo. Sobre a questão que trouxe aqui o Deputado Renato, eu muito sinceramente, e não tem a ver com “partidarites”, já sabem disso, estou numa altura em que isso já pouco me incomoda, mas eu folgo muito em saber que há jovens do Partido a que eu pertença que saibam estas coisas. A sério, fico extremamente satisfeito! Percebem, perfeitamente, o que é que se propõe, o que é que a Câmara tem como objectivo e percebem, perfeitamente, como é que nós nos servimos de fiscalidade para fazer algum desenvolvimento. Ao contrário, também seria previsível, aproveitar também aqueles que vão analisando a



Administração Fiscal Nacional para ver se a nível nacional acontece a mesma coisa. O que nós vemos é isto, vamos esperar que não demore pouco tempo, para ver quando um país, como é o caso do nosso, quer receitas como é que vai fazer. Não temos deitado mão a esse instrumento, como sabem, e estamos aqui, apesar de tudo, a pedir o mesmo tipo de taxa e portanto, deixava apenas esta pergunta no ar: Que estivessem atentos, ver quantas Câmaras é que baixam estas taxas de IMI nesta altura, e se alguma até, que tenha folga, não aproveite até posições da OCDE, que são tantas vezes lembradas para, eventualmente, pôr a sua taxa do IMI, digamos, mais junto à parte máxima, portanto, ao tecto superior”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.

- **CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** - Pede novamente a palavra e diz: “Bom, eu não vou estar a prender-me muito com o problema do protocolo que é anterior a esse ofício. O protocolo diz aquilo que diz, o ofício diz aquilo que diz, uma coisa é a seguir à outra. O protocolo existe, a menos que seja rasgado, ou que seja ignorado, diz lá que tinha que haver alguma colaboração. Eu continuo a dizer que há omissão da Câmara Municipal de Viseu nessa colaboração que está lá expressa nesse protocolo. Pronto, para mim é assunto arrumado, como é assunto arrumado para o Senhor Presidente, que as coisas não são assim, mas é assim e essas assinaturas estão lá. Relativamente, enfim, àquilo que é a justiça ou a injustiça fiscal das avaliações, certamente são, mas continuamos a ter o zonamento originado por uma determinada circunstância, condicionada por esse mesmo protocolo. Por outro lado, as regras de avaliação previstas no código são as que estão a ser adoptadas. Esse código, é um código que já passaram por ele alguns governos, sabemos em que governo é que esse código foi “dado à luz”, foi no governo em que a Ministra das Finanças era a Doutora Manuela Ferreira Leite. As regras mantêm-se, a justiça é a justiça que está lá plasmada, vem desse tempo. Passaram vários governos depois disso, certo, também os do PS, mas ninguém quis esbater isso. Eu não estou a dizer que seja correcto, mas até hoje ninguém arranjou uma fórmula para poder resolver essa situação. Relativamente à injustiça, de facto as avaliações estão assim previstas, os avaliadores, ou quem faz as avaliações, limita-se, de facto, a aplicar a Lei que existe e a Lei é esta que temos e aquela a que eu acabei de me referir. Estranho aqui uma afirmação, eu não sabia que ao mesmo tempo nos preocupávamos aqui com o desemprego dos funcionários, pela fusão das duas repartições, e por outro lado, eram importados nesses mesmos serviços gente das autarquias para colmatar os trabalhos que estão a ser feitos nas repartições de finanças. Ou eles são incompetentes, será isso que se poderão chamar, ou então, há aqui alguma coisa que “não bate a bota com a perdigota”. O problema dos contribuintes não se esgota na fusão da repartição de finanças. O problema dos contribuintes de Viseu é também com a medida quantitativa dos impostos que pagam neste concelho. É como o imposto, o IMI, que é pago anualmente, portanto, de facto, quando se refere que os impostos nacionais aumentam, a Câmara não aumenta, nós estamos aqui a tratar do nosso concelho e é aí que me cingo. Eu sempre me cingi aqui, nunca me ouviu fazer comparações. Quando nos interessa, cingimo-nos ao nosso concelho, quando não nos interessa, vamos buscar os outros concelhos. Os contribuintes de Viseu sentem as taxas do IMI que são aplicadas em Viseu os outros... Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- **CINQUENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas dizendo; “Apenas uma nota e é o último comentário que eu faço, porque, de facto, eu cheguei à conclusão de que com o Senhor Deputado Ascensão funcionamos em frequências diferentes e, portanto, não vale a pena, mas eu ouvi-o e calado. Eu em “duas penadas” vou dizer-lhe qual é o



pensamento do Partido Socialista sobre esta matéria. Ao contrário do que diz o Senhor Deputado, o Partido Socialista fez-me uma proposta que é no mínimo curiosa e que diz bem como é que estes Senhores, além do mais, têm preguiça de analisar as coisas. A proposta que era, era fazer ciclos concêntricos no concelho que punha o Bairro da Cadeia, exactamente, com o mesmo coeficiente da Quinta do Bosque. Esse foi o vosso trabalho de preguiçosos. Os Senhores não sabem fazer a nível nacional, muito menos a nível do concelho. E é por isso, que este concelho - espero eu bem - nunca vos seja entregue, para grande satisfação dos viseenses, porque senão faziam a mesma coisa do concelho que fazem no País, não sabem não mexem!”

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então passar à votação do Ponto Dois – Imposto Municipal sobre Imóveis, portanto o IMI (Taxas). O Ponto Dois foi aprovado com quarenta e seis votos a favor, dez votos contra e uma abstenção. Vamos passar agora à votação do Ponto Três, que tem a ver com o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI (Majoração e Minoração). O Ponto Três foi aprovado com cinquenta e seis votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. Alguns dos Senhores Deputados perguntarão: Porque é que se contam os votos? Porque a Lei a isso obriga. Não bastaria dizer que foi aprovado apenas com uma abstenção, é preciso quantificar o número de votos. **Ponto Quatro** – Apreciação e aprovação da proposta da Câmara Municipal sobre a **DERRAMA**, nos termos e para efeitos no disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea f) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A de dois mil e dois, de onze Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”

- **CINQUENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra e diz: “Obrigado Senhor Presidente. Não é para ir muito para além do que está na explicação, mas fazer uma nota ainda em relação à votação anterior. Eu folgo muito que esta Assembleia tenha tido a votação que teve. Isto significa, que só uma parte do Partido Socialista, que nos habituou a estar sempre do lado contrário, uma parte do Partido Socialista votou contra a proposta da Câmara. É bom referi-lo, fica-se com a ideia que todo o Partido Socialista votou, não votou uma parte mínima do Partido Socialista. Ainda bem, entendemos, exactamente, o que é isso, o sentimento e a posição que têm em relação ao concelho. Sobre esta parte da Derrama, Senhor Presidente, eu queria dizer que nós não temos que explicar muito mais do que aquilo que vem na deliberação. Apenas referir que propomos um abaixamento para as pequenas e médias empresas e também, como é normal, aquilo que também já nos habituámos, cá está, quando se trata de abaixamentos a proposta é sempre assim: A Câmara propõe uma taxa, mesmo que haja abaixamentos, e o Partido Socialista para não se ficar atrás, propõe um abaixamento maior. Sempre que se trata de receitas para a Câmara, nós propomos uma taxa e uma diminuição e o Partido Socialista vem propor... Penso que nós somos uma ilha no País e embora nós estejamos aqui a cuidar do nosso concelho, eu não percebi se apenas é isto, estamos desligados do mundo, porque é que se votou aqui a história do Sarkozy e os ciganos. Eu não entendo, quer dizer, para uma coisas, estamos desligados do mundo só podemos tratar aqui dos assuntos, para outros, só temos a ver com o concelho mais nada, não mexam lá no Governo Central, que os Senhores se aborrecem. Eu queria dizer que acontece sempre isto e eu gostaria que, de facto, arranjassem este tipo de atitude e de procedimento também para os impostos a nível central. Era bom, que esta atitude de benevolência e de grande unanimidade do Partido Socialista, aqui nos impostos locais, que os transportasse também para o País. Ficávamos todos a ganhar. Olhe, nem queremos impostos locais altos, nem queremos impostos nacionais altos. Queremos tudo no mínimo. E nós ficávamos todos de acordo. Agora não, para aqui querem impostos baixos... Eu sei o que é que os Senhores queriam, (queriam tirar a farinha ao município para não fazer



pão), mas nós vamos fazendo pão que o vos incomoda como o Diabo e, portanto, bem podem tentar roubar a farinha que não vão lá”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Quase que poderia dizer que dava por reproduzidas algumas, ou maior parte das palavras que disse, relativamente, ao IMI, não sem contudo, começar por dizer que, de facto, não somos nós que queremos tirar a farinha para ninguém fazer pão. São os impostos Autárquicos que tiram a farinha para os comerciantes, os industriais, os homens que pagam a Derrama, não fazerem pão. Aí sim, aí tira-se a farinha para eles não fazerem pão, é uma forma, porque nós estamos preocupados, de facto, com o relançamento da economia, com a promoção do emprego no nosso concelho. Estamos preocupados com quem nos procura para se instalar com actividades económicas, administrando a procura dos seus bens, dos seus serviços, dos seus produtos. Estamos preocupados com a baixa de nível dos capitais próprios dessas empresas. Estamos preocupados com o processo de modernização, que não vai ser possível com os impostos que a Câmara municipal lança, nomeadamente, com a Derrama. Estamos, no fundo, concordantes com aquilo que os nossos Vereadores propuseram na Câmara. Estamos concordantes e solidários com as propostas que eles fizeram das taxas da DERRAMA para o nosso concelho, aliás, nesta matéria, se percorrermos as capitais de distrito, encontramos inúmeras Câmaras capitais de distrito com taxas inferiores às lançadas em Viseu, basta verificar. Não vou enumera-las para não perder tempo... Mas posso dizer, já que me desafia: Leiria, Guarda, Faro, Évora, Coimbra, Castelo Branco, Bragança, Braga e Aveiro. Estas todas têm taxas inferiores às nossas. Não gosto muito de fazer esta comparação, mas também para ir, de certa forma, ao encontro daquilo que por norma nesta casa fazer-se, comparação com o que por fora se faz, aqui está também a comparação. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

- SESSENTA – SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Para contextualizar, a Derrama é um imposto local, autárquico, que pode ser lançado anualmente pelos municípios, até ao limite máximo de um vírgula cinco por cento do lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC. Entende-se aqui por lucro tributável a proporção do rendimento gerado na respectiva área geográfica por sujeitos passivos residentes e que exerçam a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável em território nacional. Na continuidade do que foi apresentado no ano anterior, vem o Executivo propôr a esta Assembleia a fixação de um e vírgula cinco por cento para empresas que apresentem um volume de negócios igual ou superior a cento e cinquenta mil euros e uma redução de dez por cento para as empresas com uma facturação inferior àquele montante. Dada a expressão e a importância que as pequenas e médias empresas (comerciais, industriais e agrícolas) têm no desenvolvimento sócio-económico e na criação de emprego do nosso concelho, deverá o Executivo Camarário desenvolver medidas que discriminem positivamente estas empresas para que o impacto da crise que vem assolando a nossa economia nos últimos dois anos, e onde não se vislumbra uma luz ao fundo do túnel, não seja tão negativo. Entendemos também que apesar desta medida ser favorável às PME, ela não é expressiva nas receitas que revertem a favor deste Município, já que segundo o Jornal de Negócios de catorze de Setembro deste ano, dois terços das empresas que desenvolvem a actividade no nosso país não apresentam lucros e, portanto, não pagam impostos. A concentração da carga fiscal num reduzido número de empresas e o facto das PME não apresentarem lucros tributáveis faz com que a Derrama seja um instrumento pouco eficiente do ponto de vista da competitividade fiscal. Na prática, a função de atracção de investimento, por parte dos



municípios, pela via de taxas reduzidas ou da isenção das mesmas, acaba por ser secundarizada. Outra ressalva que é pertinente fazer é que a manutenção dos lucros das empresas tem uma relação directa com a saúde, ou falta dela, da economia e a nível financeiro da conjuntura actual (do país e do mundo), e a Derrama já não tem a expressão que teve noutros tempos, sendo a sua diminuição uma tendência. Analisando agora a taxa máxima, gostaríamos de referir que esta se justifica pelo facto das empresas que geram riqueza nos locais onde operam, ou estão sedeadas, contribuírem para o seu desenvolvimento económico e social. Já que se não for através deste imposto, grandes empresas como por exemplo algumas instituições bancárias, a EDP e a PT, escusar-se-ão a contribuir para o desenvolvimento do município que lhes fornece os recursos indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade. Desta forma, não vemos qualquer razão para que a proposta de diminuição desta taxa, apresentada pela oposição, seja tida em conta. A título de exemplo, de referir que concelhos do nosso distrito como Tondela, São Pedro do Sul, Nelas, Lamego e Santa Comba Dão apresentam esta taxa e apesar disso não vêm o seu tecido empresarial diminuir por força da Derrama. Poderá a oposição dizer que o Executivo Camarário tem condições para baixar a Derrama para as taxas recomendadas, no sentido de ajudar as empresas a serem mais competitivas, mas isso apenas e só beneficiaria quem mais pode, ou seja, as grandes empresas. Referimos ainda que as empresas, tal como as pessoas têm que dar o seu contributo para que haja mais riqueza, mais crescimento, mais desenvolvimento. Isto só se consegue se conseguirmos gerar receitas, para desenvolvermos novas e modernas infra-estruturas de bem-estar, lazer, saúde, cultura, educação e conhecimento, e posteriormente atrairmos mais pessoas e mais empresas para o nosso concelho. Desta forma, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a proposta da fixação das taxas da Derrama, a vigorar em dois mil e onze, de um virgula cinco por cento para empresas com um volume de negócios igual ou superior a cento e cinquenta mil euros e de um ponto trinta e cinco por cento para empresas com um volume de negócios inferior a este montante. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- SESSENTA E UM – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – No uso da palavra diz: “Como já disse no ponto anterior, nós temos algum carinho, algum cuidado com política fiscal municipal. E também na mesma base de coerência, e para sermos coerentes connosco próprios, vamos manter a posição de mantivemos em relação à Derrama. No nosso entender, a Derrama pode e deve ser um factor de discriminação positiva no tocante, nomeadamente, não às pequenas e médias empresas, mas às micro-empresas, aquelas que facturam menos de cento e cinquenta mil euros. Essas deviam ser mais apoiadas, deviam pagar menos de Derrama e o esforço de discriminação poderia incidir nessas empresas e não nas que facturam mais de cento e cinquenta mil euros. Continuamos a achar havia espaço para que as taxas aplicadas fossem mais reduzidas. Voltamos a deixar em tom de recomendação que, provavelmente, se poderia pensar numa redução gradual, durante vários anos, pré-estabelecida desses valores e que, nomeadamente, nas empresas com facturação inferior a cento e cinquenta mil euros que tendencialmente viessem para zero. Também sabemos e não podemos fazer analogia, que há outros factores de discriminação positiva fiscal que não só a Derrama, a nível de IRC e de outras políticas, mas essas mais ligadas ao Governo Central, se calhar, questões relacionadas com a desertificação, ou com o não investimento nos concelhos do interior por tendência, exactamente, com o facto de não haver essa discriminação positiva. Portanto, não vamos votar favoravelmente esta proposta da Derrama, em consonância com o que fizemos no ano passado. Deixamos esta sugestão da redução progressiva, nomeadamente, com incidência nas empresas com facturação inferior a cento e cinquenta mil, as micro-empresas. E chamamos a atenção também, de que é preciso que haja discriminação positiva a nível de outras políticas fiscais,



nomeadamente, a nível do IRC para os concelhos do interior. Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- SESSENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “A Derrama é uma das receitas facultativas a que os municípios recorrem para que os ganhos decorrentes das actividades económicas desenvolvidas no território concelhio, possam contribuir para a melhoria da situação do respectivo município. Esta deve ser uma das responsabilidades sociais dos agentes económicos, principalmente os que obtêm grandes lucros no exercício das actividades a nível do município. Por isso, o Bloco de Esquerda é favorável ao pagamento da Derrama, mas a deliberação sobre este adicional, deve ter em conta as situações concretas que se vivem no concelho e também a utilização que posteriormente é feita das receitas cobradas. E quanto a este aspecto, este Executivo tem utilizado as taxas cobradas ano após ano para realizar obras eleitorais e faraónicas, enfim: como: O túnel do Viriato, o funicular, que podia ter sido substituído pelo projecto inicial da passadeira rolante, que seria muito mais barato e não criaria os inúmeros acidentes que se têm verificado, alguns muito graves, em vez utilizar os recursos criados no desenvolvimento sustentável do concelho. À partida, concordaríamos com a proposta que o Partido Socialista apresentou na Câmara em usar a possibilidade que o artigo catorze, número quatro da Lei dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, a Lei das Finanças Locais permite fixar o imposto mais baixo para as empresas com lucros inferiores a cento e cinquenta mil euros. No entanto, o limite máximo de um, vírgula cinco por cento do lucro tributável, já não sobre a colecta, levou a uma redução de um ponto percentual o que provocou a diminuição das receitas fiscais para os municípios em cerca de quarenta por cento. Assim, entendemos que na defesa das finanças das autarquias tão depauperadas não só por causa da sua má gestão, como pela força da Lei das Finanças Locais, enquanto não se souber as implicações, diminuições para as receitas municipais decorrentes da nova forma de cálculo da Derrama, não podemos, em consciência, defender a baixa de taxa da Derrama, pelo que, apoiamos a sua manutenção. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara às perguntas que lhe foram suscitadas. -----

- SESSENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às perguntas que lhe foram suscitadas, do seguinte modo: “Senhor Presidente, como estamos no final da reunião eu vou intervir agora, porque, sinceramente, algumas coisas ultrapassam aquilo que é... Bem, também para nós pormos alguma boa disposição nisto. Eu ouvi aqui coisas curiosíssimas. De facto, o Partido Socialista à medida que muda de Ministro das Finanças, aqui nesta Assembleia não muda de tecla, e diz sempre as mesmas coisas, tanto faz, não muda de tecla, vem dizer aqui umas coisas com a ideia de que... O Senhor Deputado do Partido Socialista sabia que a Derrama é para aqui por meia dúzia de empresas? Já foi dito isto. Olhe, quem paga mais Derrama no concelho de Viseu são as empresas que pagaram, se calhar, (não sei se aquele que ia para Milão de avião, que andava nisto de um lado para outro, se também era pago por aqui), mas são para indivíduos que ganham uma fortuna de salário, que envergonha toda a gente. Então, é destes que o Senhor tem pena? A Senhora Deputada Elisabete Farreca trouxe aqui, por acaso pontaria, deixem-me dizer, se há alguma coisa que me agradou hoje aqui na reunião foi esta consonância, e eu não estive sequer na reunião da preparação com os elementos da Bancada do PSD. Olhe, era disso que estava a falar, dois terços das empresas não pagam IRC, quer dizer que dois terços não pagam Derrama. Se o Partido Socialista quiser que nenhuma pague acaba com o IRC. E se quiser que paguem só as do litoral, acaba com o IRC no interior e ninguém paga aqui. Eu quase que me apetecia desafiar o Senhor Deputado, diga-nos lá qual é a lista das empresas que pagam Derrama, se a conhece? É que o segredo é tão bem guardado que ninguém sabe quem é que paga



Derrama. Eu sei, porque um Director Geral aqui há anos, inadvertidamente, me mandou uma relação das empresas no meu concelho que pagam Derrama. Eu queria dizer que meia dúzia de empresas: A PT, a EDP, o Montepio, a Caixa Geral de Depósitos, a Galp, etc., etc., pagam tantos impostos como o resto de todas as empresas juntas, portanto, o que é que está a dizer: Baixe a Derrama, porque a PT... Bem isto dá-me vontade de rir, porque ainda há pouco tempo ouvimos, e bem, o Senhor Presidente da EDP pedir: Deixem ir lá mais um tostãozinho da factura para ajudar aos desafios do milénio. Depois, uma coisa que eu achei piada, porque os Senhores de vez em quando aplaudem sem dar conta. Eu gostei de ver o Deputado João Paulo a aplaudir a intervenção do Deputado Carlos Vieira sobre as obras faraónicas. Aplaudir, estava a questionar-me dali: Vê, vê? A mim estava a dar-me vontade de rir. Sabem quem é o autor da obra faraónica? É de uma empresa detida a sessenta por cento do Estado, curiosamente, proposta pelo actual Primeiro-Ministro, quando era Ministro do Ambiente e a Câmara. Portanto, se a obra é faraónica é sessenta por cento faraónica para o Senhor Primeiro-Ministro e quarenta por cento para o Fernando Ruas! Então os Senhores nem disso dão conta! Deviam era calar-se, essas são obras do Polis. O funicular uma obra do Polis com muito arado, as outras também são obras do Polis, portanto o que é que vêm para aqui dizer? Já agora, também aproveitando aquela intervenção da Doutora Elisabete, que eu felicito. Nós estamos disponíveis para acabar com a Derrama, não há nenhum problema. Então, mas façam isto, pagam apenas as empresas de expressão nacional, Derrama no concelho, do resto nós abdicamos dela. Digam-nos quanto é que nós devemos receber da: PT, da EDP, destas que eu disse, a não ser que queiram ser beneméritos. Dois terços das empresas não pagam IRC, portanto, também será esta média no concelho, já não pagam e nós ainda queremos que a Câmara não receba da: PT, o Montepio, da EDP, da Galp... Bons viseenses! Muito obrigado pela colaboração é uma boa ajuda". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- SESSENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Solicita o uso da palavra e diz: “Muito rapidamente para dizer o seguinte: Nós, de facto, não propomos assim as taxas indiscriminadamente, as taxas mais favoráveis são, exactamente, para as empresas com volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil euros. Propomos, exactamente, setenta e cinco para um contraponto de um ponto trinta e cinco da proposta da Câmara Municipal (propomos não, propusemos na Câmara Municipal). Mas eu vinha aqui, essencialmente para dizer o seguinte: Nós estamos preocupados, por não termos empresas que paguem cá os impostos, mas parece-me que afinal a Câmara Municipal, através do seu Presidente, estaria interessada em ter cá: A PT, o Montepio, a EDP, o resto não interessa que venha para cá. Nós queremos é cá empresas, por isso é que queremos que os impostos municipais não sejam tão altos. Se eles pagam, nós queremos cá empresas que pagam. Essas pagam, têm a sede, escolheram ter a sede onde entendem, se calhar, ser melhor tratados fiscalmente. Parece que o Senhor Presidente queria é que viessem para cá. Não, nós queremos cá empresas, outras empresas, se essas quiserem vir, também que sejam bem-vindas. Daí tentar aliciá-las através dos impostos municipais. Muito Obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Não tenho mais nenhuma inscrição vamos passar à votação do Ponto Quatro que tem a ver com a Derrama. O Ponto Quatro foi aprovado com quarenta e cinco votos a favor, dez votos contra e zero abstenções. Vamos passar agora ao ponto seguinte, Ponto Cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal Sobre “TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM”, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea e) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. O Senhor Presidente da Câmara não tem nenhum esclarecimento adicional



acerca da deliberação. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Senhor Deputado João Paulo Rebelo tem a palavra”. -----

- SESSENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “A este respeito, portanto, neste ponto da Ordem de Trabalhos, O Partido Socialista vem aqui apenas referir que vai abster-se nesta votação. E, enfim, já em coerência com o que no ano passado fizemos, porque, efectivamente, somos sensíveis ao facto de esta taxa ser cobrada com o intuito do montante cobrado ser entregue à Instituição Bombeiros Voluntários de Viseu, que como é sabido e conhecido, seguramente de todos, até porque está aí patente até nalgumas rotundas as necessidades financeiras que os Bombeiros têm, como se sabe, que decorrem também da construção do novo quartel. E, portanto, é esse o motivo, digamos, da abstenção do Partido Socialista este ano, neste ponto. Já o ano passado o fizemos, porque, de facto, fomos sensíveis à argumentação do Senhor Presidente da Câmara e à necessidade financeira dos Bombeiros. Pode satisfazer-se por ver que não há aqui nenhum tipo de ortodoxia e seguidismo, até em bom rigor, uma posição dissonante do que foi a posição dos Vereadores do Partido Socialista no Executivo. De qualquer das maneiras, também aproveito para, enfim, obter de quem sabe, quem mexe e quem faz o pão, a confirmação se estas verbas têm estado a ser transferidas para os Bombeiros Voluntários, porque, efectivamente, eles necessitam. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Diamantino Santos, Presidente da Junta de Coração de Jesus. -----

- SESSENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO DIAMANTIMO AMARAL DOS SANTOS – PERSIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) – Intervém para dizer o seguinte: “Sobre isto, penso que não há muita coisa a dizer, a não ser, de facto, que esta é uma taxa cuja cobrança está em normativo legal, foi imposta, não há discussão em relação ao valor da taxa, se tem que ser maior, se tem que ser menor. A nós, Membros do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apraz-nos. Sobremaneira, mais uma vez a função social que a Câmara Municipal exerce na distribuição desta verba. Isto em primeira análise devia ser uma taxa cobrada sim aos operadores, aqueles que, de facto operam, eles é que deviam pagar a taxa e não nós. Mas, de qualquer for, estamos inteiramente de acordo com os destinos que são dados para uma tão nobre função. Não temos quaisquer dúvidas em reconhecer a mais-valia social que a Associação do Bombeiros Voluntários presta para Viseu e para os viseenses. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- SESSENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – No uso da palavra intervém do seguinte modo: “Só para dizer, repetir quase tudo aquilo que foi dito tanto pelo Deputado João Paulo, como Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus, é que, efectivamente, o Bloco de Esquerda é conta esta taxa. Achamos que não faz qualquer sentido os operadores repercutirem isto nos consumidores, deveriam ser eles a pagar. De qualquer modo, dado que a Câmara entendeu que esta cobrança será para beneficiar os Bombeiros Voluntários, naturalmente que, iremos votar a favor já que é para uma boa causa. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram levantadas. -----

- SESSENTA E OITO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram levantadas e diz: “Também é muito rápido. Eu acho graça confundiu-se tudo, mas vamos ser claros. Eu não precisava de dar esta taxa aos Bombeiros Voluntários, dava-lhes o dinheiro correspondente. O que eu acho incrível é que um Deputado como o João Paulo tenha tanto interesse no destino das verbas e depois diz assim: Vamo-nos abster - Então, qual é o interesse? - A verba vai para os



Bombeiros e nós vamo-nos abster, deixamos passar. Os Bombeiros ficam também a saber que o Partido Socialista se abstém das verbas que vai para os Bombeiros, foi isto que o João Paulo veio dizer. Mas eu não me conformo com isso. A Taxa Municipal dos Direitos de Passagem tem uma outra configuração que os Senhores não querem assumir. A Taxa Municipal dos Direitos de Passagem retrata fielmente a abdicação do Governo em relação a alguns grupos, porque senão não a deixava repercutir no consumidor. Se o Governo tivesse coragem não a deixava repercutir no consumidor. Os Senhores sabem o que é a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem? É uma pequena taxa. Para não nos confundirmos, o cidadão da factura número não sei quantos pagou num mês dezasseis cêntimos de Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Não estejam aí com fantasmas! O consumidor de quem eu estou a falar é o Vice-Presidente da Câmara - pagou dezasseis cêntimos - (os Senhores não devem pagar muito mais), por consumidor. Então, se o Governo tivesse coragem dizia à EDP: Suportem isto e suportam-no muito bem. Isto é que era coragem. Sabem para que é que foi reivindicada a Taxa Municipal de Direitos de Passagem? Para as câmaras, que são as detentoras do subsolo, poderem fazer as obras que estas empresas que utilizam o subsolo deixam por fazer. Isto é que os Senhores deviam saber! Agora estarem a dizer: Eu não concordo, porque é se repercute no consumidor. Estão, digamos, a beneficiar o infractor. O infractor, são as empresas que a aplicam e que a fazem repercutir no consumidor. E os Senhores em vez de terem a coragem de dizer ao Governo: Obrigue essas empresas a pagar, que bem podem. Não, estão a dizer: Ah, como é para o contribuinte final, nós, nada com os contribuintes. Taxa Municipal de Direitos de Passagem os contribuintes não paguem. Derrama também não paguem. IMI também não paguem. Depois vocês se encarregam de eles irem pagar o IVA e os impostos nacionais. Isso aí pagam! Estes agora aqui não pagam. Eu é que vos dei a volta e é bom sabermos isto nesta ocasião, quando acharam que isto era para os cofres da Câmara, eu decidi que este montante ia direitinho aos cofres dos Bombeiros Voluntários e os Senhores ficaram sem argumentos, porque aquilo que queriam dizer era: Lá está a Câmara a querer mais uma receita. E, portanto, não vos faço a vontade, a Câmara não recebe, recebem os Bombeiros, mas as empresas pagam! Pagam e deviam pagar! Agora, mal de quem, e de nós os consumidores, que deixamos que isso se reflecta na factura. Quem tinha a obrigação de cortar o problema na raiz era o Governo, que não tem coragem. Não vale a pena!...". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- SESSENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu estive a pensar seriamente se devia vir aqui ou não, mas eu tinha que vir Senhor Presidente da Câmara, para falar consigo mesmo, e o Senhor, se calhar, tem alguma culpa no que se passa aqui todos os anos. O Senhor, aqui há uns dois ou três anos, disse que esta Taxa de Utilização de Passagem reverteria na totalidade para os Bombeiros Voluntários. Isto deu como consequência, em que o Bloco de Esquerda vota a favor e o Partido Socialista até se abstém, porque é para os Bombeiros Voluntários. Oh Senhor Presidente da Câmara, porque é que o Senhor não diz que a taxa do IMI, a Derrama e tudo isso é para fazer obras nas aldeias, nas freguesias, pôr água em casa das pessoas e os esgotos. Diga-lhes isso que eles vão aprovar, Senhor Presidente da Câmara. Diga-lhes isso! Qual é a diferença? Que saibamos, o Senhor Presidente da Câmara não vai passear de jacto para Madrid com o dinheiro da Derrama. Não vai não! E quando vai no avião, vai no avião comercial e é em trabalho da Associação Nacional dos Municípios e pago pela Europa. Não é a PT que paga. Até eu sei isso! Portanto, Senhor Presidente, explique-se porque eles ainda não entenderam! Quando é para uma boa causa - sem dúvida nenhuma que os Bombeiros Voluntários são uma boa causa – eles concordam, ou deixam passar, porque há aqui uma coisa, que há coerência do Bloco de Esquerda, concorda, apoia. O Partido Socialista, como é para os Bombeiros Voluntários “fica bem com Deus e como Diabo”, nem diz que sim,



nem que não “nim”! Não precisamos que deixem passar, os Senhores até votar conta, nós somos mais, ganhamos sempre na mesma, portanto, não vale a pena! Isto, Senhor Presidente, de uma vez por todas, é preciso desmascarar-se o que é o Partido Socialista com os impostos municipais aqui em Viseu. O Senhor Deputado Alberto Ascensão tem razão! Eles aqui em Viseu são uns, porque em Lisboa, para nos darem cabo da vida, são outros. Então, a Derrama e esses impostos vão prejudicar a abertura de novas empresas? Oh Senhor Deputado Alberto Ascensão, o Senhor é profissional de finanças, quer o imposto mais cego do que o IVA? Não o aumentarem e não estão prontinhos para o aumentar? Então, o que é isto? Esse dinheiro do IVA não vem para aqui, vai de certeza para Lisboa, para o Porto, para outros lados, vai para o litoral. E o Senhor Ruas que se amane com algum dinheirito e algum que poderia ter, ainda tem que o dar aos Bombeiros Voluntários, porque o Governo não lhes dá nenhum! É assim, como ele disse há bocado, o quartel é dinheiro europeu e da Câmara, do Governo não veio nenhum! O Partido Socialista de Viseu é um bocadinho amigo dos Bombeiros Voluntários, mas ainda não conseguiu arranjar nenhum amigo também lá no Governo que ajude os Bombeiros Voluntários de Viseu. Também era altura. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

- SETENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Senhor Deputado Esteves Correia hoje tirou o dia para fazer aqui intervenções profundamente demagógicas. Para já esquecesse, não queria estar agora no final da Sessão a Levantar aqui muitas questões, até que já vieram detrás, mas porque acho que, efectivamente, hoje o nível, já da parte da manhã, baixou suficiente, eu não ia dar resposta a tudo, mas ia lembrar aqui duas ou três coisas. Ponto primeiro – De facto, os Membros do Partido Socialista que estão nesta Assembleia são Deputado da Assembleia Municipal de Viseu e não estão noutras funções, nomeadamente, na Assembleia da República. O que não quer dizer, que não manifestem as suas opiniões, isso também é um bocadinho em resposta ao Doutor Fernando Ruas, que não faz a mais pequena ideia do que é que os Deputados do Partido Socialista nesta Assembleia já disseram, por exemplo, sobre a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, inclusivamente, nos fóruns a que também têm acesso, enfim, internamente. Portanto, calcula que o Partido Socialista aqui e os Deputados da Assembleia Municipal nunca tenham dito a ninguém que, efectivamente, o mais justo seria que houvesse disposições legais que impedissem estas empresas de repercutir no consumidor final as taxas que são cobradas, (porque, como sabe, algumas Câmaras cobram e outras não). Calcula o Senhor Presidente da Câmara, como acha que só ele é que sabe, só ele é que faz, só ele é que mexe, só ele é que faz o pão, portanto, todos os outros calarão. Não é assim, aproveitamento para lhe dizer aqui. Aproveitamento também para dizer aqui ao Senhor Deputado Esteves Correia, que os impostos nacionais, calha bem que, enfim, foram decretados, efectivamente, por este Governo, com o acordo dum outro partido e, provavelmente, no próximo Orçamento a mesma coisa acontecerá e, portanto, também não percebo para quê estar a mandar tantas pedras para o ar, quando nos podem cair algumas na cabeça. Senhor Presidente, confundiu, seguramente, a intervenção que eu fiz há pouco a respeito da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, com outras declarações que, eventualmente, já possa ter ouvido nesta Assembleia Municipal. Eu não referi que estas empresas não deveriam pagar, eu não referi que achava justo que repercutissem no consumidor final, evidentemente, que pesa para a nossa decisão. O Senhor Vice-Presidente da Câmara que referiu aí quanto paga numa das facturas. Sim, todos nós, ou a maioria de nós também paga. Como é, evidente, os Deputados do Partido Socialista, e eu próprio também já consultei as várias facturas, para perceber do que é que estamos a falar. É evidente que não é um valor de grande relevância e isso também motiva, evidentemente, a nossa abstenção. Não é uma questão de sermos amigos dos Bombeiros, ou seja de que outras instituições forem, somos sensíveis ao facto



da Câmara Municipal fazer a passagem directa, que já agora, aproveito, não tive resposta do Senhor Presidente da Câmara, porque não tenho, de facto, a confirmação concreta se esse dinheiro tem chegado ou não aos Bombeiros Voluntários e gostava que me fosse respondido. Relativamente aos impostos, e daí a demagogia do Deputado Esteves Correia, o que o Partido Socialista e, nomeadamente, em questões de IMI, e já o tem dito aqui por várias vezes, não pode concordar é que a alteração do código do IMI venha fazer com que a Câmara Municipal ultrapasse em tudo o que eram as suas expectativas de receita por força dos coeficientes de localização, como nós sabemos, e já várias vezes discutimos aqui nesta Assembleia Municipal, estarem exageradamente definidos. O que não faz qualquer sentido é que o cidadão que pagava cem, passe a pagar cento e quarenta, ou cento e cinquenta com uma alteração legislativa do código do IMI. Isto é que não faz sentido! O que o Partido Socialista várias vezes disse ao longo destes anos nesta Assembleia Municipal, e que de resto tem vindo ao nosso encontro, é que, efectivamente, tem vindo a ser feita esta correcção, quer seja pela baixa do próprio IMI, quer seja pela revisão dos coeficientes. O que aqui profundamente injusto, foi que a Câmara Municipal a um determinado ano tenha aumentado a sua receita, porque não suposto. Aliás, o legislador na altura, lembro-me bem de ler isso, com a entrada do novo código do IMI, não era suposto as câmaras municipais aumentarem brutalmente as suas receitas. Era suposto haver novas regras para mais, ou menos se encaixar financeiramente o que em anos anteriores acontecia, e como o Senhor Presidente da Câmara sabe, e julgo que a maior parte de todos nós, se não sabemos deveríamos de saber, isso não foi o que aconteceu em Viseu. Muito obrigado”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- **SETENTA E UM – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, é só para utilizar a figura do protesto. Há pouco não vim, mas voltou a ser repetido aqui um ar de suspeição que é, perfeitamente, inadmissível. O Senhor Deputado do Partido Socialista nestas duas intervenções que fez aqui pôs em causa a transferência destes valores para os Bombeiros Voluntários de Viseu. Estamos a falar de contas públicas, coisas que são assumidas publicamente. Haveria três ou quatro razões para esta questão não ser posta: Primeiro - Porque tem perto dele pessoas que fazem parte da Direcção dos Bombeiros e, portanto, podem dar-lhe essa informação ou não; Segundo - Se, efectivamente, há esta promessa a não sei quantos anos e se não tivesse a ser cumprida, já seria do domínio público: Terceiro - Há articulação com os Vereadores do Partido Socialista na Câmara de Viseu, onde, efectivamente, têm acesso a tudo o que é esta informação. Portanto, esta situação de suspeição é inaceitável. Estamos a falar até de montantes, relativamente, pequenos, mas estamos a falar de instituições com credibilidade e não podemos aceitar. Já agora, se me fosse permitido era só para que fosse feita uma correcção na minha intervenção anterior, na acta, quando eu referi que o desemprego era superior a vinte e cinco por cento nos últimos quatro anos tinha crescido, não, nos últimos dois anos. Eu só para pedia que fosse feita essa correcção, portanto, aumentou mais do que vinte e cinco por cento nos últimos dois anos e não últimos quatro anos. Aumentou foi de quatro mil, daí a confusão. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia para uma segunda intervenção.

- **SETENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTESVES CORREIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu peço-lhe desculpa Senhor Presidente, porque não apresentei as coisas como devia ser. Eu já estou habituado a que o Senhor Deputado João Paulo Rebelo cada vez que eu aqui venho falar diz que eu sou demagogo, talvez porque veja demais a televisão e veja o Senhor Primeiro Ministro e tenha aprendido com ele em todas as intervenções que faz na



Assembleia da República, deve ser por isso, porque demagogia é aquilo que o Senhor veio fazer aqui. O Senhor quer separar os impostos municipais dos impostos nacionais. Olhe, começa por dizer que o aumento de impostos foi aprovado pelo meu partido. É mentira. O meu partido disse-o claramente que deixava passar, porque era interesse nacional, mas também disse, e já há três meses, que não ia viabilizar nenhum orçamento que tivesse aumento de impostos. E os Senhores continuam, teimosamente, a dizer que vão aumentar e depois a culpa é do PSD. Os Senhores são demagogos de cima a baixo, da direita para a esquerda, daqui da Cinco de Outubro, para lá para baixo para o Largo do Rato. Em todo o lado os Senhores utilizam uma demagogia que tem dado algum resultado, mas começa, felizmente o “Zé Pagode” e o “Zé Povo”, que somos todos nós, a abriremos os olhos, até eu já abro os olhos, já começo a ver o que é os vossos enganar. Como os Senhores nos tentam enganar, como os Senhores têm andado a enganar o povo português levando-nos à situação desgraçada em que estamos. E se quer exemplo de demagogia, do máximo de demagogia, são as declarações do seu Ministro - do seu, que não é meu - Ministro das Obras Públicas ainda sobre o TGV, na semana passada. Ainda fala de TGV e terceira travessia do Tejo? Então, nós “não temos dinheiro nem para tocar um cego” e ainda continuam a falar nisso? Anularam um concurso, vão fazer um novo concurso, por amor de Deus! Por amor de Deus! Por amor de Deus! Vamos talvez todos começar a utilizar fatos de treino para começarmos a treinar todos os dias (talvez só no estrangeiro cá em Portugal é difícil) com o Senhor Primeiro-Ministro a correremos todos que é para não termos nem travessias, nem TGV’s, nem nada, porque não podemos ter, temos que andar a pé! E de uma vês por todas vamos deixar... Os ricos é que sabem poupar. Nós somos um País pobre dirigidos por uns pobres de espírito, que não sabem poupar só sabem gastar”. -

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo para apresentar um protesto. -----

- **SETENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** - Usa da palavra para apresentar o seguinte protesto: “Eu faço este protesto e é seríssimo, porque acho que o que aconteceu aqui é muito grave. Eu protesto, veementemente, contra o Senhor Deputado que fez um protesto referindo que um Deputado desta Assembleia Municipal não deveria, ou não poderia, insinuando que não deveria questionar o Executivo, quando nós estamos no órgão que fiscaliza também a actividade municipal, não é? E, portanto, o Senhor Deputado Manuel Teodósio veio aqui fazer um protesto dizendo que eu enquanto Deputado desta Assembleia Municipal devia perguntar a um parceiro do lado e que não deveria colocar aqui a questão na Assembleia ao Executivo. Eu acho extraordinário e acho, absolutamente, digno de protesto” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram suscitadas. -----

- **SETENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas e diz: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez rapidamente. Eu acho que nós chegamos a uma altura, já disse isto aqui várias vezes, são vinte e um anos que levo nesta Assembleia. Conheci um governante que terminava as reuniões quando as pessoas estavam de acordo com uma coisa e com o contrário. Era um bom método para acabar, porque, de facto, nós em determinada altura dizemos aqui coisas, quase que dizemos uma coisa e dizemos o contrário e vivemos com isto com uma facilidade espantoso. Eu queria dizer ao Deputado João Paulo o seguinte: Eu não tenho medo nenhum das perguntas, nenhum! E gostaria até mais que levassem isto a sério, cada um tem o seu estilo de responder. Tenho a certeza absoluta que nenhum dos Senhores está mais calmo e, digamos, e mais consciente daquilo que vai responder do que eu. Agora, eu não abdicar de... Mais, tanto baixa o nível quem fala com este tom, às vezes duro, da Beira, eu nasci aqui não tenho outro remédio, como baixa mais o tom quem com “falinhas mansas” ofende o próximo. Isto é frequente aqui na



Assembleia, “falinhas mansas” a ofender o próximo. “Falinhas muito mansas” de gente que acha que não sei quê, mas é, extremamente, ofensivo e, portanto, vale a pena nós pormos isto no lugar. Mais, nunca deixarão, até porque é o último mandato, não deixaria a coisa ao meio, o Presidente da Câmara responde sempre com educação, mas com determinação. Isso podem ter a certeza, mas responderei a tudo, sempre a tudo e, portanto, vamos tirar isto a limpo. Aquilo que o João Paulo veio dizer que a Câmara se aproveitou de um aumento impressionante do IMI. Bem, a Câmara sempre escreveu a uma Comissão de Avaliação, à CNAPU, a dizer que corrigissem os coeficientes de localização. Não tínhamos outra maneira. Mais, eu próprio reuni imensas vezes com a CNAPU a dizer-lhe que os nossos coeficientes de localização me pareciam incorrectos. Bem, o contributo que obtive do Partido Socialista, já o disse há bocadinho, foi uma proposta com ondas concêntricas que dava situações como esta, já o referimos, a Quinta do Bosque, exactamente, com o mesmo coeficiente de localização do Bairro da Cadeia e o empreendimento da Povia Dão que tinha uma taxa como qualquer parte rural, o mínimo, portanto, nós achámos que isto estava incorrecto, é apenas isto. Sobre os impostos municipais eu gostaria de dizer o seguinte: Eu não tenho a mania que faço o pão, faço o pão que tenho feito, e o meu está à mostra. Eu gostaria que os Senhores também fizessem pão e que trouxessem para cá o milho, só que nós não vimos nada. Nós queremos farinha para fazer o pão e os Senhores trazem pólvora seca, não trazem mais nada! Mas eu gostaria de vos confrontar com esta realidade: Qual foi a última obra que fizeram em Viseu? Que obra é que os Senhores têm para mostrar? Qual é a última obra? Até uma obra que na altura servia para afrontar o Presidente da Câmara, que era a ligação entre a parte da Variante Sul da A-Vinte e Cinco, até agora vimos que os Senhores não a fizeram, porque agora vamos começar a pagá-la. Na altura pensámos que era uma oferta do Governo, agora vamos começar a pagá-la, portanto, o Governo nem essa trouxe. Mas qual foi a última? Então, nós trazemos aqui: O arquivo Distrital está atrasado; a Auto-estrada está atrasada; o comboio nunca mais apitou, nunca mais ninguém ouviu falar dele, nada, não há nenhuma obra! Mais, o CDOS. Eu fui apresentar o CDOS aos Bombeiros Voluntários com o Senhor Ministro Jorge Coelho. Com o Diabo, o Senhor Ministro Jorge Coelho já “foi chão que deu uvas”. Qual foi a última vez que os Senhores trouxeram isto aqui à colação? A única coisa que trazem à colação é: O Presidente não sabe, não tem um plano. Eu estou cheio dos vossos planos, os Senhores fizeram planos a mais, não foram planos inclinados, foi para o charco. Esse é que foi o vosso problema. Eu gostaria, muito sinceramente, de copiar boas razões, mas não me peçam para copiar as vossas decisões governativas, porque, se por acaso, nós fôssemos atrás deste fiasco os municípios iam todos ao charco. Então, os Senhores querem que nós façamos no concelho o que fizeram no País? Por amor de Deus! E mais, não venham dizer que baixaram os impostos como aqui nos propõem. Os Senhores mandaram-nos ao charco carregadinhos de impostos. Se calhar, foi pelo peso dos impostos. A isto tudo chama-se dificuldade em governar e, portanto, não vale a pena virmos para aqui dizer... Agora não entendo, e eu já percebi isso, já aqui há tempos, e vale a pena falar disso, o Senhor Deputado (por acaso ainda está nesta sala) achou que o Presidente da Câmara que jogou com a cor de um Deputado e eu fiquei muito aborrecido com isso. Eu sei dizer as coisas frontalmente sem ir por esse campo e é por isso que eu não gosto das pessoas com “falinhas mansas”. Eu sou de um concelho como este, a Beira Alta, e sempre falei olhos nos olhos com as pessoas, oiço olhos nos olhos e enfrento olhos nos olhos, portanto, não vale a pena estar a dizer que esta Assembleia que perdeu, porque se baixou o nível de manhã. Quem é que baixou o nível de manhã? Foi a pessoa que estava sentada aí que tinha obrigação de levantar o nível, que respondeu de forma mal-educada ao Presidente da Câmara quando estava no uso da palavra, e eu estive aqui caladinho até o Senhor Presidente da Assembleia me dar o uso da palavra, que é assim que eu faço. Portanto, não vale a pena estar a confundir as coisas e,



sobretudo, não vale a pena estar aí a tentar mistificar. O Partido Socialista é contra a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem? Pois que o diga! O João Paulo diz uma coisa: Não sabe. Claro que não sei, então eu nunca entrei no Rato, nem nunca entrei Sede Distrital, os Senhores nunca me convidaram. Não sabe? Então digam isso, quantas vezes é que os Senhores vieram a público dizer isso? Digam isso, que nós ficamos a bater as palmas, mas digam-no. Digam assim: Olhe, vocês prometeram a Auto-estrada e nunca a trazem, o Partido Socialista de Viseu, está contra o Governo. Os Senhores calam-se, ou não vos deixam? Digam isso publicamente! Digam publicamente que já disseram ao Governo que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, que abdicaram disto em função das grandes empresas. Digam-lhes isso e nós não os acusamos! Eu se soubesse que vocês tinham este tipo de diálogo com o Governo e que aqui estava em consonância, eu ficava a aplaudir-vos. Era o que faltava, que o não fizesse! Se os Senhores se escondem nas paredes se dizem que lá têm um tipo de diálogo e aqui têm, exactamente outro... Nós só conhecemos este, este é que é o público o outro não é e, portanto, não vale a pena dizer que vocês tiveram outro tipo de actuação nas estâncias próprias. Estâncias próprias são estas não são outras. As outras são partidárias, são um veículo, este não. Este é o lugar para onde fomos eleitos todos”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então passar à votação do Ponto Cinco - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. O Ponto Cinco foi aprovado com quarenta e seis votos a favor, oito abstenções e zero votos contra. Vamos passar ao **Ponto Seis** – Apreciação e votação da Câmara Municipal sobre “PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE DA CIRCUNVALAÇÃO E DA PRIMEIRA CIRCULAR SUL (JUGUEIROS) E DA ZONA ENVOLVENTE DO NOVO HOSPITAL DISTRITAL DE VISEU – ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO”, nos termos e para efeitos do disposto no número um, artigo setenta e nove do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei trezentos e oitenta/ noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua actual redacção. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma apresentação. Portanto, está apresentada a deliberação, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Não havendo vou pôr à votação. O Ponto Seis foi aprovado por unanimidade. Passaremos agora ao **Ponto Sete** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “VISEU NOVO – SRU, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, SA – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO – PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO LARGO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE”, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número quatro, alínea b) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **SETENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra diz: “Obrigado Senhor Presidente. Só para dizer que esta é uma das obras que estamos à espera, o Parque de Estacionamento no Largo Mouzinho de Albuquerque e o que pedidos é a desanexação do terreno, para depois ser colocado à disposição dos interessados em concurso público de concessão de construção”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Dário Costa, Presidente da Junta de São José. -----

- **SETENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD)** - Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Na apresentação deste ponto eu não podia deixar de manifestar a minha satisfação pela construção deste Parque de Estacionamento, pela importância que ele vai ter não só para aquela zona, mas para todo o centro histórico, e



dados também, as obras que estão a decorrer da regeneração urbana e que foram já aqui hoje referenciadas pelo Senhor Presidente da Câmara e pelos Senhores Deputados. Eu aqui gostaria de realçar e agradecer à Câmara Municipal de Viseu o esforço financeiro que tem feito para lançamento desta e a execução de todas as obras que estão a decorrer. Mas estava há bocadinho ali e estava a lembrar-me das palavras que nos deixou, numa passagem por Viseu, o Senhor Secretário Adjunto, Doutor Fernando Medina, aquando das Comemorações do Dia Europeu, onde depois de uma visita a alguns projectos da regeneração urbana, ele afirmou levar de Viseu uma solução que funciona e que este modelo podia ser adoptado em qualquer ponto do País. Isto porquê? É um dos exemplos que, de facto, a nível nacional deveriam vir buscar a Viseu pelo bom trabalho, pelo desenrolar das obras (e fazem-se as obras, se não fosse, como tem sido referido, a nossa Câmara Municipal, enfim. muito pouso se faria em Viseu). Por isso mesmo, Senhor Presidente da Câmara, eu fico descansado e fico mais descansado ainda e confiante na Câmara Municipal, caso seja possível, a implantação, independentemente de saber se a praia fluvial fica na Radial de Santiago, ou vai para a Agueira, para mim é indiferente. O importante, caso seja possível, é que ela seja feita. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- SETENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu começaria por

lembrar que há pouco o Senhor Presidente da Câmara fez esta afirmação, isto a propósito da proposta que eu tinha feito dos aparcamentos periféricos, diz o Senhor Presidente: “A Câmara Municipal promoveu um estacionamento central, que custa quarenta cêntimos à hora, e que está a maioria das vezes incompleto”. É verdade Senhor Presidente, isto é um facto. E mesmo ali ao lado do Largo Mouzinho de Albuquerque há um parque de estacionamento, que é o Parque do Centro Comercial Académico, que também está subaproveitado, tem, pelo menos, sempre um piso que está vago. Isto, porque ele de, facto, está ali perto podia servir, perfeitamente, o Teatro Viriato, mas as pessoas até o desconhecem. Está mal sinalizado, é preciso ir pela Rua de São Lázaro ou pela Rua dos Loureiro, mas ele está lá, esta é mal sinalizado e está subaproveitado. Ali perto também há outro um parque, que é o Parque da Rua Capitão Silva Pereira, que de resto há um Projecto Integrado no Plano Estratégico da Parque Expo, que já foi apresentado publicamente, que prevê uma intervenção de forma a criar ali um parque subterrâneo, e creio que à superfície também. Acho muito bem, porque não vai dar cabo da vista espectacular que se tem sobre a Colina da Sé, daquele ponto da cidade. Essa afirmação até veio a despropósito, porque isto não tem nada a ver com os parques periféricos. E em Viseu não há parques periféricos: Poderá ser considerado o Parque da Feira Semanal, que poderia ser mais bem aproveitado se tivesse ali um mini-autocarro a ligá-lo ao centro; ou o Parque da Feira de São Mateus, portanto, que tem a ligação pelo funicular, mas poderia ter outras ligações ao centro. E mais nada, portanto, está ali concentrado naquela zona da cidade. Nos outros pontos cardiais da cidade não há parques periféricos. Uma vez o Senhor Presidente falou nas radiais, mas, francamente, não estou a ver o mini-autocarro a ir recolher os condutores dos automóveis, um a um, que vão estacionando ao longo das radiais, quer dizer, não faz sentido, isto não são parques periféricos. Eu já uma vez referi o exemplo de uma cidade Belga, Hasselt, que o executivo, face à possibilidade de criar uma segunda radial para resolver problemas de trânsito, decidiu em alternativa, isto já há uns anos, construir estes parques periféricos ligados ao centro por mini-autocarros. Isto teve um efeito sobre a cidade. O número de visitantes da cidade aumentou exponencialmente para regozijo dos munícipes e, em particular, do pequeno comércio. Claro que, a aposta nesta política, insistir nesta política, e lembro-me que a Câmara tinha em pacote, não era só este parque, era o parque também atrás do Museu Grão Vasco que, felizmente, o GESPAR vetou, porque ia ser um atentado ao património histórico da cidade. Não me



parece, portanto, que isto faça algum sentido estar a criar este parque. Se ainda ao menos servisse a falta de estacionamento que se prevê para a Escola Emídio Navarro. Mas, naturalmente, que não estou a ver os professores, os estudantes e os funcionários da Escola Emídio Navarro pagarem para meter o carro num parque subterrâneo. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

SETENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) -

Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Senhor Presidente, muito rapidamente, só para precisar aqui uma situação relativamente ao Parque de Estacionamento do Centro Comercial Académico, queria dar duas notas. Eu sou utente, mais ou menos regular, do mesmo e ele encontra-se geralmente preenchido nos dois pisos superiores, o terceiro é o piso mais destinado aos habitantes e aos residentes. Mas, é bom termos a noção de que aquele parque de estacionamento é privado. É um parque de estacionamento que não dá resposta ao Teatro Viriato, porque à hora em que há espectáculos no Teatro, o parque de estacionamento se encontra encerrado. Eu quando tenho que me deslocar àquela zona à noite, eu não posso utilizar o parque de estacionamento, que é privado, como digo, e que está encerrado da parte nocturna. Portanto, essa questão da argumentação não funciona, porque está fechado e é privado, não é camarário. Era só uma precisão relativamente a esse parque. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram levantadas.

- SETENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –

Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Só apenas um esclarecimento sobre o parque. Já ficou esclarecido, o parque é privado. Mas eu fiquei sem perceber se o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda era a favor ou não da construção do parque. Nós dissemos que o parque é gratuito para a Câmara, como saem, por isso é que nós dissemos que era concessão de construção, a Câmara apenas impõe o Plano Director. E, portanto, ficámos sem saber se era a favor da existência de um parque no Soldado Desconhecido ou não. Há uma coisa que eu sei, se o parque for explorado por nós faremos dele a publicidade que melhor, digamos, leve a que cumpra os seus objectivos. Se for privado, pois o privado que o faça, não é da nossa responsabilidade. Já agora, uma outra coisa, também não percebi qual é a ligação. Eu não fiz nenhum projecto para o centro histórico. Nós demos a uns arquitectos, se fosse uma análise de balanço eu fazia-a é da minha formação, não gosto de me substituir à gente que tem o condão de ser tudo: Arquitecto, urbanista, sabem tudo, eu não, mandei fazer a um arquitecto, portanto, o GESPAS chumbou e nós obedecemos. Tão simples quanto isso. Mas não fui eu que fiz o projecto, se ele tinha algum problema de colisão, eventualmente, com o Museu, ou com a Sé, não foi o Arquitecto Fernando Ruas que o fez”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Obrigado Senhor Presidente.

Não tenho mais nenhuma inscrição, vamos passar à votação do Ponto Sete. O Ponto Sete foi aprovado com quarenta e seis votos a favor, um voto contra e zero abstenções. Passamos agora ao ponto seguinte, o Ponto Oito – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONSELHO DE VISEU”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea a) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara considera que a informação que está constante que é suficiente. Dou a palavra ao Senhor Deputado Baila Antunes”.

- OITENTA - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA

MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a para intervir do seguinte modo: “Já agora, queria fazer um preâmbulo rápido, há pouco e bem, o Senhor Presidente da Câmara fez um



reparo aos cumprimentos que alguns de nós fazem às pessoas presentes e, realmente, eu sou um dos prevaricadores, enfim sem intenção, porque utilizo, se calhar, letra maiúscula e não faço distinção de género, mas já agora, para tentar redimir-me, se me permite, faço agora um cumprimento especial. Há pouco dirigi-me a toda a gente, agora dirijo-me à Excelentíssima Senhora Secretária da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimas colegas Senhoras Deputadas e Excelentíssimas Senhoras presentes no público. Meus Senhores, relativamente a este assunto dos tarifários de serviços de primeiríssima necessidade, temos aqui uma equação difícil, porque temos os aspectos socioeconómicos e os elevados custos que as autarquias têm que acarretar, relativamente, à instalação da rede de distribuição: Drenagem, etc. Temos o aspecto social, nomeadamente, no concerne a tentar minimizar ao máximo o esforço das famílias no pagamento destes serviços. E temos a questão ambiental, neste caso do saneamento básico em que, realmente, tem que haver o princípio do utilizador/ pagador. Aqui também para participar, minimizar ao máximo o esforço financeiro, enfim, mas também para garantir que as pessoas sejam conscientes na utilização dos recursos, e também o princípio do poluidor/ pagador que é afim a esta proposta de alteração ao regulamento. Realmente a Câmara e os Serviços Municipalizados de Viseu, têm sabido lidar com estas questões. Acho que a equação, em termos gerais, tem sido bem lidada, até com um pendor social, no sentido, como ainda aqui o caso desta proposta, minimizar ao máximo o esforço das famílias. Enfim, uma entidade que gere dinheiros do QREN, como que disse: Atenção, vocês estão com uma tarifa demasiado baixa, há um deficit tarifário, têm de aumentar a participação das famílias, dos utilizadores, senão não vos garantimos financiamento, no caso, para a ETAR Sul de Viseu. E, realmente, a Câmara, inclusive, podia ter seguido o que aqui se diz na proposta do Diploma do Ministro, e muito bem, é um diploma, relativamente, cego e a Autarquia, mais uma vez, a este nível com um pendor mais social utilizou outra fórmula, que eu acho a esse nível mais interessante. No entanto, relativamente, ao regime tarifário há aqui uma questão que persiste, e que eu já aqui uma vez alertei, não queria deixar passar em claro, que é uma certa incongruência e injustiça relativamente a este regime tarifário, nomeadamente, no escalonamento dos consumos de água e depois no escalonamento que se podia definir para o serviço de drenagem de águas residuais, não haver um tempero com o número de pessoas no agregado familiar. Isso faz com que, e falando de uma maneira directa, e eu já aqui utilizei essa expressão, em termos absolutos, aí seria normal, mas também em termos per capita, uma pessoa pertencente a uma família média paga mais pelo consumo de água, do que, vamos utilizar aqui um plebeísmo, do que um solteirão gastador e que não se reja por princípios ambientais. Devia haver, e é fácil de fazer, como há pouco dizia, um tempero relativamente ao número de pessoas no agregado familiar para, já agora, ficar este regime tarifário ambientalmente correcto e socioeconomicamente também correcto. Portanto, o que eu propunha era no fundo isso, que numa próxima oportunidade se atendesse a este desfasamento que é fácil de lidar. É tudo”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Elísio Dias. -----

- **OITENTA E UM – ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS (PSD)** – No uso da palavra diz: “Esta matéria enquadra-se perfeitamente, a nosso ver, no preceito constitucional consagrado nos artigos sessenta e quatro e sessenta e seis da Lei Fundamental, visando a promoção e a protecção da saúde, a higiene e o conforto da habitação, bem como a protecção do ambiente e a qualidade de vida, áreas em que, afinal, as autarquias têm a “fatia de leão das responsabilidades e da acção, mas não o envelope financeiro. E no nosso caso concreto, a Autarquia de Viseu, liderada pelo Doutor Fernando Ruas tem vindo a realizar uma obra notável rumo à cobertura da área do Município, incluindo as freguesias rurais, onde o “Rossio”, nas suas diversas vertentes, começou a chegar, logo desde o primeiro mandato do Presidente Fernando Ruas, logo no início da década de noventa. A



drenagem e tratamento das águas residuais, enquanto serviço público, constitui hoje um pilar fundamental na promoção da saúde pública e na prevenção das doenças, não apenas as de natureza transmissível, mas também, e por exemplo, as que resultam da presença de metais pesados, ou seja, na eliminação de factores de risco de natureza biológica e química. Tal *desideratum* depende da adopção de estratégias correctas de combate à poluição dos recursos hídricos e dos solos, das linhas de água e das águas subterrâneas e do meio ambiente em geral. A eleição de um sistema de drenagem e tratamento das águas residuais, que é uma estrutura complexa, é sempre condicionada por diversos factores, nomeadamente as características das águas residuais, domésticas ou industriais, a localização do sistema, os objectivos e padrões de qualidade pretendidos e também pelas características orográficas e geológicas do meio receptor do sistema. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, as infra-estruturas necessárias, que incluem também a rede de distribuição de água, exigem sempre avultados meios financeiros e apesar de se esconderem no subsolo são sempre caras, exigindo, até por isso, uma gestão sábia, rigorosa e séria, como a que tem caracterizado a actuação do Executivo liderado por Fernando Ruas, conquistando para o concelho de Viseu um estatuto de referência nacional e não só, em termos ambientais, sociais, demográficos, urbanísticos e de acessibilidades (aqui, claro, se esquecermos a auto-estrada Viseu-Mealhada e a ligação ferroviária à linha da Beira Alta), sendo de crer que mesmo os críticos e os adversários políticos da maioria social-democrata do Município de Viseu e do seu Presidente de Câmara se orgulham do seu concelho e da sua cidade, obra, afinal, dos viseenses em geral, trabalhadores, empresários, funcionários, e de uma Equipa Autárquica competente, onde se incluem, sem dúvida, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, sabiamente liderada pelo Presidente, Fernando Carvalho Ruas”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- **OITENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra responde às questões que lhe foram levantadas dizendo: “Senhor Presidente, uma nota apenas para dizer, e eu realçava apenas este ponto da intervenção do Deputado Antunes, que o Conselho do Diploma Ministerial era que subíssemos muito mais a taxa. E, portanto, cá está como é que a Câmara mesmo com Conselhos Ministeriais, e, naturalmente, isto decorre do POVT, corremos o risco, digamos de não aproveitar na íntegra se, eventualmente, não subíssemos o imposto, o esforço que a Câmara está a fazer para que esta tarifa não seja de dois ponto trinta e seis, que era aquilo que o Diploma atirava, e que tenha esta expressão quase sem grande impacto. Só uma nota, para dizer que estamos a falar apenas do saneamento e não da água”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos passar à votação do Ponto Oito. *O Ponto Oito foi aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao **Ponto Nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “STUV – LINHAS DEZANOVE E VINTE E TRÊS (FARMINHÃO E BOALDEIA)”**, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número quatro, alínea d) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Senhor Presidente da Junta tem a palavra”. De imediato, dá a palavra ao Senhor António Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia.

- **OITENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Quando em vinte e cinco de Setembro de mil novecentos e oitenta e oito, a CP fechou, encerrou definitivamente a Linha do Dão ao transporte de passageiros, já o tinha feito em mil novecentos e setenta e dois para as mercadorias, ficou uma empresa, a União de Sátão & Aguiar da Beira a servir as populações que



anteriormente eram servidas pela via férrea. Tenho que vir dizer aqui, que nessa altura, a União de Sátão prestou um mau serviço às populações. Prestou um mau serviço, porque abandonou, sem dizer nada a ninguém, a carreira que tinha sido incumbida pela CP de fazer; prestou um mau serviço, porque ia, por exemplo à minha freguesia, fazia três carreiras diárias com um preço demasiado elevado, com autocarros deploráveis - os alunos queixavam-se que no Inverno chovia lá dentro, eles não conseguiam fechar os vidros das janelas, apanhavam o frio também do Inverno e o calor do Verão. Dizer também que, nessa altura, a União de Sátão levava cerca de quatrocentos e tal escudos por uma viagem entre a Boaldeia e Viseu, que era demasiado cara para a população, não servia os estudantes (os estudantes vinham de manhã e regressavam à noite). Mais tarde, não servia em condições a Escola Profissional de Torredeita. Os alunos que iam daqui da cidade, ou iam à boleia, ou tinham que arranjar transporte próprio, os horários eram incompatíveis. Nessa altura, e muito bem, nós solicitámos ao Senhor Presidente da Câmara que visse a possibilidade de os STUV chegar àquelas freguesias rurais (são mais ou menos vinte quilómetros de trajecto), é verdade que o STUV é uma Empresa de Serviços de Transportes Urbanos de Viseu, mas para este caso penso que a coroa poderia ser alargada até às freguesias rurais de Boaldeia e Farminhão. E, a esse pedido, o Senhor Presidente da Câmara até atendeu, com certeza que a Câmara com a Empresa Berrelhas fizeram um contrato de exploração daquela zona. Foi criada a linha dezanove para Farminhão que servia também Torredeita (a Escola Profissional) e uns meses mais tarde, em Dezembro de dois mil e um a carreira vinte e três, que chegava à Boaldeia. Nessa altura, nós passámos a ter oito carreiras diárias que iniciavam às sete e um quarto/ sete e quarenta da manhã até às vinte horas. O Preço baixou para noventa cêntimos, o equivalente a cento e oitenta escudos – vejam bem a diferença – e começámos a ter um bom serviço público de transportes a servir aquela zona. É claro que, a Empresa União de Sátão achou-se prejudicada, intentou uma acção em Tribunal conta a Câmara, que agora não sei porque razão, mas os Tribunais são soberanos, o Supremo Tribunal Administrativo de Coimbra acabou por dar razão à União de Sátão. O que a Câmara traz hoje a esta Assembleia é, precisamente, fazer um contrato directo com a Empresa Berrelhas para nós não ficarmos sem aquelas carreiras. E penso que neste caso, dada a situação passada e o mau serviço que ainda hoje a União de Sátão mantém algumas carreiras para aquela zona, mas se quiserem viajar nos autocarros verificarão que tipo de autocarros é que nós temos, parecem os *machibombos* onde eu andei quando estive em Bissau a cumprir o serviço militar, ao invés da Berrelhas que nos apresentam autocarros novos (com ar condicionado no Verão e aquecimento no Inverno). De maneira que, aqui o que se invoca, e penso que tem toda a legitimidade, é que neste caso, creio que se justifica por razões de interesse público, relevante para manter estas duas carreiras, a dezanove e a vinte e três. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- **OITENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** –

Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Senhor Presidente, queria só fazer dois esclarecimentos: Primeiro, uma nota, ouviram bem o Senhor Presidente da Junta de Boaldeia referir a data de encerramento da linha do ramal do Dão e do ramal do Vouga aos passageiros. Há muita gente que ainda hoje teima em dizer que fui eu que mandei encerrar as linhas. Em oitenta e oito não estava cá, quando elas foram encerradas, como é sabido, já apanhei as linhas encerradas a passageiros. As mercadorias há muito tempo que estavam encerradas, quando cheguei à Câmara, portanto, para quem ainda tenha essa dúvida, aproveito também para a tirar. Queria dizer também uma outra coisa, o Senhor Presidente da Junta falou no Supremo Tribunal Administrativo e acho que por lapso disse Coimbra. O Tribunal Administrativo de



Coimbra deu-nos razão, aliás, O Supremo Tribunal Administrativo é que depois revogou o acórdão do Tribunal Administrativo de Coimbra. A Empresa recorreu, o Tribunal deu-nos razão, o Tribunal de Coimbra deu-nos também razão e depois o Tribunal revogou este acórdão. Eu trago isto à colação e pedi a palavra, exactamente, por isto, às vezes a facilidade com que a população, muitas vezes até é empurrada por alguns líderes locais, nos pede mais linhas, insensível ou desconhecendo esta situação. Esta é uma situação que eu tenho recorrentemente levado às reuniões de juntas de freguesia a dizer que: Por nós púnhamos os STUV a cobrir todo o concelho, mas há questões, nomeadamente, que se prendem com alvarás que já tinham sido concedidos a empresas, que depois põem este problema. E alvarás que, normalmente, trazem esta característica que o Presidente da Junta de Boaldeia aqui trouxe, é que as empresas que laboravam antes praticam incomparavelmente muito maiores e serviços de pior qualidade, do que os transportes urbanos. Espero eu, que alguma vez alguém se lembre de regulamentar um decreto, que eu conheço de cor (o centro e cinquenta e nova/ noventa e nove) que saiu, tinha amplos poderes para a transferência de competências, mas nesta área tão sensível dos transportes vejam o que é que lhes acontece, até para definir transportes no concelho nós estamos dependentes de regulamentação da Administração Central. Que País é este, que quem foi legitimamente eleito para definir a política do concelho, nem sequer tenha possibilidade de definir como é que quer os seus transportes municipais. Há uma coisa que nós vamos fazer, isso fica perfeitamente claro, nós vamos fazer o acordo directo e depois vamos “tirar a prova dos nove”, vamos fazer um concurso público e essa empresa que agora recorreu se também concorre. Vamos aproveitar, já agora, para “tirar a prova do nove” e, portanto, faremos o acordo directo, que a legislação permite, e depois faremos de imediato concurso público para esta linha”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais nenhuma inscrição sobre esta matéria, vou pôr à votação. O Ponto Nove foi aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Dez – apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REFER”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e três, número dois, alínea i) da Lei cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- OITENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, também muito rapidamente. Esta era uma dúvida que se pôs e foi colocada pelo Director de Departamento da Administração e Finanças, na altura, por interpretação. Isto trata-se da aquisição do património da REFER que deu origem, como sabem, à ecopista e a algum património que neste momento já foi possível requalificar e pôr até à disposição de uma junta de freguesia. Mas, o Director Administrativo colocou a questão que tinha, digamos, a análise efectuada, que devia vir à Assembleia Municipal. E, portanto, na altura não veio, nós trazemos à Assembleia propostas do Director de Departamento. Ele colocou a questão no sentido de achar que era possível vir à Assembleia e, naturalmente, que o Executivo traz agora aqui o assunto, embora, como sabem, a transacção já feita há muito tempo à Assembleia Municipal”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido vou passar à votação. O Ponto Dez foi aprovado por unanimidade. Em relação aos Pontos Onze e Doze eu sugiro, embora com tratamento autónomo, sejam tratados ao mesmo tempo. Portanto, o Ponto Onze é rectificação da deliberação da Câmara Municipal sobre “DIVERSOS ACORDOS DE GEMINACÃO”, e o Ponto Doze – apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “A GEMINACÃO COM A CIDADE-IRMÃ DO RIO DE JANEIRO”. Dava a palavra ao Senhor Presidente da



Câmara e punha depois os dois Pontos à votação”. -----

- **OITENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Ainda bem que temos muitos anos de convivência comum e, portanto, eu ia, propor isso, porque se os dois assuntos fossem tratados em conjunto, são os acórdãos de geminação é, exactamente, o que se passou em relação à REFER - houve uns que vieram à Assembleia, houve outros que não vieram, disse-me o Director de Departamento, portanto, resolvemos trazê-los todos à apreciação da Assembleia Municipal, mas tem apenas a ver com isto por se tratar de uma geminação. Mas eu gostaria de relevar o último ponto, esta possível geminação com a cidade do Rio de Janeiro e gostaria de vos dizer que no âmbito das relações internacionais é, seguramente, uma das decisões mais prestigiantes para o concelho de Viseu. Nós recebemos da Prefeitura do Rio um documento com um diploma municipal (as prefeituras no Brasil, sobretudo as grandes prefeituras tem iniciativa legislativa, também legislam) portanto, legislam diplomas municipais que depois tem que ir, digamos, à sede federal para se transformarem num diploma nacional. Mas aquilo que nós recebemos, e que nos enche de orgulho, é a cidade do Rio de Janeiro - com aquela dimensão, aquela pujança e também aquele prestígio – decidir, num documento que têm convosco, Diário Municipal, num artigo considerar-se irmã da cidade de Viseu. Escusado será dizer que esta decisão é proposta por uma vereadora de ascendência portuguesa, naturalmente, mas foi depois acolhida pelo presidente da câmara, que não é a mesma figura do prefeito, que depois a submeteu ao prefeito e resolveu, digamos, pô-la a aprovação. Mas o que eu acho o facto mais relevante, e é isso que eu gostaria de vos transmitir, é o grande orgulho e a grande satisfação que está a causar na colónia portuguesa, de tal maneira, que nós sabemos que já está marcada a cerimónia para o dia dez de Dezembro. Sabemos que a colónia portuguesa, não só os radicados em Viseu, mas todas as associações do Rio vão estar presentes na entrega deste galardão da cidade do Rio de Janeiro, considerando Viseu cidade irmã. E, portanto, achamos, muito sinceramente, que em termos de relações internacionais, não me lembro de nenhuma distinção tomada unilateralmente por uma cidade tão prestigiada que nos honra tanto. Penso que saberão, termos, seguramente, a casa regional mais pujante, a Casa de Viseu no Rio de Janeiro. É uma casa que quem conhece, uma boa parte das pessoas já lá estiveram, orgulha-nos a todos, uma casa com uma pujança impressionante, portanto, também acho que devemos manifestar o nosso orgulho e a nossa satisfação por esta decisão. E, naturalmente, sempre que pudermos, e se alguma vez tiverem oportunidade de ir ao Rio, não deixem de ir às Casas de Viseu, porque se há algum sítio aonde se vai encontrar, digamos, um portuguesismo acérrimo e vivo, é, exactamente, na Casa de Viseu. A maioria dos miúdos, que nunca vieram a Portugal, canta o Hino Nacional na perfeição, para muita gente não tem grande importância, mas conhecem o nosso folclore de trás para a frente, conhecem as nossas danças, cantam o “Viseu Senhora da Beira”, a única diferença é que têm aquele sotaque bonito de ser em português/ brasileiro, mas, de facto, eu acho que é um orgulho. Portanto, queria apenas deixar isto registado enquanto Presidente da Câmara e, naturalmente, que a Assembleia deve estar muito satisfeita por esta decisão da Prefeitura do Rio”. -----

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Helena Correia. -----

- **OITENTA E SETE – SENHORA DEPUTADA MARIA HELENA VALA CORREIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “A minha intervenção centra-se essencialmente no Ponto Onze. O processo de globalização é hoje um processo incontestável. Esta realidade em que vivemos, e que se caracteriza por questionarmos os princípios da modernidade conduz ao surgimento de novas perplexidades e novas oportunidades para as cidades. A Complexidade relacional em que actualmente se interligam Estados, cidades, comunidades, exige alternativas mais complexas e ricas, capazes de captar relações transversais e a multiplicação de modelos organizacionais que



substituam as concepções hierarquizadas por espaços de negociação em Rede. As cidades, as vilas, os locais, assumem cada vez mais uma maior importância económica, política cultural e também um papel mais activo na defesa dos seus interesses. As cidades tendem a emergir como agentes activos na prossecução de estratégias alternativas que minimizem o impacto dos processos de globalização e que as torne concorrenciais e competitivas num plano de visibilidade global. Neste sentido, os meios urbanos têm que se tornar locais atractivos para a fixação de recursos (investimentos, emprego, população, equipamentos, cultura) como tem sido continuamente referido neste e noutros fóruns de discussão, o que leva a que, tenham que se constituir como espaços de actuação, não só a nível Nacional, mas cada vez mais a nível Internacional. Originalmente, o conceito de gemação (jumelage), significa objectivamente a junção de duas vilas ou cidades de países diferentes, com a finalidade de promover trocas que, em primeira instância, resultam numa relação bilateral de diferentes culturas. A cooperação descentralizada dos municípios, sob a forma de gemações, tem cada vez mais, um importante papel no desenvolvimento local, e sendo assim, estamos perante a emergência de um novo paradigma territorial e de construção social. O desenvolvimento da cooperação económica e empresarial, a capacidade de valorizar as potencialidades existentes, através da concretização de projectos de interesse comum, poderá ser protagonizado e potenciado pelos Municípios, em virtude de serem o interlocutor privilegiado junto das comunidades locais em que se inserem. Nesta óptica, a importância do poder local e da cooperação autárquica é cada vez mais relevante, na medida em que o conhecimento dos potenciais locais, não tem paralelo com a visão “macro” (e muitas vezes ignorante) que os Governos Centrais possuem. As gemações em Portugal têm assumido uma grande preponderância e são hoje consideradas uma tradição, tendo extrapolado a Europa e sendo já uma realidade em Continentes como a América Latina e África que ilustram alguns Continentes, com os quais Portugal estabelece relações além-mar. Devemos, por isso, salientar que os principais agentes que assumem a responsabilidade de assegurar esta participação de Portugal no mundo são os Municípios que protagonizam, e bem, este “novo estar” em rede. Desde há muito, que o Município de Viseu tem esta visão estratégica da importância das gemações. Desde mil novecentos e noventa e quatro, com São Filipe em Cabo Verde, passando por Marly-le-Roi, em França, Lublin na Polónia, Arezzo em Itália, Haskovo na Bulgária e Cantagelo em São Tomé e Príncipe, que o nosso Município se expandiu e estabeleceu relações que têm permitido um enriquecimento Cultural na divulgação do nosso património Histórico e Arquitectónico, potenciando o turismo na nossa cidade; a participação em feiras, mostras, exposições, que permitem a divulgação de actividades diversas de interesse para as cidades envolvidas, permitindo criar e desenvolver relações comerciais; trocas de experiências de âmbito cultural, desportivo, artístico, educacional, permitindo ainda a troca de informações e experiências, no âmbito do planeamento municipal, na organização de serviços, contribuindo para a formação de quadros da administração local com vista ao desenvolvimento de projectos regionais. Ontem, como hoje, e particularmente para o futuro, tendo em conta o manancial de vantagens que o conceito de gemação permite, estamos certos que o caminho que o nosso Município tem trilhado continuará a ser de um enorme dinamismo e claramente um exemplo a seguir. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- OITENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, eu vou ser rápido e, confesso que, possivelmente, é a última intervenção que faço, mas pelo facto de termos juntado os dois pontos últimos eu não deu muita ênfase a este primeiro e a intervenção da Senhora Deputada, leva-me a fazer uma pequena intervenção que tem a ver com este conceito de gemação. As gemações, como é sabido, e aliás, pôs o problema muito bem, ocorreram depois da Segunda Guerra, foi mais para encontrar pessoas que se tinham



separado em função da guerra, e daí, aparecerem muitas geminações. No nosso caso, apareceram depois também por um processo muito curioso, apareceram muito por mão dos nossos emigrantes, o que é, digamos, um veículo novo para fazer geminações. Neste momento, elas são procuradas por muitas razões: dimensão de cidades com uma certa analogia, características que tem a ver, por exemplo, com a evidência de um produto endógeno (há muitas cidades que se geminaram apenas pelo vinho) não sei de sabem, mas há pelo menos uma rede de cidades geminadas pelo Carnaval, não deixa de ser curioso (a qual pertence a nossa cidade de Ovar) e, portanto, há uma série de razões para haver geminações. Como a Senhora Deputada disse, e muito bem, as geminações são neste momento o maior veículo de cooperação descentralizada dos países. Não são, de facto, é por ser macro, é por ser também um certo desconhecimento, mas sobretudo por uma razão, é que nós não temos as barreiras que têm os Governos Centrais, nem os Ministros dos Negócios Estrangeiros, não temos esse problema e, portanto, nós fazemos com facilidade este tipo de geminação. Eu acho que lista para já que lista está incompleta, nós não a trouxemos falta-lhe uma cidade com quem geminamos há pouco tempo chamada Arezzo, uma cidade espectacular, capital da Toscana e que é, para quem visite, muito, muito parecida com Viseu, basta ir lá. É capital do vinho e da vinha, tal como nós, é uma cidade histórica, é uma cidade que tem, e vale a pena visitar, a mesma configuração, também tem o centro histórico como nós e também tem as grandes superfícies cá fora, e tem uma vida pujante no interior, muito por força também da actualização das lojas comerciais e também muito por força da abertura (eu visitei a cidade num domingo e às oito da manhã as lojas estavam a abrir, portanto também tem muito a ver com isso, com a dinâmica dos centros históricos. Mas, o que queria dizer é que, e ia concluir com isto, nós não queremos as geminações apenas para ter placas à entrada da cidade a dizer que estamos geminados com - poríamos uma longa lista - não é isso que nos move, temos o conceito de geminação para as populações. Naturalmente que as geminações são lentas a desenvolver-me, mas temos muitas razões para as cidades com quem geminamos estarmos extremamente satisfeitos. Quem viu, por exemplo e se tiverem alguma vez oportunidade de se deslocarem a uma das cidades, seguramente a mais distante, a cidade Lublin, na Polónia, que é uma cidade que tem quatrocentos mil habitantes, mas tem cento e vinte mil universitários, portanto, não é uma cidade qualquer, vão ver a quantidade de pessoas, que falam português por força desta geminação. Já sabem, não coleciono prémios, mas tenho como grande orgulho ser galardoado pela Universidade Marie Curie de Lublin, podem encontrar, nomeadamente, em algumas bibliotecas de bairro, expositores com a História de Viseu e a História de Viseu de uma forma minuciosa. Posso dizer-vos que a última vez que estive em Lublin, não foi há muito tempo acerca de um mês, pude presenciar numa biblioteca de um bairro alunos de seis anos, eram alunos do jardim-de-infância, que estavam a ser ocupados na biblioteca local a aprenderem tudo sobre Viseu: A aprenderem a letra do “Viseu Senhora da Beira”; a aprenderem quem foram os nossos heróis, onde é que ficava Viseu; etc., etc., portanto, só para vos dizer que vale a pena investir neste tipo de geminações. Uma última nota, só para vos dizer que tenho na minha secretária, com grande interesse, uma carta de uma figura nacional muito conhecida, do Senhor Engenheiro Anacoreta Correia, que é, como sabem, o Secretário-geral da UCCLA, a dizer-me que por engano abriu uma carta que me era dirigida, mas é um Município de Lichinga, de Moçambique, a pedir-nos por favor para geminarmos com aquela cidade, exactamente, para os ajudarmos na requalificação dos recurso. É apenas isso que nos pedem, que deixemos vir alguns quadros do município para lhes darmos formação em exercício e para os devolvermos outra vez a Lichinga. Portanto, é para verem, se alguém tem feito alguma coisa no domínio das geminações são municípios como Viseu, que as leva muito a sério e, sobretudo, para procurar salvaguardar um património de que muita gente fala, aí os pseudo-eruditos, é só conversa, mas quando se trata de preservar o património



da Língua Portuguesa “dão às de Vilas-Diogo”, ninguém sabe o que lhe há-de fazer. E se estiverem atentos, por exemplo, na Guiné corremos o risco da franco fonia nos engolir, tal é o conjunto de escolas a ensinar o francês e, inclusivamente, em Bissau, a última e única vez que estive lá num congresso (era um congresso entre Portugal e a Guiné-Bissau), fizemo-lo no Centro Cultural Francês, o que diz bem do abandono e do desleixo que temos dado à Língua Portuguesa nestes países da CPLP. E, portanto, enfatizar apenas esse aspecto das geminações, dizer que acho que este caminho que Viseu escolheu, que é o trilho certo para também fazermos cooperação descentralizada”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho mais nenhuma manifestação de vontade de intervir nestes pontos. Vamos pôr à votação, para já, o Ponto Onze – Diversos Acordos de Geminação. O Ponto Onze foi aprovado por unanimidade. Vou pôr agora à votação o Ponto Doze, que é a Geminação entre Viseu e o Rio de Janeiro. O Ponto Doze foi aprovado foi aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Período do Público. O que diz o nosso Regimento é que os cidadãos interessados em intervir, o deverão fazer antecipadamente, o que na minha interpretação, deveria ser no início da Assembleia. No entanto, há um cidadão presente, que é o Senhor José Miguel Guiné, que solicita intervenção. Eu não quero que mais tarde alguém diga que coarctei a palavra a qualquer cidadão e, portanto, darei ao cidadão José Miguel Guiné os cinco minutos que estão previstos no Regimento. Tem a palavra para intervir Senhor José Miguel Guiné”. -----

- **OITENTA E NOVE – SENHOR JOSÉ MIGUEL GUINÉ** – Solicita o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu vou ser muito breve, até porque a Sessão já vai longa. Muito boa tarde a todos. Eu, como é obvio, sendo viseense vou, naturalmente, defender os pontos que me interessam e vou defender um ponto que acho que é fundamental para a nossa região, ia falar um bocado da regionalização. A regionalização prevê a criação de cinco regiões administrativas, a saber: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Avançar com a regionalização torna-se imperioso, na medida em que vivemos num Portugal bastante assimétrico. Este triste fenómeno explica o êxodo das populações do Interior, Norte e Sul do País para fora do País, à procura do tão desejado emprego, pois a falta da regionalização impede que se criem nas suas zonas de origem, empresas capazes de lhes dar trabalho, não por falta de competência empreendedora, mas por falta de fundos de apoio à criação de empresas, que infelizmente ficam encravados no Terreiro do Paço. A prova está em que todos os dias somos bombardeados com notícias sobre grandes investimentos em Lisboa. Assim sendo, temos uma factura a pagar até dois mil e treze, que resulta da soma das seguintes parcelas, a saber: Duzentos e sessenta milhões para as obras da Concessão da Grande Lisboa; setenta e cinco milhões de euros para o alargamento do IC-Dezanove; vinte e cinco milhões de euros para a conclusão do último lanço da CRIL; cem milhões de euros para a reabilitação da frente do Tejo; vinte milhões de euros para o Túnel do Marquês; vinte e cinco milhões de euros para a conclusão do Eixo Norte-Sul; duzentos e vinte e sete milhões de euros para o Novo Terminal de Contentores de Alcântara; oitenta milhões de euros para obras de beneficiação da Gare do Oriente, isto no contexto TGV; quinhentos milhões de euros para obras no apeadeiro do Oriente, também no contexto TGV. Com este montante pagavam-se as seguintes obras, a saber: Reabilitação da Quinta da Cruz; construção do Centro Escolar Viseu Norte; os Campos de Desportos de Areia; construção do Centro Escolar de Rio de Loba e o Centro de Ciência de Viseu; requalificação da Rua José Branquinho; requalificação do Parque Aquilino Ribeiro; construção dos três novos Centros de Saúde; a Unidade de Cuidados Continuados em Viseu seria uma realidade; como seria uma realidade a construção do Centro de Artes e Espectáculos, e muito mais! Para Lisboa também vão os trezentos milhões de euros para a nova Estação do Metro em Santa Apolónia. Com este montante pagavam-se as obras de acesso à cidade de Viseu, como, por



exemplo, o acesso à cidade a partir da A-Vinte e Quatro – via Estrada Nacional Dezasseis; o acesso à cidade a partir da A-Vinte e Cinco – via Nacional Duzentos e Trinta e Um; acesso à cidade, Nacional Duzentos e Vinte e nove, ligação da Circunvalação à primeira Circular Norte; ficariam pagas as obras de remodelação da Avenida Alberto Sampaio, etc. Quatrocentos milhões de euros para o Hospital de Todos os Santos: Com este dinheiro construía-se: a Auto-estrada Viseu/ Coimbra; um IPO Central em Viseu, incluindo a recuperação total do centro histórico. Cento e trinta e cinco milhões de euros para o Hospital de Loures: Construía-se a Universidade Pública com o Curso de Medicina e deslocava-se na sua totalidade a Loja do Cidadão para o centro histórico. Agora a verba maior, dois vírgula cinco milhões de euros para a expansão do Metro de Lisboa: Este montante gerido pela Autarquia Viseense, colocaria, seguramente, Viseu como a terceira cidade portuguesa na economia, saúde, cultura e educação. Já para não falar da nova travessia sobre o Tejo, o novo Aeroporto e o seu ramal de acesso ao TGV. A centralidade lisboeta está a secar e a condenar à morte o Interior, Norte e Sul do País. Avançar com a regionalização é estar a fazer uma aposta na descentralização económica e humana relativamente a Lisboa, é aproximar o eleitor aos eleitos, é falar cara a cara com quem elegemos, é partilhar os mesmos problemas, é trabalhar em equipa lado a lado, e não a trezentos quilómetros de distância. Para tal, basta mudar a Constituição Portuguesa, para que, regionalizar seja de uma vez por todas uma realidade, evitando-se mais atrasos, mais despesas, mais burocracia. Não regionalizar é apostar no empobrecimento do interior e Viseu em particular. É não fazer as novas vias de comunicação no interior, é não fazer a Universidade Pública, é não fazer o Arquivo Distrital, é não fazer o Matadouro, é não ter o tão desejado comboio. É levar as freguesias e câmaras do distrito à falência. É desertificar. Tudo depende de nós, a mudança depende de nós, mudar significa colocar Portugal no rumo certo, para tal, basta mudar a Constituição Portuguesa para que a regionalização seja uma realidade breve. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, termina dizendo: “Muito obrigado. E damos assim por concluídos os nossos trabalhos. Muito obrigado pela participação. Está encerrada a Sessão”.

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezassete horas e trinta e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)